

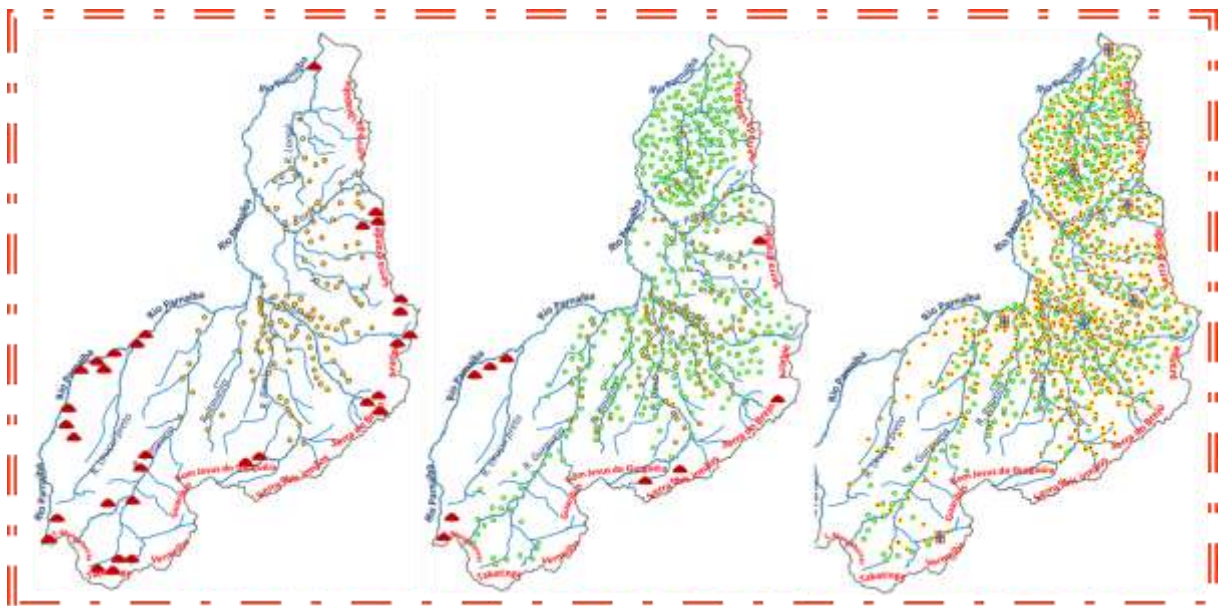


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



VITAL ANTÔNIO VILELAS FARIA

GEOGRAFIA HISTÓRICA DO PIAUÍ COLONIAL: OS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO TERRITORIAL, ATÉ À CONSTITUIÇÃO DAS PRIMEIRAS VILAS NO SÉCULO XVIII



TERESINA - PI
2019

VITAL ANTÓNIO VILELAS FARIA

**GEOGRAFIA HISTÓRICA DO PIAUÍ COLONIAL: OS PROCESSOS DE
COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO TERRITORIAL, ATÉ À CONSTITUIÇÃO DAS
PRIMEIRAS VILAS NO SÉCULO XVIII**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí – PPGGEO-UFPI, como Exame de Defesa de Mestrado.

Área de Concentração: Estudos Regionais e Geoambientais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andrea Lourdes Monteiro Scabello.

**TERESINA
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processos Técnicos

F224g Faria, Vital António Vilelas.
Geografia histórica do Piauí colonial : os processos de
colonização e formação territorial, até à constituição das primeiras
vilas no século XVIII / Vital António Vilelas Faria. -- 2019.
96 f. ; il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro
de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Teresina, 2019.
“Orientadora: Prof.ª Dr.ª Andrea Lourdes Monteiro Scabello.”

I. Geografia histórica - Piauí. 2. Piauí Colonial. 3. Piauí -
Formação territorial. I. Scabello, Andrea Lourdes Monteiro.
II. Título.

CDD 911.812 2

Geografia histórica do Piauí colonial: dos processos de colonização e formação territorial até a constituição das primeiras vilas no século XVIII

Em conformidade com o Artigo 11, da Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica.

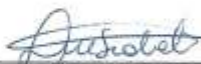


Vital Antônio Vilelas Faria - Autor
RG: 413858 – C.P.F. 010.652.279-57

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Lourdes Monteiro Scabello

Avaliada e Aprovada em 24 / 09 / 2019



Profa. Dra. Andrea Lourdes Monteiro Scabello
Orientadora – Presidente – PPGGEO – UFPI



Profa. Dra. Iracilde Maria de Moura Fé Lima
Examinadora Interna - PPGGEO – UFPI



Prof. Dr. Raimundo Jucier Sousa de Assis
Examinador Externo ao PPGGEO – UFPI



Prof. Dr. Carlos Rerisson Rocha Costa
Examinador Externo a Instituição – UESPI

Setembro/2019

*Ao meu neto Francisco que acaba de nascer,
com votos de um futuro cheio de alegria,
muitos sonhos, muitas realizações e que o
conhecimento e a dignidade sejam as
orientações mestras em toda sua vida.*

AGRADECIMENTOS

Por muito autônomos que sejamos, as nossas realizações, ao longo de nossas vidas, sempre contam com a influência de alguém, com quem partilhamos as nossas ideias, nossos planos. Das conversas informais com nossos amigos ou colegas, surgem as discussões, e, com elas, os apoios, os empurrões para o sucesso. É nesse contexto que quero homenagear e agradecer a todos aqueles que mostraram interesse neste projeto e que me ouviram contar sobre a geografia histórica da colonização do Piauí, que desde o primeiro instante apaixonou o meu espírito português. Neste rol, estão os colegas de mestrado, os amigos em geral que conviveram comigo, na construção da dissertação, especialmente a Juliana que me ajudou na construção dos mapas, a Eliethe, amiga inseparável de muitas jornadas, os professores, em especial a minha orientadora, professora Andrea Scabello.

Particularmente e de modo muito especial, quero agradecer às pessoas que me ajudaram nos trabalhos de campo nas cidades (antigas Vilas) aqui trabalhadas. O amigo Augusto Junior, que me guiou nos trabalhos de campo em Castelo do Piauí (antiga Marvão). Aos senhores João Alves (presidente da Academia de Letras de Campo Maior) e Cardosinho (secretário da mesma edilidade), que me acolheram e ajudaram nos trabalhos de campo em Campo Maior. Ao sr. Antônio José, historiador, apaixonado pela história do Piauí e particularmente pela história da sua cidade, Valença do Piauí (antiga Vila de Valença). A sua contribuição foi excelente e lhe agradeço muito a disponibilidade. Em Jerumenha, agradeço ao senhor Moacir Pereira pela sua disponibilidade e pela sua ajuda na identificação da história da antiga Vila de Jerumenha. Em Parnaguá, agradeço ao senhor José Carlos Lustosa Mucke pela sua disponibilidade e pela ajuda, com base na sua dedicação e conhecimento sobre a história da sua cidade, antiga Vila de Parnaguá. Em Oeiras, quero agradecer à gerência do Hotel Pousada do Cônego, pela disponibilidade e ajuda na identificação dos pormenores a ele questionados referentes à histórica cidade de Oeiras, antiga Vila da Mocha. Por fim, e mantendo a sequência do desenvolvimento dos trabalhos de campo, quero agradecer ao amigo e colega de turma, John Kenedy, que me ajudou no campo em Parnaíba. A todos, os meus sinceros agradecimentos.

Enquanto português fui atraído pela curiosidade de saber sobre as heranças do Piauí, relativamente à passagem dos meus antepassados, pelo território. Com tal paixão me dediquei às pesquisas, que cada achado novo, se reproduziu numa nova história, cada uma contada pormenorizadamente aos meus amigos e colegas. A esses eu quero agradecer pela paciência e interesse em me ouvir, especialmente o amigo Silvério. À família eu agradeço pela vibração em prol do meu progresso e ao incentivo que sempre deram. Primos e primas, meu filho Pedro,

meu compadre que me comprou livros em Portugal, família de São Paulo, família do interior, minhas cunhadas e à minha querida esposa, o grande suporte do meu sucesso.

Um agradecimento muito especial aos elementos da banca, Professora dra. Iracilde, o Professor dr. Jucier que me ajudou na elaboração do texto final e do Professor dr. Rerisson que iniciou esta pesquisa comigo na graduação, tendo de certa forma aberto o caminho que agora chega ao fim. A todos, os meus profundos agradecimentos.

A autonomia física, motora é a primeira que o ser humano persegue, praticamente desde que nasce. Essa autonomia permite-lhe chegar às coisas que deseja pegar, quando lhe dá vontade, sejam alimentos ou objetos. Também lhe dá a possibilidade de se movimentar na procura de se inteirar do mundo que o rodeia ou satisfazer suas necessidades de modo geral. A próxima autonomia que o ser humano persegue é a autonomia pessoal, a maioridade, para poder fazer tudo o que tiver vontade, sem ter que se preocupar com a concordância dos seus tutores. A autonomia financeira, para poder adquirir tudo o que deseja é a seguinte, a perseguir. Porém, aquela autonomia que dá maior independência, nem todos procuram com a mesma abnegação, a "autonomia mental". Muitos não se preocupam em ter ideias próprias ou vontade própria, deixando-se levar pela maioria ou pelas ondas que se vão formando nas várias facções da sociedade, de forma perigosa e caracterizando o perfeito desperdício humano.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo geral analisar as formas de colonização do Piauí. As pesquisas planejadas e efetuadas permitiram concluir um resumo geográfico histórico, daquele período. Partindo do objetivo geral, a dissertação assenta em três objetivos específicos. Compreender as linhas do início da colonização e o que terá levado à formação territorial do Piauí. Identificar os processos que dinamizaram a apropriação da natureza, pelos colonos e verificar quais as influências portuguesas na construção e divisão política, tendo por base a constituição das primeiras vilas. Estas vilas foram mandadas constituir por meio de carta régia, a qual trazia consigo recomendações e ordens precisas sobre os modelos que deveriam ser implantados, o que foi possível verificar no campo. Por outro lado, a constituição das vilas fez parte de um plano abrangente a toda a colônia Brasil, e que visou objetivamente uma formação territorial da colônia, organizada por forma a possibilitar um maior controle por parte da coroa. A pesquisa foi dividida em duas partes distintas. Uma primeira que compreendeu um estudo bibliográfico e uma segunda onde foi efetuado o estudo de campo. O estudo bibliográfico foi também dividido em duas partes, uma primeira onde foram estudados os conceitos que ajudaram à fundamentação teórica e uma segunda parte onde foram estudados as formas e os processos de colonização e da formação territorial, consolidada com a constituição das primeiras vilas, que caracterizam ao mesmo tempo a primeira divisão político-administrativa do Piauí colonial. Entretanto os trabalhos de campo, em cada uma das antigas vilas constituídas no século XVIII (hoje cidades), visaram verificar os locais escolhidos para implantação de cada vila, os traçados das praças, a partir das quais as vilas se expandiram, e conhecer também um pouco da história de cada uma, quer através dos vestígios encontrados, quer através das entrevistas informais com os guias que ajudaram aos trabalhos de campo. O conjunto da pesquisa, possibilitou resultados muito satisfatórios, com os quais foi possível traçar a geografia histórica da colonização do Piauí. Neste traçado histórico figuram a forma e os motivos da ocupação deste território e como se formou, como se definiu o território em si, com o desenho curioso que lhe conhecemos, todo ele traçado em função dos fenômenos naturais que o delimitam. A colonização parece ter decorrido normalmente, de forma condizente com o resto da colônia Brasil e, por sua vez, a formação territorial se iniciou sob o estímulo das necessidades dos colonos, relativas à sua principal atividade econômica, a pecuária. A população foi preponderante nos atos de colonização, que implicaram, o estabelecimento dos colonos, a instalação das fazendas e o povoamento, que por sua vez se consolidou com a implantação das vilas no século XVIII.

Palavras chave: Piauí Colonial. Formação Territorial. Primeiras Vilas.

ABSTRACT

This essay has as general objective to analyze the forms of colonization of Piauí. The research planned and carried out revealed a geographical, historical summary of that period. Starting from the general objective, the dissertation is based on three specific objectives. Understand the lines from the beginning of colonization and which have led to the territorial formation of Piauí. Identify the dynamic processes of the appropriation of nature, by settlers and verify which the Portuguese influences in the construction and political division, based on the constitution of the first villages. These villages were sent form by royal charter, which brought recommendations and precise orders on the models that should be deployed, which it was possible to verify in the field. On the other hand, the constitution of the villages was part of a comprehensive plan to the whole colony Brazil, which aimed to objectively a territorial formation of cologne organised in such a way as to enable a greater control on the part of the crown. The research was divided into two distinct parts. A first who understood a bibliographical study and a second where it started the field study. The bibliographical study was also divided into two parts, a first where they were studied the concepts that have helped the theoretical foundation and a second part where they were studied the forms and processes of colonization and territorial formation, consolidated with the establishment of the first villages that are at the same time the first political-administrative division of Piauí colonial. However, the field work, in each one of the ancient villages formed in the 18th century (today cities), aimed at checking the places chosen for deployment of each village, the traces of the plazas, from which the villages have expanded, and also know a bit about the history of each one, either through the traces found, either through informal interviews with the guides who helped to field work. The whole of the research, made very satisfactory results, with whom it was possible to trace the historical geography of colonization of Piauí. This historic trace out the shape and the reasons for the occupation of territory and as if formed, as if defined the territory itself, with the drawing curious that you know, all he traced in function of natural phenomena that delimit. The colonization appears to have proceeded normally, so consistent with the rest of the colony Brazil and, in turn, the territorial training was started under the stimulus of the needs of the settlers, relating to its main economic activity, the livestock. The population was predominant in the acts of colonization, which resulted in the establishment of settlers, the installation of farms and settlements, which in turn was consolidated with the deployment of the villages in the 18th century.

Key words: Piauí Colonial. Territorial formation. First Villages.

Lista de ilustrações

Figura 1: Mapa da expansão territorial da colónia Brasil.....	23
Figura 2: Mapa da delimitação do Piauí no período colonial e principais rios.	25
Figura 3: Mapa geológico do Piauí.....	37
Figura 4: Mapa do Brasil de 1822	39
Quadro 1: População no final do século XVII	45
Figura 5: Mapa das grandes áreas de relevo e principais rios do Piauí.....	46
Figura 6: Mapa dos domínios climáticos do Piauí	47
Figura 7: Mapa da evolução da ocupação do Piauí até 1697.....	50
Figura 8: Mapa da progressão das fazendas até 1762	53
Figura 9: As freguesias em 1761 e os traçados que dariam a primeira divisão do território....	56
Figura 10: As vilas eleitas em 1762, simbolizando os primeiros municípios do Piauí.....	57
Quadro 2: Números do primeiro censo do Piauí colonial, por município (final de 1762).	58
Quadro 3: Panorama da população do Piauí em 1772.....	59
Figura 11: Mapa da progressão das fazendas até 1772.	60
Figura 12: Mapa da fragmentação direta dos primeiros municípios.	65
Quadro 4: Registro histórico do nascimento das primeiras vilas/municípios do Piauí	68
Figura 12: Imagens de fachadas das construções antigas, da Vila Belga em Sta. Maria	70
Figura 13: Imagens de fachadas de construções antigas, da Vila de Coruche, Portugal.....	71
Figura 14: Planta do início da implantação da Vila da Mocha/Oeiras	74
Figura 15: Imagens de construções de Oeiras (período colonial).	75
Figura 16: Planta do início da implantação da Vila de Parnaaguá.....	76
Figura 17: Planta do início da implantação da Vila de Jerumenha	77
Figura 18: Imagens das construções da Vila de Jerumenha	78
Figura 19: Planta do início da implantação da Vila de Campo Maior	79
Figura 20: Imagens das construções da Vila de Campo Maior	80
Figura 21: Planta do início da implantação da Vila de Parnaíba.....	81
Figura 22: Imagens da Vila de Parnaíba (Igreja Matriz).....	82
Figura 23: Planta do início da implantação da Vila de Marvão	83
Figura 24: Planta do início da implantação da Vila de Marvão	84
Figura 25: Imagens da Vila de Valença.....	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO TERRITORIAL – PROCESSO DE APROPRIAÇÃO	22
2.1 A OCUPAÇÃO DO PIAUÍ: QUAIS OS MOTIVOS E QUEM OCUPOU	26
2.1.1 Quem primeiro ocupou o Piauí?	28
2.2 O INÍCIO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL	34
3 A FORMAÇÃO TERRITORIAL E O PROCESSO DE MATERIALIZAÇÃO	35
3.1 APRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO: LOCALIZAÇÃO E BASES GEOLÓGICAS	36
3.2 O POVOAMENTO DO TERRITÓRIO	40
3.3 AS FORMAS DE MATERIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A EXPANSÃO.....	42
3.4 A FORMAÇÃO TERRITORIAL COM CARIZ MAIS SOCIAL	48
4 A FORMAÇÃO TERRITORIAL SEGUNDO O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO	52
4.1 OS NÚCLEOS POPULACIONAIS E AS PRIMEIRAS FREGUESIAS	54
4.2 PRIMEIRO BALANÇO PÓS IMPLANTAÇÃO DAS VILAS	57
4.3 SEGUNDO BALANÇO PÓS IMPLANTAÇÃO DAS VILAS	59
4.4 A FORMAÇÃO TERRITORIAL A CAMINHO DA CONSOLIDAÇÃO	61
5 CONSTITUIÇÃO DAS VILAS: SIMBOLISMO E CONSOLIDAÇÃO	67
5.1 OS ORNAMENTOS NAS ANTIGAS CONSTRUÇÕES PORTUGUESAS	69
5.2 A SINGULARIDADE DO SISTEMA URBANO PORTUGUÊS.....	71
5.3 APRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DAS VILAS DO SÉCULO XVIII	74
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS.....	91



1

INTRODUÇÃO



O projeto de pesquisa que orientou esta dissertação, visou, essencialmente, fazer um resgate sobre a colonização do Piauí, sobre as formas de ocupação, os motivos que levaram à ocupação, quem primeiro colonizou, as dificuldades de ocupação, a formação territorial, e, por fim, as heranças da colonização simbolizadas no que resta das antigas vilas constituídas no século XVIII.

Enquanto português, residente no Brasil, desde a graduação em Geografia que sinto esse fascínio por pesquisar sobre os processos de colonização e formação territorial do Piauí colonial. A pesquisa sobre esses processos foi iniciada na graduação como trabalho de fim de curso – monografia, na qual foi pesquisada a organização socioespacial de Marvão (atual cidade de Castelo do Piauí) e, agora, concluída e dissertada aqui como conclusão de mestrado.

É certo que a complexidade do mundo contemporâneo oferece muito o que pesquisar e, até mesmo, sugere alguma urgência nas pesquisas acadêmicas, no sentido de ser dado à população, o entendimento global das questões do presente, como forma de prevenir o futuro. Porém, pesquisar o passado, além de proporcionar uma satisfação pessoal, possibilita também subsidiar conhecimento, quer ao universo acadêmico, quer à população em geral, predicados que em muito poderão ajudar a entender o próprio presente, pois são os acontecimentos do passado, enquadrados no espaço e no tempo, que nos ajudam a entender o mundo contemporâneo. A este resgate chamaremos então de Geografia Histórica. Isto porque a geografia histórica desempenha o papel de estudar e resgatar a história das várias áreas da geografia. Porque segundo Moraes (2005, p. 23) “o universo da história é muito mais amplo que o da geografia [...]”. Ou seja, a geografia faz parte da história. A geografia histórica do Piauí é apenas uma parcela, quer da história do Estado, quer da própria geografia. Podemos dizer também que, a geografia histórica é o resgate elaborado em forma de síntese, de um período delimitado temporalmente, sobre um determinado espaço. Como nos faz entender Moraes (2005, p. 52), a forma de produzir a geografia histórica não será descrevê-la ou caracterizá-la como um acidente geográfico, mas sim, entender e resgatar a “articulação de processos sociais que resultaram de intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre”.

Embora o trabalho aqui desenvolvido tenha um inegável valor sentimental para o autor, ele é pretensamente, um trabalho importante para a Geografia Humana, em particular, e, para as Ciências Sociais em geral, pois se trata de um resgate sobre um momento histórico do Estado do Piauí, analisado pelo prisma da Geografia, mais especificamente, da Geografia Histórica. De resto, as semelhanças arquitetônicas, os lugares, nos quais as primeiras vilas nasceram, o vínculo com a igreja católica, são pormenores que ajudaram a problematizar esta pesquisa,

porquanto importava saber até que ponto os indícios observados na antiga Vila Marvão seriam sustentados nas outras antigas vilas constituídas no século XVIII (Valença, Parnaíba, Jerumenha, Campo Maior e Parnaíba, além, claro, da primeira cidade e capital, Oeiras).

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as formas e os processos de colonização do Piauí e a formação territorial. Entretanto, partindo do objetivo geral, a dissertação assenta em três objetivos específicos, no sentido de dar plenitude à abrangência da pesquisa, e, ao mesmo tempo, especificá-la em alguns aspectos, para garantir melhores resultados. Assim, definimos como objetivos específicos: compreender as linhas do início da colonização e o que terá levado à formação territorial do Piauí. Identificar os processos que dinamizaram a apropriação da natureza, pelos colonos e verificar quais as influências portuguesas na construção e divisão política, tendo por base a constituição das primeiras vilas.

Toda a pesquisa precisa ser fundamentada. Esta pesquisa utilizou teorias de vários autores, os quais contribuíram com subsídio teórico para o desenvolvimento das ideias, tendo a sua quota parte na influência dos resultados obtidos. Foi realizado um levantamento exaustivo sobre o estado da arte referente ao tema, o qual nos mostrou, não só o que já havia sido pesquisado e as informações que já haviam sido catalogadas, mas também nos deu a saber o que ainda faltava pesquisar. Inserimos aí, nesse conjunto, obras que tratam da história do Piauí e do Brasil em geral, e outras que falam do período colonial, em vários contextos. Listamos aquelas consideradas principais, como Mott (2010) – Piauí Colonial: população, economia e sociedade; Monteiro (2008) – Tempo de Balaio; Costa (1974) – Cronologia histórica do Estado do Piauí; Casal (1817) – Corografia Brasílica; Santana (2008) – Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos; Bandeira (2007) – O feudo: a casa da torre de Garcia D'Ávila. Da conquista dos sertões à independência do Brasil; Saraiva (1996) – História concisa de Portugal; Teixeira (2004) – A construção da cidade brasileira; Porto (1955) – Roteiro do Piauí; Moreira (2014) – A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil; Pita (2011) – História da América Portuguesa; Pessotti e Ribeiro (2011) – A construção da cidade portuguesa na América; Nunes (1983) – Estudos de História do Piauí; Moraes (2005) – Território e História no Brasil; Flexor (2011) – Repovoamento e urbanização do Brasil no século XVIII; Alencastre (2015) – Memória Cronológica, História e Corografia da Província do Piauí.

As obras listadas e várias outras que não foram aqui listadas proporcionaram um conhecimento profundo do Piauí colonial, sob vários contextos, no entanto, principalmente aquelas que tratam mais diretamente da colonização do Piauí, suscitaram uma dúvida que não podia deixar de ser resolvida, por se tratar das primeiras pessoas que vieram ocupar o Piauí, e

que, por serem os primeiros, à partida ficam na ponta da história. Logo, então, a importância em clarificar tal dúvida. Para chegar a uma conclusão plausível, foi necessário pesquisar, interpretar textos e compará-los. No final de todo esse labor, podemos dizer que tudo indica que não foi o bandeirante Domingos Jorge Velho quem primeiro ocupou o Piauí. Esse assunto foi aqui descrito como exemplo do trabalho de pesquisa, e, será pormenorizado no corpo da dissertação.

Na elaboração do projeto é comum afluírem à mente algumas questões, que embora simples, acabam ajudando a trilhar os nossos caminhos, ou nos ajudam a impulsionar a investigação. Outras vezes, são os autores que lemos que nos incentivam, e muitas vezes também, é a nossa própria curiosidade que nos leva a pensar e a elaborar projetos de pesquisa que nos levem a determinado conhecimento científico. É aí que nos socorremos dos vários autores e respectivas obras disponíveis. É o caso de Demo (2000, p. 33) que fala sobre o princípio científico, defendendo que, “na condição de princípio científico, a pesquisa apresenta-se como a instrumentação teórico-metodológica para construir conhecimento” - numa clara alusão à importância da pesquisa. Ou ainda, como diz Luna (2000, p. 15), “essencialmente, a pesquisa visa à produção de conhecimento novo, relevante e socialmente fidedigno [...]”. Entretanto para pesquisarmos, precisamos conhecer as teorias, os conceitos, sem os quais o trabalho ficaria literalmente inacabado, incompleto, órfão de legitimidade científica. Neste caso contamos com alguns dos autores da Geografia nacional e internacional.

As teorias sobre território e formação territorial foram adotadas de um grupo restrito de autores. Não que outros autores não tratem o assunto de forma brilhante, mas porque este grupo selecionado, nos pareceu dar conta do essencial para este trabalho, ao mesmo tempo que as suas formas de evidenciar as teorias estão mais de acordo com a nossa forma de interpretação das mesmas, e também em termos de concordância. Assim, Raffestin (1993) subsidia a teoria de que o território vem depois do espaço e que por isso o território se forma a partir do espaço. Ele defende que o território “é o resultado de uma ação levada a cabo por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 128).

No que concerne à formação territorial, o autor considera que “ela se dá através de indivíduos ou grupos de indivíduos que ocupam pontos no espaço, se distribuindo de forma aleatória ou sob modelos mais regulares ou concentrados”. As formas que representam a ocupação são as respostas possíveis aos vários fatores geográficos ou outros. Entretanto, “a disposição dos ocupantes pode conduzir a sistemas de malhas, de nós e redes, cuja impressão é observável no espaço. Esta disposição é quem constitui o território” (RAFFESTIN, 1993,

p.135). Quanto à territorialidade, o autor argumenta que, “a territorialidade adquire um valor particular, pois refere a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. O autor complementa, “os homens ‘vivem’ ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial através de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (RAFFESTIN, 1993, p.142).

Moraes (2000; 2005), é outro autor que subsidiou este trabalho e que merece destaque na definição sobre território e formação territorial. Segundo ele, “a palavra território teve a sua origem ancestral, no latim (*territorium*). A palavra tinha então, um uso muito abrangente: território de caça, território de algum domínio vegetal ou animal. Entretanto, a Geografia, através de Ratzel (1898-1899, p. 97), havia dado outro conceito de território: “espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano”. Esse território é fruto de um conjunto complexo de ações, disputas, conquistas, etc. O território seria também uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade espaço, ou seja, “um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história” (MORAES, 2000, p. 21). Aqui o território emerge para a Geografia como uma totalidade, sendo um espaço dotado de historicidade própria, que corresponderá a uma espacialidade de uma dada formação econômica e social.

Segundo Moraes (2000, p. 18) “o território é um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo é inexistente como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza”. É partindo deste princípio que o autor também diz que, “o Brasil foi uma invenção dos portugueses”, pois o território brasileiro só ganhou identidade e qualificação depois da chegada dos portugueses. Segundo Moraes (2005, p. 110), “o Brasil é geneticamente uma invenção lusitana, resultado da expansão de Portugal”. O autor defende também que, o processo de formação territorial proporciona a singularidade absoluta das várias porções da superfície terrestre, resultantes desse processo. Cada território formado terá a sua própria população, a sua própria cultura, os seus próprios limites (fronteiras) e, terá, a sua qualificação (um nome).

Num período mais distante, o expansionismo foi encarado como uma questão de necessidade, para garantir a sustentabilidade das populações. Essa foi uma ideia corroborada por Ratzel (1898-1899), quando ele pensou o território como espaço vital para a sustentabilidade da população alemã, legitimando, assim, os futuros empreendimentos de expansão pelos continentes africano e asiático. Essa ideia de necessidade de ampliar os territórios para dar garantias de sustentação das populações, acabava dando legitimidade aos europeus para saírem pelo mundo à conquista de novas terras.

Identificar as nuances da colonização e descrevê-las, é uma forma de dar a conhecer um período histórico da história do Piauí, ajudando contemporaneamente a entender o mesmo espaço, entretanto, muito modificado ao longo dos dois séculos já passados, mas que preserva tradições, hábitos ou culturas daquele período histórico. Sendo o espaço organizado, produzido e reproduzido pelo homem, é nesse mesmo espaço, que o homem, ao longo dos seus dias vai deixando registrada a sua história, as suas tradições, a sua cultura, como muito bem atesta a Carta de Veneza de 1964. Ali é dito que, as obras monumentais que cada povo construiu, simbolizam contemporaneamente as suas tradições, muitas vezes seculares. Preservar esses monumentos é, ao mesmo tempo, preservar a história dos nossos antepassados, lavrada nos *designs* arquitetônicos, nas cores, nos materiais utilizados. Por isso faz todo o sentido preservar e reconstituir por forma a manter a autenticidade das obras, para que toda a cultura nelas incrustada possa ser entendida e transmitida às futuras gerações.

Foi através das obras construídas e as formas e modelos de organização, cristalizadas no tempo, que pudemos entender os padrões de arquitetura usados pelos portugueses, bem como outros hábitos e culturas. Em relação a isso, escreve Corrêa (1987, p. 57): “a sociedade concreta cria o seu espaço geográfico para nele se realizar e reproduzir, para ela própria se repetir. Para isso, cria formas duradouras que se cristalizam sobre a superfície da terra”. De outra forma, segundo o autor, a sociedade seria extinta.

A colonização do Piauí em particular e do Brasil em geral, aconteceu no início da expansão europeia. Embora houvesse domínios europeus pelas costas africana e asiática, a colonização efetiva¹ começou na América. O sentido da colonização assentava basicamente na expansão territorial. Essa ação expansionista, por sua vez era baseada na necessidade de garantir a sustentabilidade das populações dos reinos, idéia corroborada por Ratzel (1898/1899). A formação territorial no final do período colonial, tanto no Piauí quanto no resto da colônia Brasil, teve influência significativa do Marquês de Pombal, o qual deu o seu cunho geopolítico ao processo. É certo que, como diz Carvalho (2007), a geopolítica² portuguesa teve grande influência eclesiástica, mas o Marquês de Pombal terá tido a intenção de reduzir essa influência,

¹ Chamamos de colonização efetiva à colonização propriamente dita. Ocupação efetiva, formação territorial, exercício de soberania político-administrativa e militar. Soberania reconhecida internacionalmente.

² A geopolítica é a forma como um governo organiza o seu território. Esta organização (geopolítica) é intencional e é também influenciada politicamente ou por outras forças, como a religião. Nos tempos da colonização havia grande influência da religião católica, daí Carvalho (2007), se referir à geopolítica portuguesa como eclesiástica. Podemos também considerar a geopolítica como uma espécie de ciência do Estado, das projeções do Estado sobre o território. A geopolítica pode ser alinhada tanto à administração de um espaço, como ao exercício militar. Em qualquer dos casos a geopolítica reflete as intenções, os projetos sobre o espaço.

ao expulsar os jesuítas, e, alterar a toponímia. Neste último caso, ele mandou retirar o nome dos santos que sempre antecedia o nome das províncias ou das vilas e cidades.

A geopolítica pode ser a chave para o entendimento das muitas ações passadas no período colonial. As estruturas, as medidas tomadas, as guerras e os tratados de paz, todos foram desenhados estrategicamente e defendidos energeticamente sobre o território. Por sua vez a cultura do povo dominante, a sua técnica, o seu trabalho, os ritos, cultos e outras manifestações, acabam estabelecendo as relações culturais, os vínculos, e também, em função da sua presença “viva”, os limites ou fronteiras, tornando o território consolidado. Esse território consolidado e delimitado constitui o reduto indispensável à reprodução biológica e cultural do grupo colonizador. Segundo Monteiro-da-Costa e Vlach (1988, p. 18) “[...] toda a sociedade delimita o seu espaço de vivência e produção e se organiza para dominá-lo e transformá-lo em seu território”. Andrade (2004, p. 20), entretanto, defende que, as pessoas que habitam o território sentem em consciência a sua participação na formação do mesmo, provocando o sentido da territorialidade, que subjetivamente “cria uma consciência de confraternização entre elas”. Podemos concluir então que, todo o território tem a sua história, a qual explica os processos que levaram a sua formação até a sua estrutura mais contemporânea.

A formação territorial do Piauí colonial culmina com a construção das primeiras vilas. É ali que começa a definir-se a divisão político-administrativa, e é, também, a partir daquele processo de divisão e estruturação do território, que podemos observar traços da colonização e, particularmente, dos colonizadores. As vilas, além de darem um sentido mais social à província do Piauí, elas servem também como elo de ligação entre as populações dispersas, consolidando a colonização e dando início seguro à formação territorial.

Relativamente às influências da colonização portuguesa na construção urbana das vilas e cidades, do período colonial de modo geral, diremos que elas assentam em duas componentes básicas, segundo Teixeira (2004, p. 23), o qual se refere às características das cidades portuguesas:

Uma das principais características das cidades portuguesas é serem o resultado da articulação de duas componentes distintas: por um lado uma componente erudita, por outro lado uma componente vernácula. A componente erudita tem a ver com os princípios de ordem e de regularidade que em todas as épocas se encontram nas cidades portuguesas, expressando-se muitas vezes através de malhas ortogonais. A componente vernácula, por sua vez, tem a ver com a capacidade de o urbanismo português entender o território em que se implanta e, de se moldar a ele. [...] a cidade de origem portuguesa é sempre projetada com o sítio, atendendo de perto às suas características (TEIXEIRA, 2004, p. 23).

Quanto aos procedimentos metodológicos, que nortearam a pesquisa, ressaltamos duas partes distintas. Uma parte, em que a pesquisa foi bibliográfica e, outra parte, em que a pesquisa foi feita no campo. Também foram iniciadas pesquisas de arquivo, no Arquivo Público do Piauí em Teresina, no NUPEM – Núcleo de Pesquisa e Memória da Universidade Federal do Piauí, e, no Arquivo Histórico Ultramarino, *on line*. Entretanto estas pesquisas foram abandonadas, em virtude das dificuldades impostas pelo mau estado do material e difícil acesso, comparado com a facilidade de acesso as informações (secundárias), já escritas e reescritas nas muitas obras encontradas. O tempo gasto no início destas pesquisas não foi um tempo perdido, porque acabaram sendo encontradas obras de um período imediato ao fim da colonização (século XIX) que, em muito ajudaram, no entendimento dos processos de colonização, ainda que de forma mais geral. Por outro lado, embora não tenha dado para utilização direta, alguns dados recolhidos nessas pesquisas serviram para comprovar informações recolhidas nas pesquisas bibliográficas.

A pesquisa bibliográfica pode ainda ser dividida, também ela, em duas partes, ou se quisermos, em dois momentos importantes. Um primeiro em que se buscou o conhecimento conceitual e um segundo onde se foi buscar o conhecimento dos processos, nas obras que relatam a história da colonização do Brasil em geral e do Piauí, em particular, e, muitas outras obras que falam sobre temas específicos, mas os quais estão inseridos nos processos da colonização.

Depois da pesquisa bibliográfica, veio a pesquisa de campo. Esta segunda parte da pesquisa complementa a primeira, e, as duas, consolidam a pesquisa. Sem a primeira, não seria possível caminhar seguramente na segunda. Por sua vez, sem o trabalho de campo, a pesquisa ficaria incompleta e falha de autenticidade ou até mesmo de cientificidade.

A partir do conjunto das obras estudadas, foi possível adquirir dados e conhecimento que permitiram elaborar uma versão que se pretende, seja fiel nos seus pontos essenciais à realidade dos processos que levaram à colonização, e formação territorial do Piauí colonial, tendo sempre por base os processos de apropriação, materialidade territorial e construção, a partir dos quais se atingiu a consolidação da colonização e conseqüentemente da formação territorial que no todo, é um processo contínuo.

A pesquisa bibliográfica constou de leituras, fichamentos, diálogos (textuais) com os autores, filtragem de informações, recolha de dados para posterior apresentação em quadros e textos, correções, novas filtragens para, por fim, chegar aos textos dissertativos. Dada a grande quantidade de fontes bibliográficas, foi necessário fazer algumas triagens, a partir das quais se foram excluindo algumas obras. O critério para exclusão dessas obras foi formalizado a partir

do momento em que se conseguiram definir alguns caminhos que apontavam para um epílogo possível, e, em face disso, aprofundado nesse sentido. Porém, sem deixar de considerar qualquer outra possibilidade. Os resultados da pesquisa bibliográfica estão expostos nos diálogos dissertativos no corpo desta dissertação, complementados de forma argumentativa com dados expostos em quadros. Estes dados foram conseguidos a partir das pesquisas bibliográficas e nas pesquisas de campo.

As pesquisas de campo tiveram como base de orientação, a carta régia de 19 de junho de 1761, endereçada pelo rei D. José I ao Governador da província do Piauí, João Pereira Caldas, e duas importantes obras: a construção da cidade brasileira, de Teixeira (2004) e, a construção da cidade portuguesa na América, de Pessotti e Ribeiro (2011), que em conjunto mostraram o que havia de ser encontrado no campo. A partir delas, o trabalho de campo ficou facilitado.

As pesquisas de campo tiveram como objetivo conhecer fisicamente um conjunto de elementos que terão ditado a implantação das primeiras vilas no Piauí, particularmente, o local escolhido e as praças que traçaram exatamente o início dessas vilas. O trabalho de campo constou essencialmente da observação desses elementos, e das construções erguidas no período colonial ou da sua influência, que se terá estendido por mais de um século, à luz dos modelos arquitetônicos encontrados e das inscrições de datas neles encontradas. Entretanto, o primeiro passo, em cada trabalho de campo, de cada vila, foi procurar nos órgãos do governo das respectivas prefeituras, algum representante das secretarias de turismo ou da cultura, pessoas abalizadas para poderem indicar seguramente os locais a identificar, e para falarem um pouco sobre a história da vila. Encontrada essa pessoa, e, com a necessária disponibilidade, iniciou-se a partir dali uma conversa (entrevista) informal, onde as questões a colocar sempre andaram à volta do nascimento da vila, lá no século XVIII. Nasceu de alguma fazenda ou rancho? Qual? Ainda existe alguma casa daquele tempo? Onde? Qual? Não houve nenhuma ordem para a colocação daquelas questões, e, algumas vezes nem foi necessário colocá-las, porque as pessoas já faziam questão de ir adiantando, fazendo todo o relato de onde nasceu a vila, a data, as primeiras famílias que chegaram. Homenagem seja feita a tais pessoas, que, tiveram uma disponibilidade muito sincera e preciosa para conversas tão agradáveis e proveitosas frutificando importantes informações para esta dissertação.

A partir das informações recolhidas e das observações, foram feitos registros fotográficos, medições e anotações. Medições de altitude, medições de distância do local do início da vila até ao rio ou riacho que passa do lado, medições da largura das ruas e das áreas das praças. Foi também feito o georreferenciamento dos locais de início das vilas. Para estes

trabalhos foram utilizados os seguintes instrumentos: máquina fotográfica, altímetro, fita métrica de longo alcance (50 m), GPS, e caderno de anotações. Ao fim de cada trabalho de campo, procedeu-se sistematicamente ao processar dos dados, passando tudo de forma ordenada para pasta própria no computador. As fotos analisadas e escolhidas foram processadas no programa *Power Point*, devidamente identificadas com legendas. A elaboração das plantas das praças onde nasceram as vilas, foram construídas com as ferramentas geotécnicas *Google Earth* e *QGIS*.

Os resultados da pesquisa foram divididos em quatro seções principais. Na primeira seção, foi desenvolvida a (2) "A colonização e a formação territorial", correspondente ao processo de apropriação, em dois tópicos e um sub tópico, com os títulos: (2.1) A ocupação do Piauí: quais os motivos e quem ocupou; (2.1.1) Quem primeiro ocupou; (2.2) "O início da formação territorial". Na segunda seção foi desenvolvida a (3) "A formação territorial e o processo de materialização", em cinco tópicos, com os títulos: (3.1) Apresentação do território: localização e bases geológicas (3.2) O povoamento do território, (3.3) As formas de materialização do território e a expansão, (3.4) A materialização do território com base no uso das terras, (3.5) A formação territorial com cariz mais social. Na terceira seção foi desenvolvida, (4) "A formação territorial segundo o processo de construção", em quatro tópicos com os títulos: (4.1) Os núcleos populacionais e as primeiras freguesias, (4.2) Primeiro balanço pós implantação das vilas, (4.3) Segundo balanço pós implantação das vilas, e, (4.4) A formação territorial a caminho da consolidação. Por fim, na quarta secção, foi desenvolvida (5) "A constituição das Vilas: simbolismo e consolidação", em três tópicos com os títulos: (5.1) Os ornamentos nas antigas construções portuguesas, (5.2) A singularidade do sistema urbano português, e, (5.3) Apresentação geográfica e histórica das vilas do século XVIII.

A primeira seção aborda "a colonização e a formação territorial (o processo de apropriação)", trata da ocupação do Piauí, quais os motivos da ocupação e quem primeiro ocupou. Trata também do início da formação territorial. Na segunda seção, "a formação territorial e o processo de materialização" Começa-se por fazer a apresentação do território onde se desenvolve o processo de formação territorial: onde se localiza e suas bases geológicas, importantes para entender relevos e vegetação. Nesta seção desenvolveram-se as questões do povoamento, os números da população e a sua composição, as formas de uso da terra, e a expansão da ocupação, culminando com a formação territorial com cariz mais social a partir da formação dos primeiros núcleos populacionais que dariam lugar às primeiras freguesias. A terceira seção, sobre a formação territorial segundo o processo de construção, aborda as questões relacionadas às primeiras vilas e o seu impacto, o primeiro balanço pós implantação

das primeiras vilas, um segundo balanço pós implantação das vilas e teoriza a formação territorial no caminho da consolidação, com um mapa no final que mostra a evolução da fragmentação municipal do Piauí.

A última seção, estruturada em três tópicos, faz uma apresentação das vilas, ou seja, dos resultados dos trabalhos de campo. Ali abordam-se a questão dos ornamentos nas antigas construções portuguesas, a singularidade do sistema urbano português e, faz-se a apresentação geográfica e histórica das vilas do século XVIII, onde existe um simbolismo implícito em relação à cultura e hábitos portugueses, explicitados em construções que de uma forma efetiva levaram à consolidação da colonização do Piauí.

Os mapas do Piauí apresentados ao longo do trabalho têm a configuração atual do território, por opção. Não nos é interessante apresentar mapas antigos cujas explicações poderiam ficar aquém do necessário para dar uma visão plena das suas mensagens. Por outro lado, as leituras sobre algumas obras que apresentam esses mapas, têm algumas contradições ou pelo menos não são coerentes, levando a interpretações diversas sobre alguns aspectos. Sabemos que houve faixas de terreno entre Piauí e Ceará que foram conflituosas e outras que foram negociadas, mas isso são questões delicadas e complexas, cujo contexto se desvia dos nossos objetivos.



Embora um pouco mais dinâmica que no século XVI, a progressão da colonização do Brasil, no início da segunda metade do século XVII ainda era lenta. O mapa da figura 1, abaixo, mostra as linhas da expansão da colonização do Brasil em cada século.

Figura 1 – Mapa da expansão territorial da colônia Brasil.



Fonte: Adaptado de Théry (2014).

Para essa lentidão, por certo, muito terá contribuído a curta população portuguesa. Segundo Bettencourt e Curto (2010), a população portuguesa no início do século XVI era de cerca de um milhão de pessoas, passando a três milhões no final do século XVIII. Terão faltado, portanto, em número, colonizadores. Segundo Prado Júnior (1961), no início do século XVI nenhum país europeu estaria em condições de efetuar uma colonização efetiva, dada a escassa população existente. Outra possível causa pode estar relacionada com as incipientes técnicas

disponíveis para vencer as matas e os relevos. Se esta última razão foi um importante entrave à progressão, a baixa população dificultou tanto no avanço quanto na consolidação da ocupação, onde era necessário estabelecer uma retaguarda forte que alavancasse o avanço. Em alguns casos a progressão se tornou mais dinâmica devido a fenômenos específicos, como a mineração e a *plantation*, observável no mapa da figura 1, onde temos uma mancha que abrange grande parte do Nordeste e uma faixa que atravessa Minas Gerais. No primeiro caso temos a *plantation*, a expansão do gado e a expansão na procura do ouro. O segundo caso, é praticamente justificado pela mineração do ouro. Entretanto aqueles incentivos à expansão da colonização podem ser caracterizados como formas de exploração.

Neste período da colonização³, a bacia do São Francisco nos merece atenção especial. Além da expansão da *plantation* da cana-de-açúcar há a considerar também a procura do ouro e a guerra aos nativos. Podemos juntar ainda o ímpeto latifundiário dos d'Ávila e de outros latifundiários, que à data já seriam donos de extensões consideráveis de terras. Isto porque segundo Bandeira (2007), a colonização do Piauí está ligada às dinâmicas de ocupação e exploração da bacia do São Francisco, encabeçadas pela Casa da Torre dos d'Ávila e seus colaboradores, que tinham um domínio significativo, principalmente na margem esquerda.

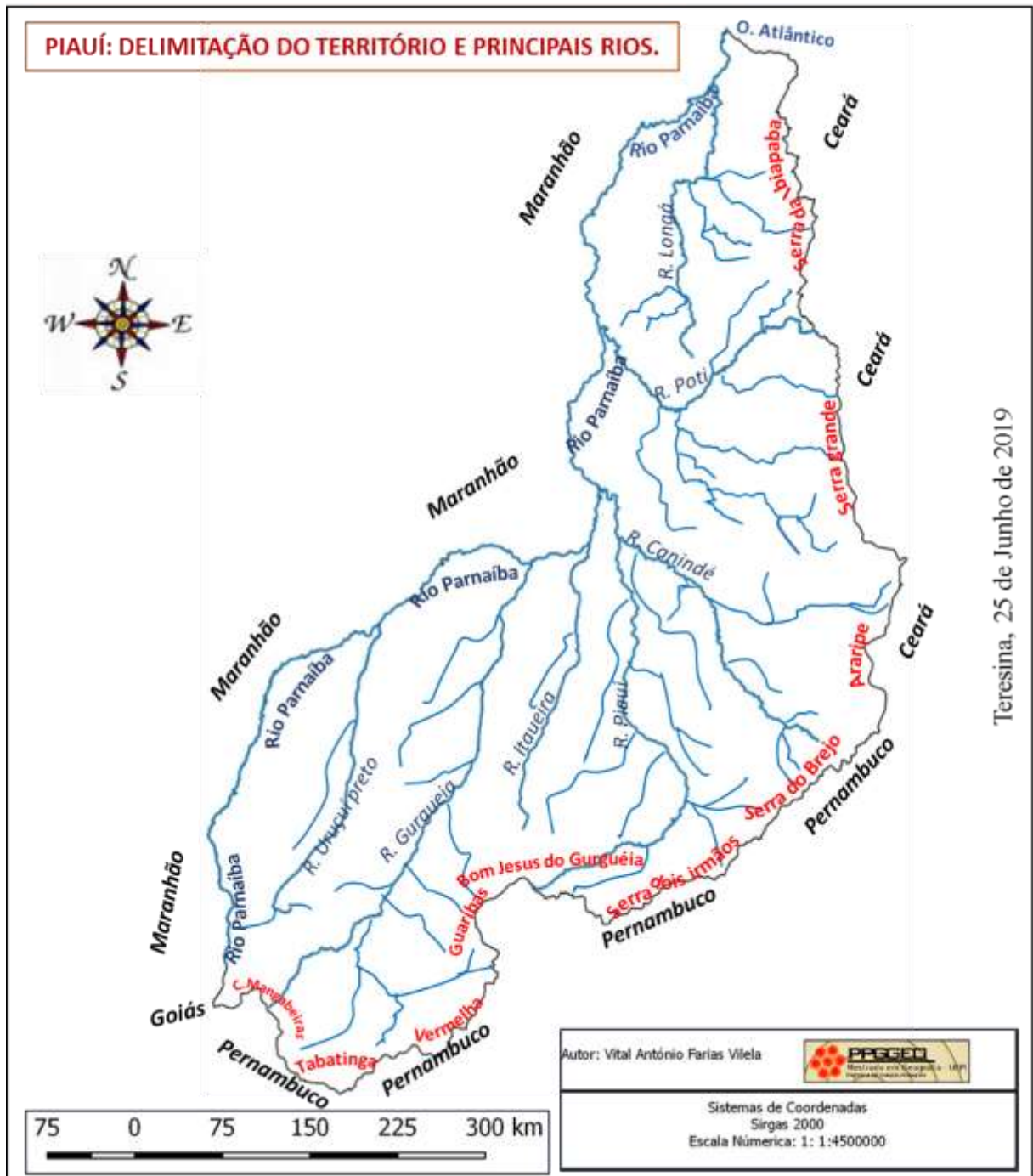
A colonização do Piauí, mesmo estando ligada de forma específica aos fenômenos passados na bacia do São Francisco e aos d'Ávila, não foge à normalidade do processo geral de colonização em exercício, naquele período (segunda metade do século XVII). Imaginamos que haveria muitos focos de colonização por todo o território da colônia Brasil, em exploração, como por exemplo, as áreas onde foram descobertas minas de ouro. Mas nem todos os retalhos de territórios conquistados e ocupados se tornaram capitânicas e estados. É exatamente a partir dessa abrangência geral que nos perguntamos sobre o que levou à formação do Piauí. Que condições existiam particularmente no Piauí, diferentes de outros tantos territórios, para se ter tornado uma capitania e mais tarde um Estado?

Para responder a essa questão podemos começar pela descrição física do território piauiense, a qual pode ser acompanhada no mapa da figura 2. Ali podemos observar que o território piauiense é caracterizado por uma faixa de terra que vai desde a bacia do rio São

³ A colonização, de forma simplista, pode ser entendida como um processo de transformação de um espaço natural, num espaço social, através da formação territorial. Subentende-se a “geografia humana como uma ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história” (MORAES, 2005, p. 41).

Francisco até ao Oceano Atlântico, no seu sentido longitudinal Sul/Norte – o mesmo sentido da colonização.

Figura 2: Mapa da delimitação do Piauí no período colonial e principais rios.



Fonte: Adaptado de Batista (1986, p. 17).

Entretanto, o território é delimitado a Este/Sudeste pelo relevo das serras que ainda hoje formam o limite entre o Ceará e o Piauí, e que, naquele tempo, deverão ter tido o papel de

barreiras naturais à progressão da colonização, vinda do lado do Ceará, o que poderá ter impedido o Ceará de se prolongar pelas terras do Piauí. Por outro lado, a Oeste/Noroeste a delimitação é feita pelo rio Parnaíba, que poderá ter sido barreira natural à progressão da colonização do lado do Maranhão em direção ao Este, conforme se pode observar no mapa da figura 2. Ao Sul, a serra dois irmãos é o divisor de águas entre a bacia do Parnaíba, onde fica o Piauí, e, a bacia do São Francisco, de onde partiu a colonização do Piauí. O que significa que as duas bacias têm uma ligação histórica. Deve ser salientado, entretanto, que as atribuições às formas de como o Piauí foi delimitado, são apenas possibilidades, as quais necessitarão de estudos mais aprofundados em outros contextos.

As delimitações do Piauí, entretanto, não nos deixam dúvidas, de que foram influenciadas, se não determinadas, pelas características naturais do seu relevo. Se hoje essas características naturais não são consideradas barreiras, naquele período, podem ser consideradas como grandes obstáculos à progressão dos colonos e ao povoamento, se levarmos em conta os poucos recursos disponíveis. Quanto ao nome, Piauí, segundo Rocha Pita (1730), se deve ao rio de mesmo nome, afluente do Canindé, assim chamado devido a um peixe que ali abundava, o “Piau”, provavelmente nome dado pelos nativos. A bacia deste rio, afluente do Canindé, foi o local de entrada da comitiva dos irmãos Afonso, no início da ocupação do território piauiense.

2.1 A OCUPAÇÃO DO PIAUÍ: QUAIS OS MOTIVOS E QUEM OCUPOU

São vários os motivos apontados para a ocupação do Piauí. Vários autores referem-se à expansão da economia (cultura da cana-de-açúcar e expansão das fazendas de gado). Outros alegam a necessidade de expulsar⁴ os nativos das margens do São Francisco, a partir das quais assaltavam os fazendeiros naquela bacia. É o caso de Alencastre (2015, p. 45), que se refere à questão da seguinte forma: “as hordas de selvagens, que habitavam as margens do rio São Francisco, nas terras de Pernambuco, confinantes com a Bahia⁵, Amoipirás e Ubirajaras, por muitas vezes tinham acometido as fazendas dos povoadores de uma e outra margem, [...]”.

Por sua vez, Santana (2008, p. 115), associa o início da ocupação do Piauí (à qual apelidou de “devassamento e povoamento”), ao momento por que passavam o Nordeste e a colônia em geral, na segunda metade do século XVII. Assim, segundo ele, a expansão das

⁴ No contexto da colonização, usa-se o termo expulsar, pois os colonos não reconheciam propriedade aos nativos.

⁵ Na época eram terras de Pernambuco. Passaram a ser Bahia já depois do fim do período colonial.

fazendas é o completar da expansão geográfica da colônia. A atividade econômica com base na pecuária de extensão, terá sido de certa forma, “reflexo do sistema econômico que se formara na faixa litorânea”. Ele considera que o aumento da cultura da cana terá levado a novas atividades. “A elevada rentabilidade do açúcar, produto de lavoura exclusivamente comercial, não permitia ao lado dos canaviais a fixação da atividade criatória complementar, porquanto lhe diminuía as áreas para a agricultura. A penetração do interior adveio como consequência”.

Santana (2008) aponta ainda outro motivo para a ocupação do Piauí. A comunicação por mar entre as pequenas capitânicas do nordeste e a Bahia estabelecia-se por mar com alguma vantagem em relação a terra. Porém, a ligação por mar com o Maranhão, não era tão vantajosa. Além de ser mais longe, segundo o autor, as viagens de retorno do Maranhão encontravam fortes ventos contrários a maior parte do ano, e, por outro lado, as embarcações voltavam vazias, por falta de frete. Isso terá levado, segundo ele, à necessidade de criar um caminho por terra que ligasse o Maranhão com as outras capitânicas do nordeste. Esse terá sido mais um motivo para a ocupação do Piauí. Aquele autor escreveu, inclusive, que o interesse no Piauí era muito mais no sentido de criar caminhos de ligação comercial entre as capitânicas do Maranhão, Ceará e Bahia, do que propriamente a colonização. Embora ele também refira a necessidade de novas terras para a pecuária, como motivo para a ocupação do Piauí.

Entretanto, a expansão territorial da colonização para terras do Piauí tem outra interpretação, segundo Lima (2016, p. 21). Segundo ela, essa expansão pode ter tido como origem a simples “garantia da manutenção e de aumento de riquezas e poder”, tendo em conta, claro, o valor que a terra tinha. A autora fala em períodos de menor valor do açúcar nos mercados internacionais e na necessidade que os senhores da terra tinham de diversificação da produção rural, partindo assim para a pecuária. Os motivos que a autora aponta, em parte estão de acordo com Bandeira (2007), e, por outro lado, estarão também corretos, mas farão mais sentido num período mais para o final do século XVII ou início do século XVIII, quando a atividade mineira se fez sentir, passando a consumir grandes quantidades de carne e, de certa forma levou à produção de carne, como uma boa opção econômica.

Não colocando em causa os motivos apontados por Alencastre (2015), Santana (2008) e Lima (2016), aliás, muito bem fundamentados, outros motivos podem ser apontados e, de certa forma, mais pertinentes. Segundo Bandeira (2007), ainda na primeira metade do século XVII, a coroa, através do Governador Geral da Colônia, terá pedido ao então senhor da Casa da Torre, Garcia d’Ávila, para fazer uma pesquisa preliminar na bacia do São Francisco, sobre a existência de ouro, ao que o senhor da Torre terá assentido com interesse. Garcia d’Ávila terá

preparado o seu contingente⁶ e terá partido nessa empresa. Não tendo encontrado ouro na margem direita do São Francisco, mais propriamente na sub-bacia do rio Salitre, eles passaram para a margem esquerda, igualmente sem resultados. Nestas incursões, a comitiva teve vários confrontos com os nativos, o que os obrigou a uma atenção maior e contínua, que os levou a atravessar o rio e entrar em terras da futura capitania de São José do Piauí. De lembrar que a Casa da Torre se apropriou de grande extensão de terras na bacia do São Francisco, e na sub-bacia do rio Salitre, área muito referida às atividades dos d'Ávila. Segundo Bandeira (2007), Garcia d'Ávila não chegou a ocupar o Piauí. Essa ação seria levada a cabo anos mais tarde pelos seus filhos Francisco e Bernardo.

As ações dos d'Ávila em relação ao Piauí, pela descrição de Bandeira (2007) e outros autores, estarão ligadas a dois fatores principais. Primeiro pela procura do ouro que não encontraram na bacia do São Francisco, e segundo, pelo combate aos nativos. E, terá sido assim, que em 1671/72, o Piauí terá sido conquistado aos nativos. Aqui, vamos considerar a ocupação oficialmente, a partir da concessão das primeiras sesmarias no território. Segundo Costa (1974, p. 46), em 12 de outubro de 1676, o governador de Pernambuco, D. Pedro de Almeida concedeu as “primeiras sesmarias em terras do Piauí a Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago, que as requereram”. Essas terras terão sido dadas em quantidades de 10 léguas em quadrado a cada um, nas margens dos rios Gurguéia e Canindé, as duas bacias primeiramente ocupadas.

Os empreendimentos dos d'Ávila e seus parceiros, em relação às terras conquistadas, tiveram um cariz, mais de apossamento do que de aproveitamento produtivo da terra. À medida que eles foram conquistando e avançando, foram pedindo as áreas conquistadas em sesmarias. Podemos imaginar que a Casa da Torre e seus parceiros quisessem preservar as terras no pressuposto de que viessem a revelar riqueza (minérios), quando fossem melhores exploradas. Porém, não se confirmando tais riquezas, partiram para a ocupação com fazendas de gado. Como entretanto, estas terras ficavam muito distantes da sua sede de controlo (a Casa da Torre, na Bahia), eles optaram por distribuí-las por posseiros arrendatários, retirando delas valor, sem nenhum investimento. Isto é o que se irá passar na maior parte do Piauí, desde o início da sua ocupação até ao final do século XVII.

2.1.1 Quem primeiro ocupou o Piauí?

⁶ A casa da Torre tinha o seu próprio exército.

Segundo Porto (1955), o território piauiense foi cruzado pela primeira vez em 1656 pelos padres Antônio Ribeiro e Pedro Pedrosa, do Maranhão para o Ceará. Ainda segundo o mesmo autor, esse caminho ficou imortalizado com a passagem do padre Antônio Vieira, em 1660, do Maranhão até a Ibiapaba. Esta travessia terá sido feita junto ao litoral, através do delta, porquanto o relato de Porto (1955, p. 26), fala da travessia de vários rios em sequência – “quase no fim da viagem o empecilho da passagem do Parnaíba⁷, cujos canais do delta terão feito Vieira supor a existência de rios diferentes”. Ele terá feito referência a catorze rios, que podem ser os rios e os igarapés, somados. Porém, o autor refere que, apesar de não deixar dúvidas da antiguidade da descoberta do Piauí, datando de 1514, a carta de Fróis que relata as viagens rumo ao Norte, ou a expedição das caravelas “Rosa” e “Princesa”, em 1531, “esses episódios do descobrimento do Piauí não têm correlação com o povoamento”.

Um dos autores que inspira maior credibilidade, que trata da colonização do Piauí, é Costa (1974), cuja obra “Cronologia Histórica do Estado do Piauí” é basicamente uma transcrição dos documentos que o autor encontrou no Arquivo Público de Pernambuco, em Recife. Segundo Costa (1974), as primeiras e tímidas incursões feitas em território piauiense, datam de 1587. Estas incursões terão sido feitas através dos rios do Delta, especialmente Tutoia, a partir do Maranhão, por mar. O autor fala também de algumas travessias de expedições, quer do Ceará ao Maranhão, quer do Maranhão ao Ceará, atravessando assim, o território piauiense (Expedição militar – Maranhão Ceará em 1616; Maranhão Ceará em 1626; incursão pela Serra Dois Irmãos, em 1639). Uma expedição de holandeses também terá cruzado terras do Piauí, em 1641. Isso significa que ao ser ocupado e colonizado, o território já era conhecido. Por esta altura, segundo o mesmo autor, o rio Parnaíba seria conhecido por Rio Grande dos Tapuias, Pará, e, mais tarde Punaré, e, até mesmo, Rio das Garças. Em relação ao rio Parnaíba, Porto (1955, p. 30) refere que ele passou a ser conhecido por esse nome a partir de 1680, quando, as cartas de sesmarias começaram a fazer-lhe referência com o nome de Parnaíba.

As referências de Costa (1974) às travessias do território piauiense, tal como acontece com as referidas por Porto (1955), nada têm a ver com o povoamento e consequente colonização do Piauí. O espaço que viria a transformar-se em capitania, e mais tarde em Estado do Piauí, foi ocupado e repovoado⁸ – tal como todo o território do Brasil – segundo o modelo feudal da organização político-econômica vigente na coroa portuguesa, a partir de 1676. Este modelo, segundo Saraiva (1996) é caracterizado pela concessão de poder por parte do rei, ao capitão donatário, o qual teria a obrigação de defender não só o território onde se incluíam os seus

7 O autor usou o nome que o rio já tinha quando escreveu a sua obra. O rio teve vários outros nomes antes.

8 Repovoado, porque já era povoado pelos nativos.

bens, mas o território nacional, no todo. Porém, se em Portugal isso era possível, sem grandes problemas, dada a pequena área territorial, o mesmo não se passou no Brasil onde numa área enormemente maior, a concessão de poder acabou fragmentando o poder da corte, colocando-o em risco. Para Bandeira (2007, p. 49), “os donatários, os governadores e também os sesmeiros eram agentes de autoridade do monarca, que por meio da concessão de benefícios tratavam de implantar seu próprio poder nas terras conquistadas”. O processo de colonização decorreu sob uma hierarquização do poder ou dos poderes, porque eram vários – o poder político, o poder econômico e o poder das espadas, todos eles influenciados pelo poder do Clero. A Casa da Torre terá sido o caso mais emblemático, segundo Bandeira (2007), onde a feudalidade foi tão essencial na colonização do Nordeste e, ao mesmo tempo, se terá manifestado de forma clara. A família d’Ávila teve um enorme poderio e com ele, teve também, grande influência na ocupação do território piauiense. Sobre o poderio dos d’Ávila, escreveu Bandeira (2007):

Sucessivas gerações dos senhores da Torre de Garcia d’Ávila não apenas conquistaram os sertões, à frente de suas tropas, como, por três séculos, detiveram o domínio econômico, político e militar sobre uma extensão territorial mais vasta do que muitos reinos na Europa: cerca de 300 000 km² de extensão (BANDEIRA, 2007, p. 50).

Dadas as circunstâncias da época, não é difícil entender a importância que a Casa da Torre e os d’Ávila tiveram para a corte. Com o seu poderoso exército, durante três séculos, prestaram serviços à coroa, não só “na expansão das fronteiras quanto na defesa da colônia” (BANDEIRA, 2007, p. 50). Segundo o mesmo autor, desde o início da colonização a Casa da Torre bramiu e conservou aquilo que mais interessava à coroa, que foi o seu próprio exército. Exército esse, que terá servido para lutar com os nativos que ocupavam as futuras terras do Piauí, levando à sua ocupação. Assim, em 1657, segundo Bandeira (2007), os d’Ávila obtiveram várias léguas de terra no sertão do rio São Francisco, tanto na margem direita (lado da Bahia), como na margem esquerda, onde a bacia liga com o Piauí. O interesse inicial por estas terras estaria agregado ao interesse em descobrir minas de metais preciosos, como já foi referido. Surgiu então, nova oportunidade para os d’Ávila e seus parceiros, os irmãos Afonso. Segundo Bandeira (2007), Francisco Dias d’Ávila (herdeiro de Garcia d’Ávila), em 1672, terá feito uma incursão por terras do Piauí, a pedido do Governador Geral, a fim de acalmar os índios tapuias, os quais haviam atacado vilas e currais de gado na bacia do S. Francisco. Com o seu exército, acompanhado por três religiosos (padres franciscanos) ele dirigiu-se para o vale do rio Piauí onde enfrentaria os guesgues (guasques). Em 1674, segundo o mesmo autor, o chefe da Casa da Torre ofereceu-se para nova incursão em terras piauienses, com o seu grupo

de parceiros, onde faziam parte seu irmão Bernardo Pereira Gago, Domingos Roiz de Carvalho e os irmãos Domingos Afonso e Julião Afonso, organizadores da expedição. Bandeira (2007) refere que faziam parte da comitiva, 100 homens brancos armados e um grande número de índios aforados encabeçados por “alguns línguas”⁹.

Esta última investida por terras do Piauí teve outro resultado para os d’Ávila e para os irmãos Afonso. Eles mais uma vez rejeçaram os nativos, e, ao mesmo tempo, ficaram com as terras conquistadas, tendo-as mais tarde requerido como sesmarias. Por fim, segundo Costa (1974, p. 46), em 12 de outubro de 1676, o governador de Pernambuco, D. Pedro de Almeida concedeu as “primeiras sesmarias em terras do Piauí a Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago, que as requereram”. Essas terras terão sido então dadas em quantidades de 10 léguas em quadrado a cada um, nas margens do rio Gurguéia e do Canindé.

Perfilam-se, assim, como primeiros e principais colonizadores do Piauí, os d’Ávila (irmãos Francisco Dias e Bernardo Pereira Gago) e os seus parceiros, irmãos Afonso (Domingos e Julião). Domingos Jorge Velho é apontado por vários autores como tendo sido o primeiro a colonizar o Piauí, com o seu exército, porém as muitas divergências em torno de datas e das atividades atribuídas ao bandeirante paulista obrigaram a uma pesquisa mais profunda, que nos levou à conclusão da possibilidade de Domingos Jorge Velho¹⁰ nem sequer ter entrado no Piauí.

As primeiras associações de Domingos Jorge Velho ao Piauí aparecem impulsionadas por Rocha Pita (1730), na sua obra “História da América Portuguesa”. Porém, por muitas verdades que Pita conte no seu livro, sempre fica a dúvida, por conta das hilariantes invenções que o mesmo também conta como verdades. A segunda vez que Domingos Jorge Velho é associado ao Piauí, é num documento datado do início do século XVIII (1705), em que sua pretensa viúva requer sesmarias nas margens do rio Poti e que chegariam à confluência deste rio com o Parnaíba. No documento citado por Costa (1974), as referências das terras requisitadas baseavam-se nos rios de nome Potingh e Parnaíba, assim entendidos na escrita dos requerimentos tendo por argumento a sua ocupação em 1662/63. Acontece que aqueles nomes de rios não existiam à data no Piauí. Por outro lado, eles existiam sim no território de Alagoas. Segundo Costa (1974, p. 39), “as sesmarias pedidas pela viúva de Domingos Jorge Velho, eram desde a nascente do rio Potingh (ou camarões), até onde se mete naquele da Parnaíba, na largura

9 Nativos que dominava a língua portuguesa e serviam de interpretes.

100 bandeirante paulista. Porque houve outros homens com o mesmo nome, um deles, inclusive era sobrinho de Julião Afonso e teve atividade no Piauí. Outro nasceu em São Paulo numa vila de nome Parnaíba.

de três léguas e comprimento de uma légua, [...]”. O autor, entretanto, refere a existência de um relatório que fala das nascentes de um rio *Puturig*, ou dos camarões, até onde se mete nos rios da Paraíba Grande, Pequena, Satuba e Mundaú.

Tendo em conta que estes documentos citados são manuscritos, o autor não exclui a possibilidade de ter havido algum erro de compreensão dos respectivos nomes dos rios. E, assim sendo, a sesmaria requisitada pela viúva de Domingos Jorge Velho, bem pode ser em Alagoas, em vez do Piauí, cujas margens do rio pretensamente ocupadas por ele têm cerca de 660 km de extensão (desde as suas nascentes até desembocar no Parnaíba), bem mais longas do que as três léguas por uma légua, no documento de requisição. Outro dado importante é que o rio que pretensamente seria o Poti, nessa época tinha o nome de Itaim-açu. Por outro lado, segundo Porto (1955, p. 46), na obra “Descrição do Sertão do Peauhy”, do Padre Miguel de Couto, datada de 1697, apenas constam “nove fazendas, perfazendo uma extensão de 21 léguas”. Segundo refere o autor, “nenhuma dessas fazendas se situava na confluência do Poti com o Parnaíba”, ou seja, não há qualquer registro da presença de Domingos Jorge Velho nas margens do Poti (Itaim-açu). Também não podemos deixar de lembrar, que seria fácil a quem fez a tal “Descrição do Sertão do Peauhy” encontrar o arraial de Domingos Jorge Velho, com as suas tropas estimadas em 1400 pessoas, mais os seus gados e instalações de acampamento, coisa que não aconteceu. Em todas as obras lidas sobre a colonização do Piauí, não foi encontrado nenhum registro do estabelecimento de Domingos Jorge Velho no Piauí.

Sobre o paulista Domingos Jorge Velho, há outras questões a colocar. De onde afinal saiu o bandeirante, quando veio acudir aos Palmares? Segundo Porto (1955), há várias cartas e menções a essa atividade de Domingos Jorge Velho. Várias delas fazem crer que ele estaria no Nordeste, mas no Rio Grande do Norte, isto devido aos rios que servem de referência. Por outro lado, em relação ao Piauí, não existe nenhuma menção. Caso o bandeirante tivesse estado no Piauí até a celebre chamada para os Palmares, ele teria vivido aqui com o seu regimento, como fantasmas invisíveis, visto que não há nenhum registro da sua atividade. Entretanto existem registros, segundo Porto (1955) e outros autores, sobre Domingos Jorge, sobrinho de Julião Afonso, que terá herdado as fazendas do tio e que ficou conhecido no Piauí. Leva-nos a crer que estes registros e a vontade de associar o “herói paulista” à descoberta do Piauí, tenham sido a razão para que alguns autores defendam essa tese sobre o paulista, juntando duas pessoas distintas num mesmo nome. Por fim, temos ainda registros que dizem que Domingos Jorge Velho terá partido de São Paulo para os Palmares¹¹. Desse pressuposto, à partida, tiramos

11 Porto (1955, p. 52, 53).

qualquer dúvida sobre o não estabelecimento do paulista no Piauí. Embora não tenhamos provas claras sobre isso, tudo parece indicar que o bandeirante paulista nunca esteve estabelecido no Piauí.

Alencastre (2015, p. 48), critica as narrações à volta de Domingos Jorge Velho como descobridor do Piauí, referindo que muitos cronistas e escritores responsáveis por essas narrações, o têm feito “sem o menor exame, sem a mais pequena crítica, ou pela muita confiança que depositam nos antigos historiadores, ou também por se livrarem do enfadonho trabalho do exame e trabalhosa crítica, [...]”. O autor diz não entender qual o fundamento com que os historiadores atribuem ao paulista Domingos Jorge Velho as honras de ter descoberto o Piauí. Então ele justifica o seu desacordo com a narração sobre o paulista: “sendo verdade, como é que o indivíduo por nome Domingos Jorge, que um importante papel representou nas cousas do Piauí, era sobrinho de Julião Afonso”? Ele complementa, defendendo que “devemos duvidar do paulista Domingos Jorge e lhe negarmos as honras de descobridor”.

A posição destes autores, a falta de provas claras nos muitos relatos sobre Domingos Jorge Velho, que foram publicados, pode ter sido impulsionada pela confusão feita em cima do nome de um rio ou de uma cidade ou ainda de uma província. Paraíba rio confundido com Parnaíba vila paulista, ou esta, confundida com rio Parnaíba. Segundo Porto (1955, p. 53), Domingos Jorge Velho descende de Francisco Jorge Velho e Francisca Gonçalves. Ele “está ligado em terceira geração, a Simão Jorge e Agostinho Rodrigues, povoadores quinhentistas de São Vicente¹²”, a primeira vila erguida em território brasileiro.

O fato de Domingos Jorge Velho ter nascido em território brasileiro e ter ficado na história como um homem forte e um abnegado desbravador da colônia Brasil, também pode ter influenciado os historiadores. Alguns, por ventura, ainda confundiram o bandeirante com outros Domingos Jorge – o sobrinho de Juliano Afonso ou um outro, parnaibano, Domingos Jorge Velho, filho de Simão Jorge e de Francisca Álvares – segundo Porto (1955). De qualquer forma, há hoje enraizada entre os acadêmicos, a idéia de que tenha sido Domingos Jorge Velho o primeiro povoador do Piauí. Parece que as pessoas nem querem ouvir outra versão que destrone do seu pedestal de herói, o bandeirante paulista, mas a realidade é outra. Quem terá chegado primeiro foram os irmãos Francisco d’Ávila e Bernardo Pereira Gago, pela bacia do Gurguéia, e os irmãos Domingos Afonso (Mafrense ou Sertão) e seu irmão Julião Afonso (Serra) pela bacia do Piauí, rio que daria o nome ao território.

¹² São Vicente não foi só a primeira vila erguida em território brasileiro, mas foi também a primeira fora da bacia atlântica, a cerca de 700 metros acima do nível do mar, onde é hoje São Paulo (AZEVEDO, 1994).

2.2 O INÍCIO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL – PROCESSO DE APROPRIAÇÃO

A formação territorial do Piauí, tal como outras formações territoriais, teve um início – processo de apropriação; um período de desenvolvimento – processo de materialização territorial; e um fim – processo de construção –, que em conjunto, lhe conferem uma história única com traços geográficos igualmente únicos, da qual, tentamos proporcionar a melhor versão. Atendendo a que a formação territorial do Piauí se deu num momento de expansão da colonização em geral, precisamos nos perguntar, como exatamente se formou este território, numa faixa de terras entre o rio Parnaíba e a linha sinuosa de – geralmente pequenas – serras que fazem a divisa do lado Este, Sudeste e Sul, com os territórios dos atuais estados do Ceará, Pernambuco, Bahia e Tocantins, respectivamente. Então, a partir daqui, podemos assumir algumas peculiaridades encontradas na formação territorial do Piauí. Uma delas é o sentido da ocupação, do interior para o litoral. Os motivos pelos quais esta faixa de terras estava desocupada da colonização e os motivos que levaram então à sua ocupação são tratados por vários autores, porém com divergências, as quais obrigaram a estudos mais profundos, em várias obras, no sentido de chegar a uma conclusão credível.

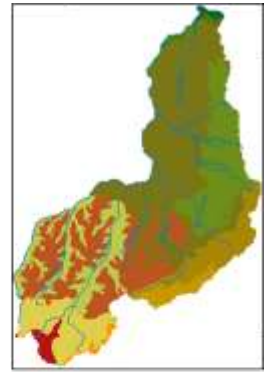
Segundo Moreira (2014, p. 12), são três os vetores territoriais, instituídos pelo processo colonial. “O bandeirismo, a catequese e a expansão do gado”. Entretanto devemos ter em conta que a formação territorial do Brasil está intimamente ligada ao apoderamento de terras e ao latifúndio. O Piauí está inserido nesse processo. A família d’Ávila, da Casa da Torre é exemplo disso, pelo patrimônio que agregou. O próprio modelo que foi usado pela coroa para dinamizar a colonização, com as capitânicas hereditárias foi um incentivo ao apoderamento das terras e por consequência, ao latifúndio.

Para Moraes (2000, p. 18), “o território é um espaço social que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo é inexistente como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza”. Assim, o Piauí passou a existir depois que foi ocupado, transformado e qualificado com o nome de Piauí. Isso indica também que “o território é um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que ocupa”. Além, do mais, “a colonização é antes de tudo, uma relação sociedade-espaço. A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto, no qual os ‘naturais’ do lugar são concebidos como atributos do espaço, uma sorte de recurso natural local” (MORAES, 2005, p. 68).



3

A FORMAÇÃO TERRITORIAL E O PROCESSO DE MATERIALIZAÇÃO



3.1 APRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO: LOCALIZAÇÃO E BASES GEOLÓGICAS

Antes de entrarmos no processo de materialização, é importante fazer um resumo sobre as características do território que vai ser materializado, nomeadamente em termos de posição geográfica e bases geológicas. O relevo, a vegetação e clima serão tratadas mais adiante.

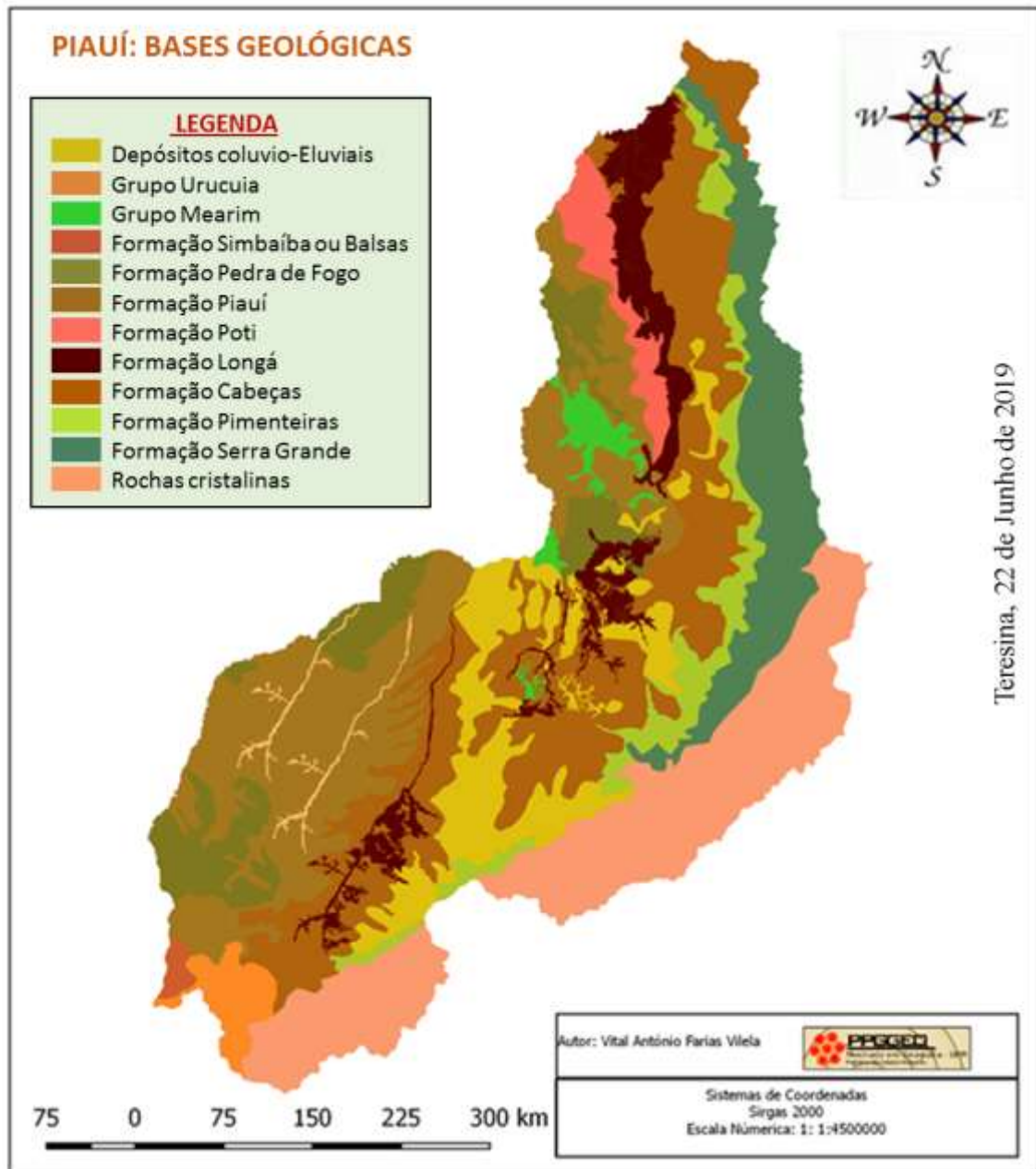
O Piauí tem a particularidade de ficar quase 100% dentro da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba. Subtraem-se apenas uma pequena faixa no extremo Norte que fica na bacia atlântica Nordeste Oriental e duas pequenas parcelas no Sudeste e Sul, que ficam na bacia do São Francisco. A fisionomia do território é muito particular, caracterizando-se por uma faixa estreita e sinuosa, entre o Rio Parnaíba e a linha de serras que fazem a divisa com o Ceará, Pernambuco, Bahia e Tocantins (contemporaneamente, estes últimos). No mapa da figura 2, é possível observar todos os limites, e as principais sub-bacias que cruzam o Estado, todas em sentido ao Rio Parnaíba e um pouco para Norte, o que nos dá a idéia de que o território tenha uma ligeira inclinação geral para o rio principal e na direção do Oceano Atlântico. Além dos rios principais, o Piauí é recortado por dezenas de pequenos riachos, alguns deles observáveis no mapa da figura 2. Embora na sua maior parte, esses riachos sejam sazonais¹³, eles tiveram influência significativa no processo da colonização e na organização do território, tendo ainda hoje, um papel importante na economia agrícola e pecuária.

Segundo Abreu e Rebelo (2010), “o Piauí fica entre as coordenadas geográficas, ao Norte, 2° 44’ 29” latitude Sul, “ponto localizado na Barra das Canárias, no município de Ilha Grande, nos limites com o Estado do Maranhão e com o Oceano Atlântico”; a Sul, 10° 55’ 41” de latitude Sul, cujo ponto se localiza na “chapada da Limpeza, no município de Cristalândia do Piauí, próximo à nascente do riacho baiano Serrito, no limite com o Estado da Bahia”; a Este, 40° 29’ 00 longitude Oeste, cujo ponto está “localizado próximo à nascente do riacho Marçal, no município de Pio IX, no limite com o Estado do Ceará”; por fim, a Oeste, 45° 59’ 42” longitude Oeste, cujo ponto está localizado numa curva do rio Parnaíba, logo abaixo da cachoeira Apertada Hora, no município de Santa Filomena, no limite com o Estado do Maranhão” (ABREU; REBELO, 2016, p. 10, 11).

Quanto às bases geológicas, segundo Lima (2010, p. 41), o Piauí é “formado por partes de grandes unidades estruturais que ocorrem no Nordeste: embasamento cristalino, bacia sedimentar do Parnaíba, bacia sedimentar do Araripe, e, depósitos de cobertura”. O mapa da figura 3 mostra as principais bases geológicas que compõem o território piauiense.

13 Rios ou riachos sazonais, são aqueles que apenas correm nos períodos chuvosos.

Figura 3: Mapa geológico do Piauí.



Fonte: Adaptado de Lima (2010).

O embasamento cristalino encontra-se no Sul e Sudeste, na faixa das pequenas serras, que vai desde a serra da Tabatinga, até à chapada do Araripe. As rochas que compõem aquele escudo, segundo Lima (2010, p. 42), “datam de períodos geológicos anteriores ao Cambriano da era Paleozoica, por isso são designadas genericamente de pré-Cambrianas”. A presença daquelas pequenas serras sugere, entretanto, soerguimentos de borda de bacia, mais concretamente da bacia do São Francisco, pois acabam sendo ao mesmo tempo o divisor de águas entre as duas bacias, a do São Francisco e a do Parnaíba. As rochas cristalinas aparecem também no extremo norte, no Ceará, perto dos limites com o Piauí, e, dentro do Piauí, na Pedra

do Sal, onde são visíveis afloramentos de granito¹⁴. A autora fala ainda em outros pequenos afloramentos cristalinos espalhados pelo interior do Piauí, nomeadamente de diabásio.

A bacia sedimentar do Parnaíba é, para Lima (2010, p. 43), a primeira unidade estrutural, a maior e mais significativa. Ela abrange praticamente todo o Piauí e boa parte do Maranhão. Esta bacia, segundo a autora, foi formada, na sua maior parte, “durante o intervalo de tempo entre os períodos Siluriano e Permiano da era Paleozoica, a partir do desgaste das províncias geológicas vizinhas”. Quanto à bacia sedimentar do Araripe, conhecida como Chapada do Araripe tem uma estrutura composta por “camadas de rochas sedimentares sobrepostas horizontalmente, dando uma forma de planalto tabular [...]” (LIMA, 2010, p. 44).

Os depósitos de cobertura são referidos por Lima (2010, p. 45), como correspondendo “às camadas de sedimentos superficiais recentes, do ponto de vista geológico, ou seja, datados da era Cenozóica”. A autora refere dois grupos: grupo Barreiras; e sedimentos Quaternários. O grupo Barreiras, é visível no extremo Este do litoral piauiense, em Cajueiro da Praia. Entretanto, o território é atravessado entre os extremos Norte e Sul por quatro formações geológicas, Formação Pimenteiras, Formação Cabeças, Formação Longá e Formação Piauí. Esta última fica mais perto do rio Parnaíba. A mais abrangente é a Formação Cabeças. A Formação Longá, embora chegue quase no extremo Sul do território, ela tem maior preponderância na metade Norte. A Formação Pimenteiras representa uma estreita faixa que contorna a sequência de serras até no Sul. Há ainda a salientar uma mancha considerável, no centro/sul, formada por depósitos Colúvio-Eluviais, e, uma outra formação que aparece em várias manchas ao longo do território sempre junto ao rio Parnaíba. Estas são as principais bases da geologia piauiense, embora sejam visíveis no mapa da figura 3, algumas outras pequenas formações não significativas.

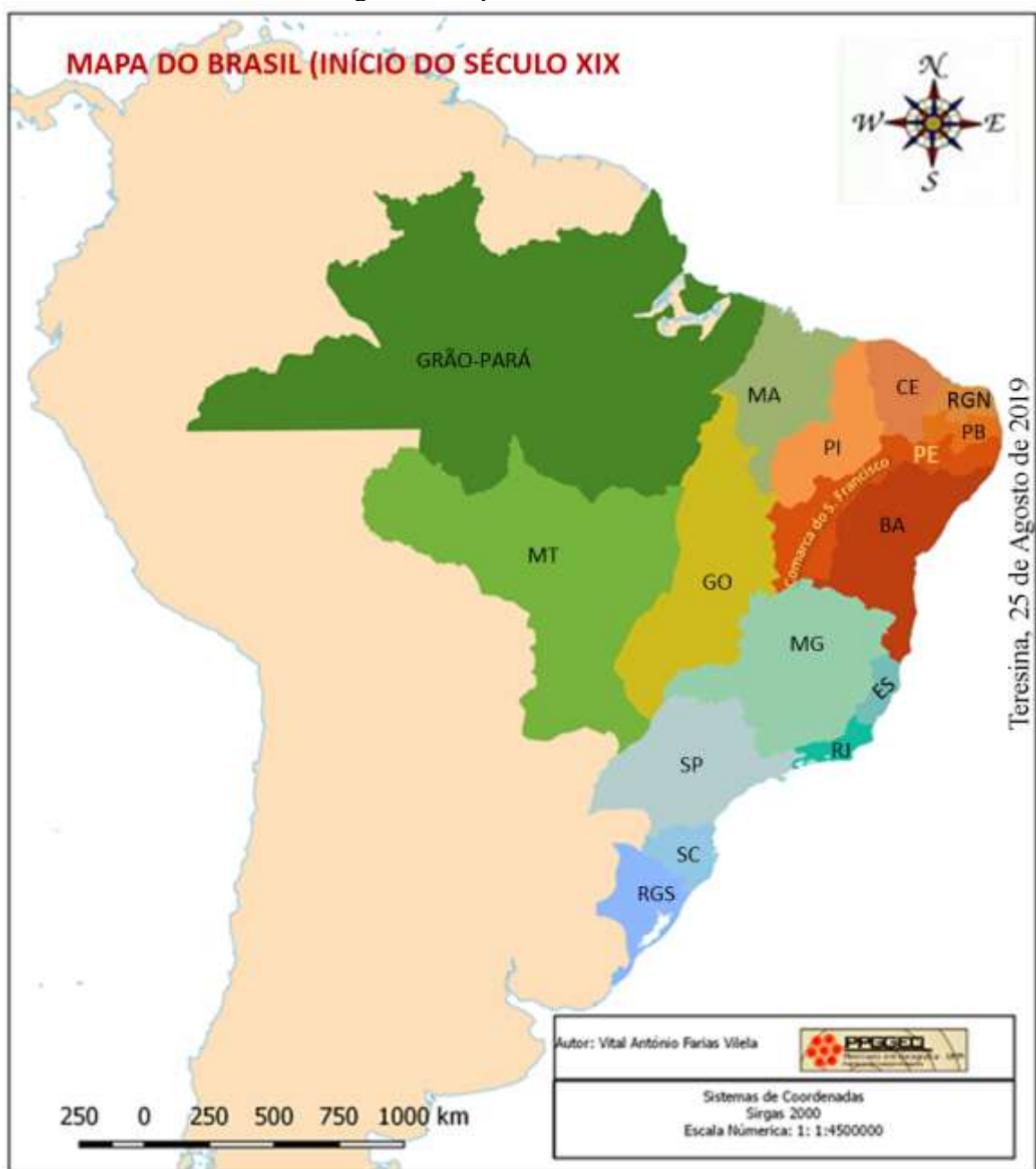
Foi em cima deste embasamento que se desenvolveu o processo de materialização, durante o processo maior que é a própria formação territorial, um processo que Moraes (2005) propõe como cumulativo e contínuo que se dá através dos processos de materialização do espaço e das construções. Segundo ele,

a formação territorial é, do ponto de vista espacial, um processo cumulativo que articula os resultados de formas de sociabilidade não necessariamente contínuas e sincrônicas; as intervenções e construções anteriores aparecendo ante um novo ciclo de povoamento como parte da herança espacial local, perfilando-se ao lado das características do meio natural como elementos de qualificação dos diferentes espaços (MORAES, 2005, p. 54).

14 Observado em trabalhos de campo.

As terras do Piauí, no momento da conquista e consequente ocupação, pertenciam à jurisdição de Pernambuco. Pernambuco, por sua vez, tinha um poder muito abrangente, através do Bispo de Olinda, a maior entidade religiosa na colônia e ao mesmo tempo, a mais influente em termos gerais. De qualquer modo devemos salientar que o território pernambucano na época se expandia pela bacia do São Francisco, até Goiás e Minas e, assim continuou até ao início do século XIX. Como a bacia do São Francisco ficava desligada pela mata atlântica, esta foi constituída comarca do São Francisco, como mostra o mapa da figura 4, abaixo.

Figura 4: Mapa do Brasil de 1822.



Fonte: Adaptado de Albuquerque (1977).

As terras que se ligavam com a bacia do São Francisco, que foram descobertas e ocupadas, pertenceriam à mesma comarca, quer pela bacia, em direção a montante, quer no sentido do Piauí. Daí, por conseguinte, as primeiras sesmarias terem sido concedidas a partir de Pernambuco, pelo então governador D. Pedro de Almeida (COSTA, 1974). Isso mostra bem como o Piauí está associado à bacia do São Francisco.

O Piauí, situado numa faixa de transição da mata amazônica para o cerrado e a caatinga, principalmente próximo ao fundo da bacia principal (do Parnaíba), era uma área rica em pastos para o gado, principalmente nos meses de chuva. No lugar de uma mata fechada e alta como a mata atlântica, a caatinga, aqui e ali tinha uma clareira com pastos. O fato de as partes mais altas do Piauí serem na sua maior parte de solos rasos, inibe a fixação de árvores de grande porte, daí a característica da sua vegetação de modo geral, mais baixa e do tipo arbustivo, no caso de caatinga pura, salpicada com espécies arbóreas, representando uma vegetação mista, ou ainda, uma vegetação inteiramente arbórea, salpicada aqui ou ali com árvores de maior porte, neste caso se identificando como cerrado. Acreditamos que na proximidade dos rios, nas zonas flúvicas, houvesse árvores de grande porte, pois ali existem solos mais profundos. Estes espaços terão tido a preferência dos colonizadores, nas suas escolhas para instalarem as suas fazendas, preocupando-se apenas de as deixar a salvo das enchentes, em algum ponto mais alto, como uma colina.

Quanto à vegetação e relevo do Piauí, Casal (1817) refere que não tinha grandes bosques e serranias, o que pressupõe para aquele autor a presença de poucos nativos, por falta de refúgios. Alencastre (2015) rebate Casal (1817), defendendo que o Piauí à época da colonização tinha suficientes e frondosas matas nas margens dos seus rios, capazes de albergar os índios. Acreditamos que junto ao rio Parnaíba haveria uma mata arbórea suficientemente acolhedora para os nativos, tal como outras zonas do território, principalmente na parte Norte, mas não só. Ainda hoje observamos pequenas manchas de matas fechadas, quer nas faixas de transição quer, também nas serrinhas, das quais a Flona¹⁵ é um verdadeiro exemplo.

3.2 O POVOAMENTO DO TERRITÓRIO

O povoamento do território é quem consolida a colonização, entretanto a atividade econômica é o veículo que leva à materialização do território. Como diz Moraes (2005, p. 56),

¹⁵ A FLONA – Floresta Nacional de Palmareis é uma unidade de conservação (UC) Federal de uso sustentável que fica na zona rural de Altos-PI, junto à BR 343.

“A formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais”.

A criação do gado tinha vantagem sobre qualquer outra atividade econômica. Além de não exigir grandes investimentos, tinha também vantagem na hora do escoamento, pois o gado era auto transportável. Apenas precisava ser orientado, e podia percorrer grandes distâncias. Por outro lado, a posição do Piauí numa zona de transição entre a mata amazônica e o cerrado e caatinga, dava-lhe alguma vantagem para a prática do pastoreio, quando comparado com as áreas de mata atlântica. Escreve Abreu (1988, p. 52), que a mata atlântica não era compatível com a criação de gado. “Que a mata é incompatível com a criação do gado, ainda se vê no Amazonas”. E ele completa o seu raciocínio: “a pouca luz que cõa através das árvores unidas do arvoredo não permite a formação de pasto; para os ruminantes a opulência vegetativa redundava em inanição irremediável”. Depois ele faz uma comparação com a caatinga, dizendo que ela é mais hospitaleira, pese, embora, os espinhos, que segundo o autor são uma herança dos tempos diluviais e ter-se-ão tornado nas grandes armas contra as preguiças colossais e numerosas.

Segundo Abreu (1988, p. 52), os primeiros colonos terão evitado as caatingas. Eles alegavam que as caatingas não deixavam que se desenvolvessem os pastos. O autor refere que, “mais tarde, porém, acomodaram-se com elas: porque entre um tronco e outro há sempre comédia; entre uma caatinga e outra há sempre campos; de certas árvores que não perdem a folha, aproveita-se a rama para alimentar a gadaria contra o flagelo das secas”.

Com vantagens mais ou menos visíveis, o Piauí acabou sendo ocupado por mais de uma centena de fazendas de gado ainda no século XVII. O povoamento iniciado nas bacias do Canindé/Piauí e do Gurguéia, foi-se expandindo, ao longo dessas bacias, e passando para outras, como a do Poti, a qual viria a ser uma das mais povoadas, e também para a do Longá, igualmente muito povoada. Mais ao sul, a pequena bacia do Itaueira também foi bem povoada. Já a bacia do Uruçuí Preto, demorou para ser povoada pelos colonos em face da densa ocupação por parte dos nativos. Segundo Abreu (1988, p. 63), “o gado semeado nas cercanias da Serra dois Irmãos e do alto Piauí, medrou tanto que atingiu as terras do Parnaguá [...]”.

O povoamento foi quem deu origem ao território. Ou seja, foi através do povoamento que se deu o apossamento do espaço e a sua transformação. Tudo isso segundo algum tipo de organização. Sintetizando, temos um espaço ocupado, delimitado e transformado, onde uma sociedade ou grupo social exerce atividade econômica e reflete a sua soberania, o que representa então um território, segundo Moraes (2000). Temos um território piauiense delimitado, pela

força da própria natureza – os seus limites são naturais – e organizado também com influência da natureza, já que os primeiros povoadores/repovoadores tiveram como preferência, ocupar os fundos de bacia onde havia maior potencial de pastagem para o gado. Com a ocupação e a sequente expansão dessa ocupação, consolidada com a instalação das fazendas de gado, que caracterizam ao mesmo tempo a materialização, iniciamos de forma efetiva a formação territorial do Piauí.

3.3 AS FORMAS DE MATERIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A EXPANSÃO

O espaço em cima do qual se constituiu o território piauiense, é considerado, pelos autores citados, como um espaço natural, onde, os nativos que, entretanto, o ocupam, não contam no espírito colonialista, como sendo os verdadeiros donos desse espaço. Pelo contrário, eles são considerados como parte integrante do próprio meio.

Num primeiro momento o território é formado sobre um espaço que pretensamente é natural, ou se preferirmos, isento de uma sociedade que se caracterize como uma soberania. Num segundo momento, em face da ocupação, do estabelecimento dos colonos fazendeiros, da conseqüente materialização do território e da vida em sociedade que se inicia, entre eles, vamos ter um espaço social. Um espaço ocupado, delimitado, qualificado e transformado, produzido pelo homem colono, que consegue ter um impacto significativo sobre o primeiro. É sobre este espaço que se chega à materialização do território e à consolidação da formação territorial, através do processo de construção.

Depois que definimos os dois espaços, onde foi criado o território e onde vai ser materializado e consolidado esse mesmo território, vamos agora definir os elementos que pertencem a esse teatro, e que vão participar no processo de formação territorial, salientando desde logo que esse é um processo contínuo.

Haverá elementos mais preponderantes que outros, mas não devemos desprezar a participação de cada um deles, para podermos entender melhor essa organização. Assim, consideramos como elementos participantes da organização e materialização do território piauiense, os próprios colonos; os órgãos de estado, representantes da coroa; o Clero; os nativos e os escravos africanos. Por fim, precisamos elencar, também, os fatores que influenciaram a organização do território. Consideramos como fatores, a natureza (o relevo, a vegetação, o clima, a hidrografia), as atividades econômicas e a cultura dos elementos participantes.

Vamos primeiro discutir os elementos que fazem parte do processo de colonização. Os colonos como conquistadores e povoadores, podem ser considerados como elementos principais. Eles ajudaram na conquista das terras, eles as desbravaram, ocuparam e rentabilizaram (materializaram). Porém, os órgãos de governo, representantes da coroa, tiveram também a sua cota de contribuição, quer no momento da atribuição das terras, delimitadas segundo as normas da governança, quer no fazer cumprir as leis expressas pela coroa, em relação à posse e, às diretrizes que previam a colonização nas formas do povoamento e do desenvolvimento econômico. Mais tarde no período pombalino, essa contribuição foi ainda maior, pois foi do Estado que partiu a ordem para a formação das primeiras vilas e a pretensão do que elas deviam representar – pontos de congregação das populações, elos de ligação entre as populações dispersas, e, muito importante, uma forma de disciplinarização da população que, haveria de possibilitar um maior controle dos impostos a cobrar pela coroa, representando ao mesmo tempo uma maior eficiência nas cobranças.

O Clero teve igualmente participação, principalmente através dos jesuítas e das suas atividades religiosas de catequização dos nativos; na idealização e instalação das missões ou reduções, que em alguns casos foram o primeiro passo para a criação dos primeiros núcleos populacionais e urbanos. Para a formação destes núcleos, foi também muito importante a construção e atividade das primeiras capelas e igrejas, à volta das quais nasceram as primeiras freguesias.

A participação dos nativos foi também de grande importância na organização do território piauiense. Num primeiro momento, a influência deles foi negativa¹⁶, pois dificultaram a instalação dos colonos, influenciando a evolução da ocupação do território. Segundo Porto (1955), foram vãs as esperanças dos portugueses na inclusão dos índios como mão de obra no processo de colonização. Entretanto, o autor defende que os jesuítas dificultaram ainda mais essa missão já de si difícil. “Segregados nas chamadas ‘reduções’, os selvagens obedeciam como autômatos ao comando dos jesuítas, privados de qualquer contato com os colonos brancos” (PORTO, 1955, p. 20).

Não será difícil entender esta relação dos índios entre os jesuítas e os colonos. Os colonos devassaram a vida dos nativos, conquistando pela força as suas terras, tomaram as suas mulheres e dizimaram grande parte da sua população. Nas reduções jesuíticas os nativos tinham regras a cumprir, mas também tinham comida, dormida e paz. A autoridade dos jesuítas garantia aos nativos que ninguém os molestaria. Isso fez com que as dificuldades dos colonos

¹⁶ Foi negativa relativamente aos objetivos dos colonos, de apossamento e colonização do espaço que era deles até então.

portugueses tenham aumentado e os conflitos também. O período pombalino veio marcar o fim desse conflito. Porto (1955, p. 20) cita a carta régia de 12 de maio de 1798, que segundo ele, “impôs o trabalho obrigatório dos índios sob fiscalização de autoridades que faziam cumprir as leis protetoras de Pombal”. Devemos salientar que neste momento os jesuítas já estavam sendo expulsos e, portanto, os índios já não tinham a sua proteção. Mais tarde vieram outras leis que favoreciam os nativos, tudo na tentativa de os incluir na sociedade. Para isso foram-lhes dados altos cargos administrativos nas suas vilas.

Os nativos são muito reclamados, principalmente como sendo um povo preguiçoso em relação ao trabalho, e, na realidade, fazendo fé nos relatos dos clássicos sobre a colonização, os nativos terão sido, de fato, problemáticos em relação aos propósitos dos colonos. No entanto, não podemos desprezar a sua cultura própria e os seus hábitos de vida. Parece-nos que, com um espaço natural enorme para percorrer, tão recheado de recursos, podiam aqueles seres viver descontraidamente, da forma mais preguiçosa, caçando quando precisavam, comendo e amando quando tinham vontade, sem terem que obedecer a rigorosos ritmos de vida¹⁷. A chegada dos colonos, à partida, veio expulsar os nativos da proximidade dos rios, os locais preferidos por eles para viverem, pois eram mais ricos em recursos, além da própria água. A vida daqueles seres foi-lhes segregada, obrigando-os a um tipo de vida que não se coadunava com eles. Daí, muito provavelmente, a razão da sua postura perante as obrigações impostas pelos colonos. Má vontade em participar, deserção, e, muito possivelmente, imbuídos de sentimentos de tristeza e amargura, por serem subjugados pelos colonos. Com a chegada dos escravos africanos, a missão de guardar os africanos foi entregue a homens nativos, que a desempenharam com eficiência. Segundo descreve Porto (1955, p. 22) “encarregados de vigiar os negros, revelaram-se os índios brutalmente eficientes”. Mais tarde, muitos deles já inseridos na sociedade, tiveram uma participação efetiva, ajudando a erguer as vilas.

Os escravos por sua vez tiveram uma participação importantíssima, tanto na organização do espaço como, de resto, na colonização em geral. Dada a pouca população portuguesa, disponível para efetivar a colonização, tanto na progressão quanto na consolidação, e, a dificuldade em poder contar com os índios, os escravos africanos foram a solução, principalmente como mão de obra. Os portugueses não haviam tido sucesso nas tentativas de inclusão dos nativos nas atividades econômicas, o que marcou uma lacuna no processo da colonização, e, essa lacuna foi, entretanto, resolvida com a importação dos escravos. Eles foram determinantes principalmente nos trabalhos da indústria do açúcar, mas também na pecuária, o

¹⁷ Talvez seja isso que faz com que muitos grupos continuem lutando pelas suas terras e pelos seus espaços na natureza, ainda que isso provoque estranheza na sociedade que vive nas cidades, sob todo o tipo de comodidades.

que equivale a dizer que eles ajudaram a erguer a retaguarda que deu apoio à progressão da colonização.

Relativamente à colonização do Piauí, existem números bem elucidativos do papel dos escravos. O quadro 1 mostra os números da população no final do século XVII. Podemos observar que os negros eram em maior número que os brancos. Embora os nativos também tenham sido importantes, a sua indisponibilidade para o trabalho e conseqüentemente para a contagem, em sociedade, é bem visível através do número, muito abaixo dos africanos e dos próprios colonos brancos.

Quadro 1: População no final do século XVII.

A POPULAÇÃO DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XVII (1697)											
HOMENS	MULHERES	BRANCOS	NATIVOS	NEGROS	MESTIÇOS	LIVRES	ESCRAVOS	CASADOS	SOLTEIROS	CRIANÇAS	ADULTOS
398	40	154	36	203	5	196	202	10	428	10	428
438		438				438		438		438	
Total da população 438 pessoas. 90,9% homens e 9,1% mulheres; 50,8% escravos e 49,2% livres; 2,2% eram crianças e 97,8% eram adultos; apenas 2,2% casados e 97,8% solteiros											

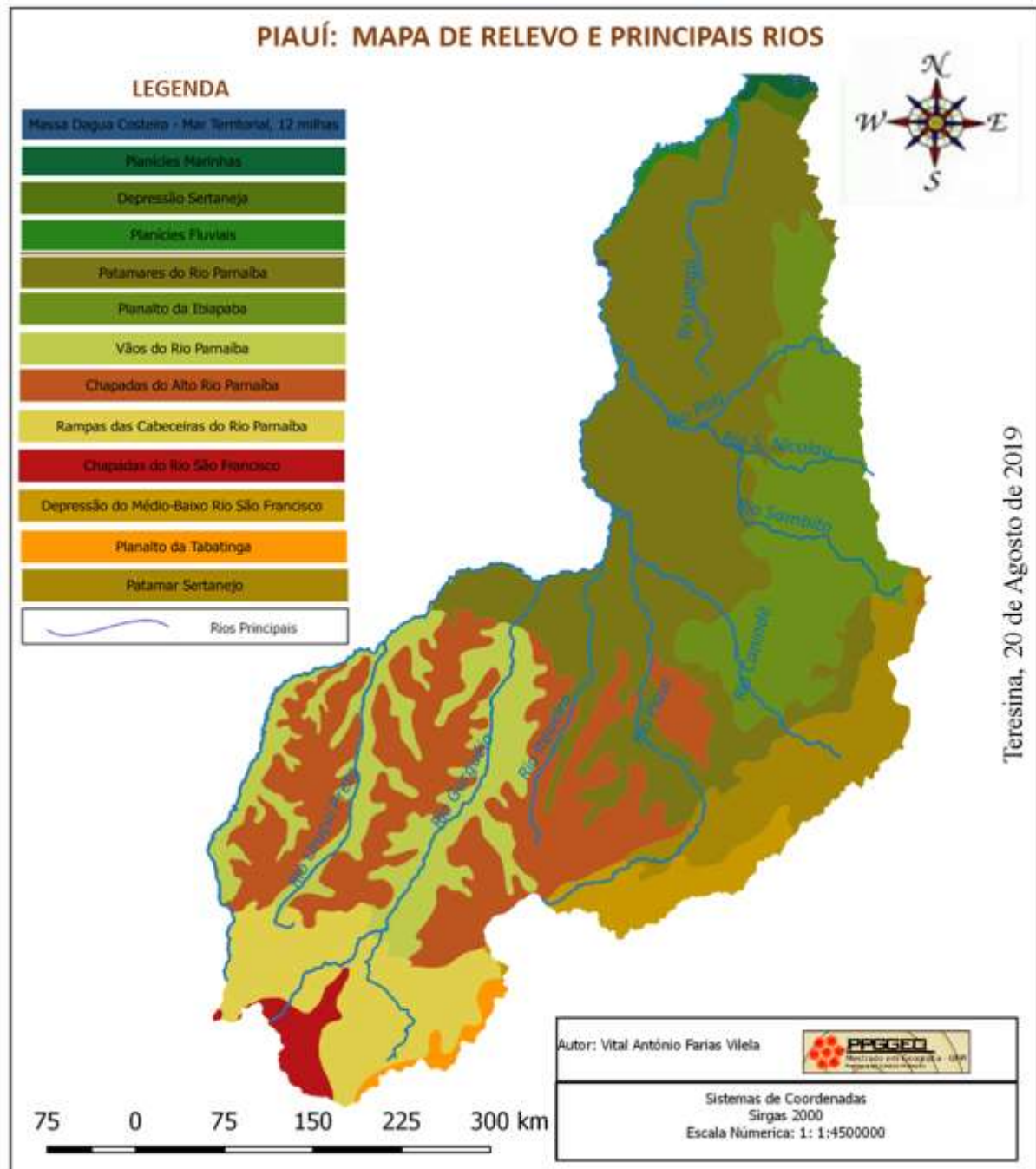
Fonte: Elaborado com dados de Mott (2010).

Imaginamos que nos primeiros tempos da presença africana na colônia, a cultura daquele povo não tenha sido tão significativa, devido à repressão sobre os seus elementos. Mas, à medida que foram ficando mais enraizados na sociedade, fizeram florescê-la, contribuindo muito para a organização do espaço, do Brasil em geral e do Piauí em particular, onde as fazendas chegavam a albergar mais pessoas negras do que brancas, como é previsível à luz dos números do quadro 1. Por aí se pode perceber a importância desses seres escravizados como mão de obra. Como povo muito religioso, mas, ao mesmo tempo, segregado, eles próprios ergueram as suas igrejas, onde procediam aos cultos, em separado dos brancos.

Quanto aos fatores que influenciaram a formação territorial do Piauí colonial, a natureza, foi a primeira grande influência, através dos seus principais elementos (relevo, clima, vegetação e hidrografia). O relevo e a hidrografia foram determinantes no momento da escolha dos locais para o estabelecimento dos colonos (figura 5).

Os vales, que conjugam exatamente o relevo e a hidrografia, foram as áreas preferidas para a instalação das fazendas, onde havia maior potencial de recursos, principalmente pastagem e água. O vale, como espaço delimitado pelo relevo, serviu também como delimitação de área econômica (DINIZ, 2013).

Figura 5: Mapa das grandes áreas de relevo e principais rios do Piauí.

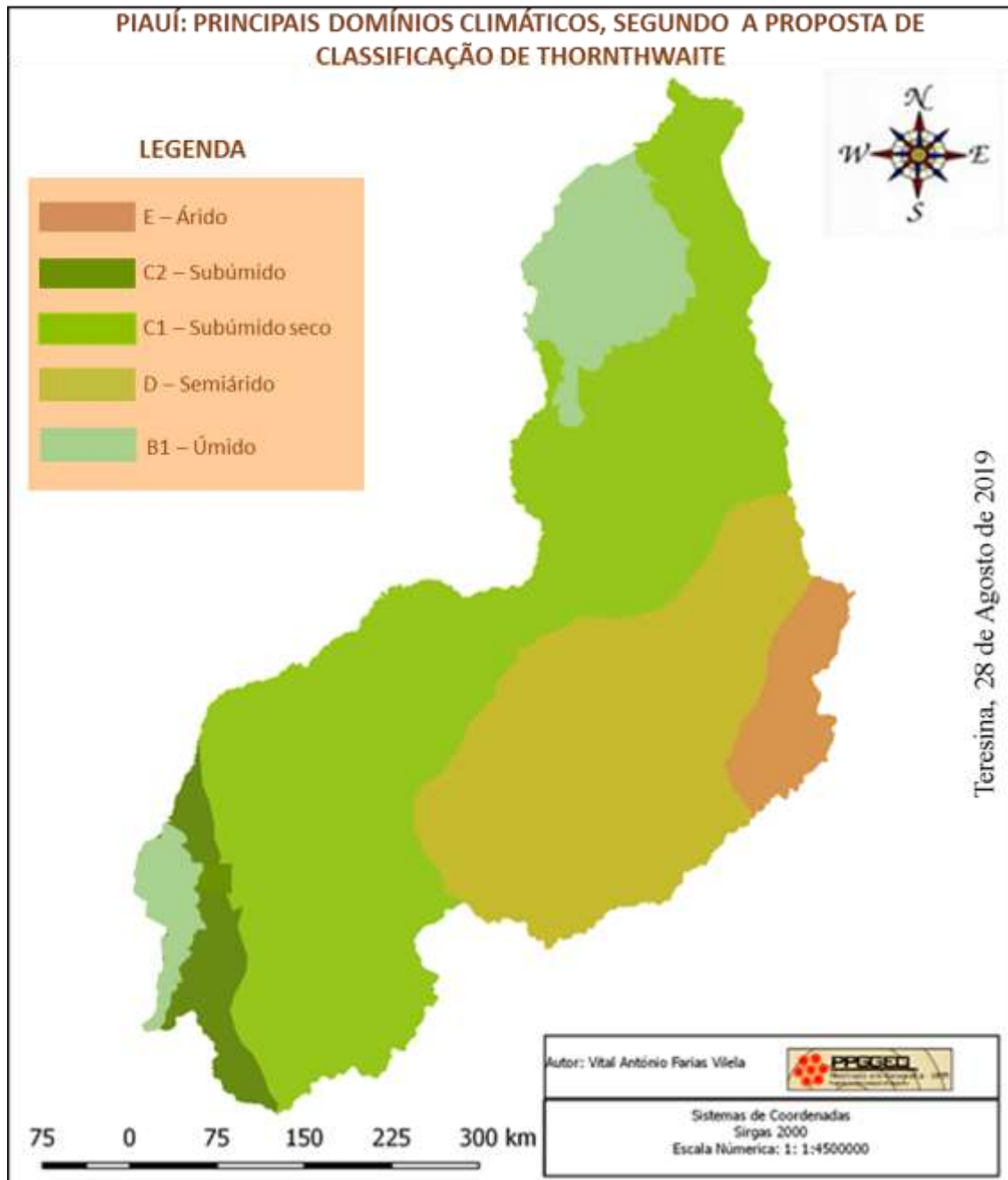


Fonte: Adaptado de Lima (2010).

O mapa da figura 6 mostra os principais domínios climáticos do Piauí propostos por Thornthwaite. Esses domínios caracterizam um clima intenso e complexo influenciado pela proximidade da linha do Equador. Os colonos não teriam um conhecimento muito profundo do clima, o que poderá ter obrigado a alguns ajustes em relação à forma como se organizaram inicialmente no espaço. Por fim, a vegetação foi também de grande importância. Ela que à partida é também influenciada pelo clima. A vegetação teve grande influência na escolha para

a instalação dos colonos. Por um lado, eles terão procurado as clareiras, ao mesmo tempo a vegetação rasteira foi importante como pastagem para o gado. Temos que considerar ainda a vegetação, como matéria prima para a construção da maior parte das instalações dos colonos.

Figura 6: Mapa dos domínios climáticos do Piauí.



Fonte: Adaptado de Andrade Junior (2004).

As atividades econômicas foram um fator especialmente importante, pois dependendo de cada atividade econômica, terá sido erguida estrutura adequada. Deixamos a cultura dos elementos participantes para o fim, exatamente pela importância que ela carrega. Pensamos que

num primeiro momento a cultura portuguesa terá tido influência, mas não terá sido tão colocada em evidência, devido à escassez de material e das próprias técnicas disponíveis. Mais tarde, na construção das vilas os portugueses puderam expor melhor a sua cultura e hábitos, com as possíveis tecnologias, entretanto, importadas de Portugal e da Europa em geral.

Dada a pressuposta falta de muitos dos alimentos que faziam parte dos seus hábitos alimentares, os portugueses, no início, não terão podido seguir a rigor os seus hábitos. Ao mesmo tempo eles terão encontrado outros que facilmente terão adotado. A cultura dos nativos terá chocado sempre com a cultura dos colonos e vice-versa, principalmente em termos de atividade. Enquanto os primeiros tinham hábitos mais liberais e nômades, retirando da natureza o que ela lhes fornecia de forma natural, pouco cultivando, os segundos eram mais sedentários e tinham culturalmente, o trabalho e a rentabilização da terra como forma de sustento e sobrevivência. Embora muitos colonos também tenham adotado uma vida nômade em que o principal objetivo seria sobreviver sem grandes regras ou imposições.

3.4 A FORMAÇÃO TERRITORIAL COM CARIZ MAIS SOCIAL

Embora todo o processo de formação territorial, aconteça de forma social, pois só assim é possível a formação de um território, os níveis de sociabilidade durante o processo, variam e por tendência a sua variabilidade se dá de forma crescente, ou seja, cada vez se enraíza mais o fator social. Foi a partir desse raciocínio que se criou este tópico que se entende de “cariz mais social”.

Para entendermos como se efetuou a formação territorial do Piauí colonial, já elencamos vários aspectos, como o espaço ou espaços considerados; os elementos que participaram da organização do espaço; e, duas ordens de fatores. Os fatores físicos (naturais), o fator cultural e o fator econômico. Falamos também da primeira fase da colonização, cuja organização chamamos de espontânea.

Falemos agora das estruturas que compõem ou definem a organização do território, e o tornam mais social. Porque é através das estruturas que se analisam e qualificam as formas de organização do espaço que levaram à formação territorial, e à vida em sociedade. Os restos das estruturas erguidas no período colonial, que ainda são visíveis, contam a história da sociedade e daquele período histórico. Que estruturas são essas? São as áreas que correspondem ao arranque das vilas (as praças, as igrejas, as ruas e as quadras em volta), desenvolvidas mais adiante; as estruturas de algumas fazendas que ainda persistem, e, alguns caminhos históricos

que ainda são mantidos, como forma de aproximação e convívio com aquele período, nos quais se praticam atividades comemorativas, como a cavalgada das missões entre Aroazes e Valença¹⁸.

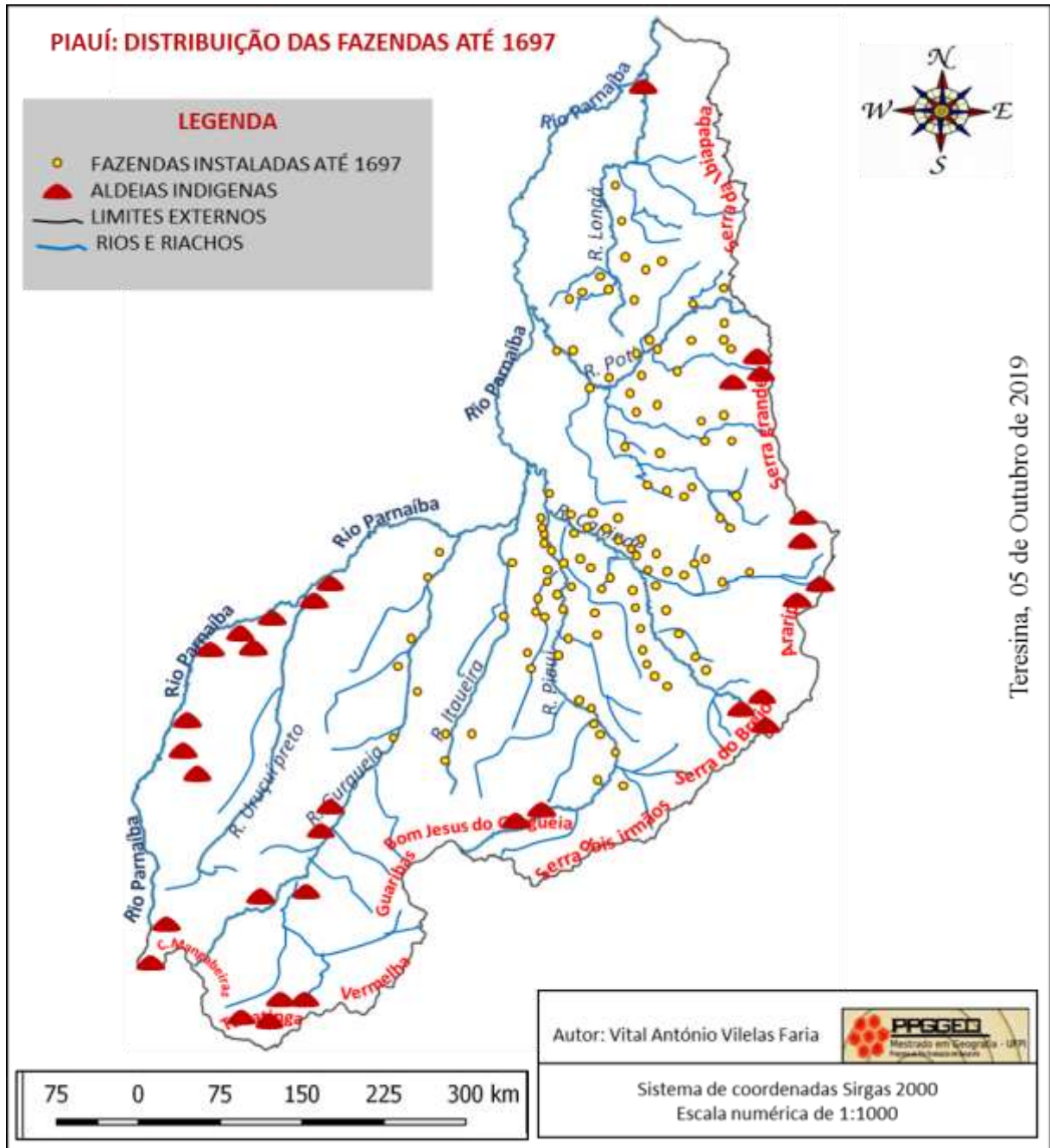
As estruturas ajudam na socialização das populações. Sem vias de comunicação, ainda que rudimentares, não seria possível desenvolver a vida em sociedade, tanto no que diz respeito à economia, quanto à convivência dos colonos entre si. Os caminhos foram as vias de comunicação entre os núcleos de população que se foram criando a partir das fazendas. Simples e rudimentares essas vias de comunicação se restringiam, por vezes, a veredas – muitas vezes eram as usadas pelos próprios nativos –, trilhas terrestres e os trechos de rios navegáveis. Muitas das trilhas eram feitas pela passagem do gado – algumas se terão tornado estradas, até hoje.

Diniz (2013) se refere aos caminhos que ligavam as fazendas ou mesmo ligavam os sertões. Ela escreve que muitos desses caminhos eram trilhados nas margens dos rios e ribeiras. Faz todo o sentido, duma vez que era conveniente manter o deslocamento das pessoas e dos animais perto dos rios e riachos que lhes garantiam água. Nas margens dos rios, por serem as partes da bacia, mais úmidas, era também ali que se encontravam as árvores de maior porte e mais frondosas, característica importante, no momento de fazer uma pausa para descanso durante as viagens. Também junto às margens, seria possível encontrar uma fauna mais intensa, onde é mais fácil caçar. Por sua vez, os trechos de rios navegáveis, caracterizavam vias de comunicação naturais, muito importantes, que ajudavam a estabelecer relações de troca comercial entre os fazendeiros. Estas relações intensificavam-se mais quando esse contato ia até ao mar, dado que através do mar era possível entrar em outros rios e seguir por outros territórios, chegando a um maior número de pessoas e de outras eventuais realidades.

O mapa da figura 7 mostra o panorama de ocupação e instalação de fazendas no território piauiense, no final do século XVII (1697). Os primeiros números gerais do Piauí colonial datam daquele ano. Aquele mapa mostra-nos vários pormenores da colonização e consequente evolução da formação territorial do Piauí, ao fim de 21 anos do seu início. Além de podermos verificar as bacias por onde foi iniciada a colonização e as mais densamente povoadas, verificamos também as vastas áreas que continuam vazias àquela data (final do século XVII), e aquelas onde os nativos se acomodaram, eles que foram expulsos das áreas dos baixos rios, próximas ao rio principal (Parnaíba).

18 Caminho identificado durante o trabalho de campo naquelas duas cidades.

Figura 7: Mapa da evolução da ocupação do Piauí no século XVII, até 1697.



Fonte: Adaptado de Batista (1986).

O extremo Sul e Sudoeste, nomeadamente o alto Gurgueia e toda a bacia do Uruçu Preto, só vieram a ser colonizadas a partir de 1711, conforme carta de sesmaria citada por Costa (1974) que diz terem sido concedidas sesmarias¹⁹ a três moradores de Recife, nos sertões de Parnaguá, pelo rio Gurgueia. Depois do início da ocupação das cabeceiras do Gurgueia, a

¹⁹ O sistema de sesmarias foi implantado em Portugal no séc. XIV, com o objetivo de aumentar a produção agrícola. As terras eram “dadas” para desenvolvimento agrícola, devendo o agricultor dar um sexto da produção à coroa, como pagamento. Este sistema visava não só o aumento da produção, mas também o povoamento dos campos.

ocupação geral daquela região avançou de forma efetiva, no século XVIII. A população neste momento da colonização, era muito curta, como é observável no quadro 1. Apenas 438 pessoas, contando brancos, nativos, negros escravos e mestiços. O próximo balanço, já no início da segunda metade do século XVIII irá mostrar um aumento significativo, quer em relação ao número de fazendas – correspondente a uma ocupação mais abrangente e efetiva – quer em relação à população que cresceu paralelamente.

O mapa da figura 7 dá-nos uma noção exata da distribuição das 129 fazendas instaladas até àquele momento, e a tendência de aglomeração, principalmente pela bacia do Canindé, mas também pelas bacias do Poti e Longá. Mais adiante vamos ver que esta tendência se manterá e será acompanhada pela bacia do Gurgueia. Essa tendência para a aglomeração de fazendas e população levaria ao aparecimento das primeiras freguesias, das quais nasceriam as primeiras vilas, como será desenvolvido a seguir, na próxima seção.



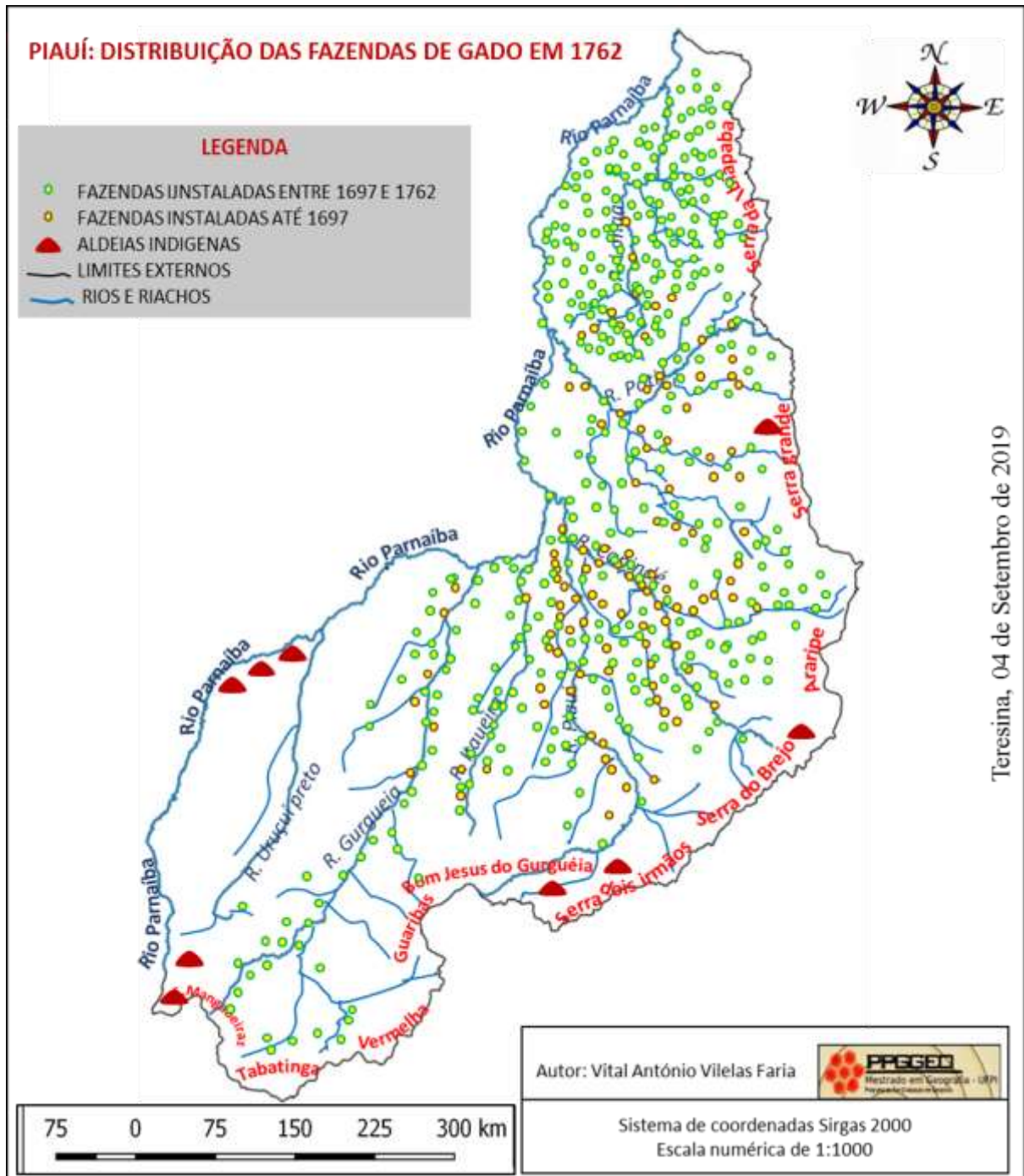
4

A FORMAÇÃO TERRITORIAL SEGUNDO O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO



A colonização iniciada em 1676, veria nascer até final do século XVII, apenas 129 fazendas, distribuídas pelas bacias de Canindé/Piauí, Poti e Longá e uma tímida ocupação nas bacias do Gurgueia e da pequena bacia do Itaueira. Entretanto, como mostra o mapa da figura 8, o panorama mudou significativamente, logo na primeira metade do século XVIII.

Figura 8: Mapa da progressão das fazendas até 1762.



Fonte: Adaptado de Batista (1986) e dados de Mott (2010).

Se o mapa da figura 7 mostrava uma ocupação incipiente, de 21 anos, o mapa da figura 8 mostra uma realidade muito diferente. Sessenta e cinco anos depois dos primeiros números gerais sobre o território, observamos uma progressão significativa. No final de 1762, o número de fazendas quadruplicou. Aquilo que era uma ocupação tímida, passou a ser uma ocupação geral, com várias bacias repletas de atividade, tendo em conta o número de fazendas estabelecidas nesta altura (536). Se o número de fazendas aumentou de forma significativa, a população obrigatoriamente também aumentou.

A tendência para a concentração de fazendas em algumas áreas ocupadas, manteve-se nos dois mapas em análise. A bacia do Longá foi a que mais evoluiu em número de fazendas, neste período. A bacia do Canindé/Piauí, entretanto foi a que contou com o maior número de fazendas. A bacia do Poti também viu nascer um grande número de fazendas. A bacia do Gurgueia, por sua vez aparece agora com um bom número de fazendas, muito superior ao registrado no mapa anterior.

4.1 OS NÚCLEOS POPULACIONAIS E AS PRIMEIRAS FREGUESIAS

O adensamento de fazendas em algumas bacias, levou paralelamente a um aumento significativo da população. Os dois fenômenos, em conjunto deram origem aos primeiros núcleos populacionais, a partir dos quais nasceram as primeiras freguesias.

Sempre com um padre à cabeça, estes núcleos populacionais erguiam uma capela ou uma igreja, a qual teria o seu santo padroeiro. Essas construções podiam ser rudimentares, mas o seu simbolismo religioso era suficientemente forte para fazer convergir a população em certos dias (certamente aos domingos). Estes núcleos nasciam de uma fazenda ou de um arraial. Embora pela colônia Brasil, muitas freguesias tenham nascido também de reduções jesuíticas, as quais também se transformaram mais tarde em vilas, no Piauí, neste período, aconteceu apenas um caso, que foi o de Aroazes.

A freguesia de Nossa Senhora da Vitória foi a primeira do Piauí. Nasceu da fazenda Cabrobó, que terá sido pertença de Domingos Afonso Mafrense. Desta freguesia nasceria também a primeira vila que daria ainda a primeira cidade e primeira capital do Piauí. Podemos dizer então que a freguesia de Nossa senhora da Vitória foi primeira em tudo, atingindo um *status* que mais nenhuma poderia conseguir. A freguesia de Santo António do Gurgueia nasceu do arraial dos d'Ávila. Viria a ser eleita vila com o nome de Jerumenha. A freguesia de Nossa

Senhora do Livramento nasceu da fazenda Mucambo, pertencente à família Lustosa²⁰. Foi eleita Vila de Parnaguá. A freguesia de Santo António do Surubim nasceu da fazenda Bitorocara²¹, da família Aguiar. Foi eleita Vila de Campo Maior. A freguesia de São João da Parnaíba, nasceu da fazenda Testa Branca. Foi eleita vila de Parnaíba. A freguesia de Nossa Senhora do Desterro nasceu do Rancho dos Pratos²². Foi eleita Vila de Marvão. Por fim a freguesia de Nossa Senhora do Ó/Caatinguinha, nasceu de um arraial (Caatinguinha²³). Foi eleita Vila de Valença.

Além daquelas freguesias, que foram, entretanto, eleitas vilas em 1762, existiam mais duas. Freguesia de Nossa Senhora dos Aroazes, que nasceu de uma redução jesuítica²⁴ e a freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca. A primeira chegou a ser eleita vila, mas por falta de condições para se expandir, o estatuto de vila passou para a freguesia de Nossa Senhora do Ó/Caatinguinha. Aroazes ainda hoje é uma minúscula cidade no fundo do vale do riacho Tabua. Piracuruca por sua vez, viu a preferência para eleição ao estatuto de Vila, recair sobre São João da Parnaíba. O pároco de Piracuruca muito reclamou a preferência para a sua freguesia, porém, o futuro daria razão à escolha de São João da Parnaíba, numa vez que dispunha das condições de navegabilidade do rio Igarçu, onde se desenvolveu o Porto das Barcas, que haveria de tornar aquela vila numa das mais prosperas. Casal (1817) ao passar pelo Piauí na recolha de informações para o seu livro *Corografia Brasílica*, registrou que a Vila de Parnaíba era a única que tinha uma casa com sobrado²⁵ (embora apenas uma). Sintetizando, havia em 1762 uma vila (Vila da Mocha) e oito freguesias, das quais apenas seis foram eleitas vilas. O mapa da figura 9 mostra a distribuição das freguesias e o traçado dos futuros primeiros municípios do Piauí. O mapa da figura 10 mostra as vilas, já com a nova toponímia recomendada pela coroa. Na carta régia enviada ao Governador João Pereira Caldas, o rei D. José I, recomendou que todas as freguesias existentes fossem eleitas vilas e que essas vilas levassem nomes de outras vilas ou cidades portuguesas importantes. Caso levassem outros nomes, por motivos especiais, esses não deveriam ser alusivos a bárbaros²⁶.

A primeira divisão político-administrativa do Piauí é parte do processo das construções que proporcionariam a consolidação da colonização e da formação territorial no período colonial. A progressão que se verificou a seguir, tanto em termos de ocupação, quanto em

²⁰ Identificada em trabalho de campo.

²¹ Identificada em trabalho de campo.

²² (CASAL, 1817).

²³ Tudo indica que seria o arraial do Caatinguinha, mas não se tem certeza.

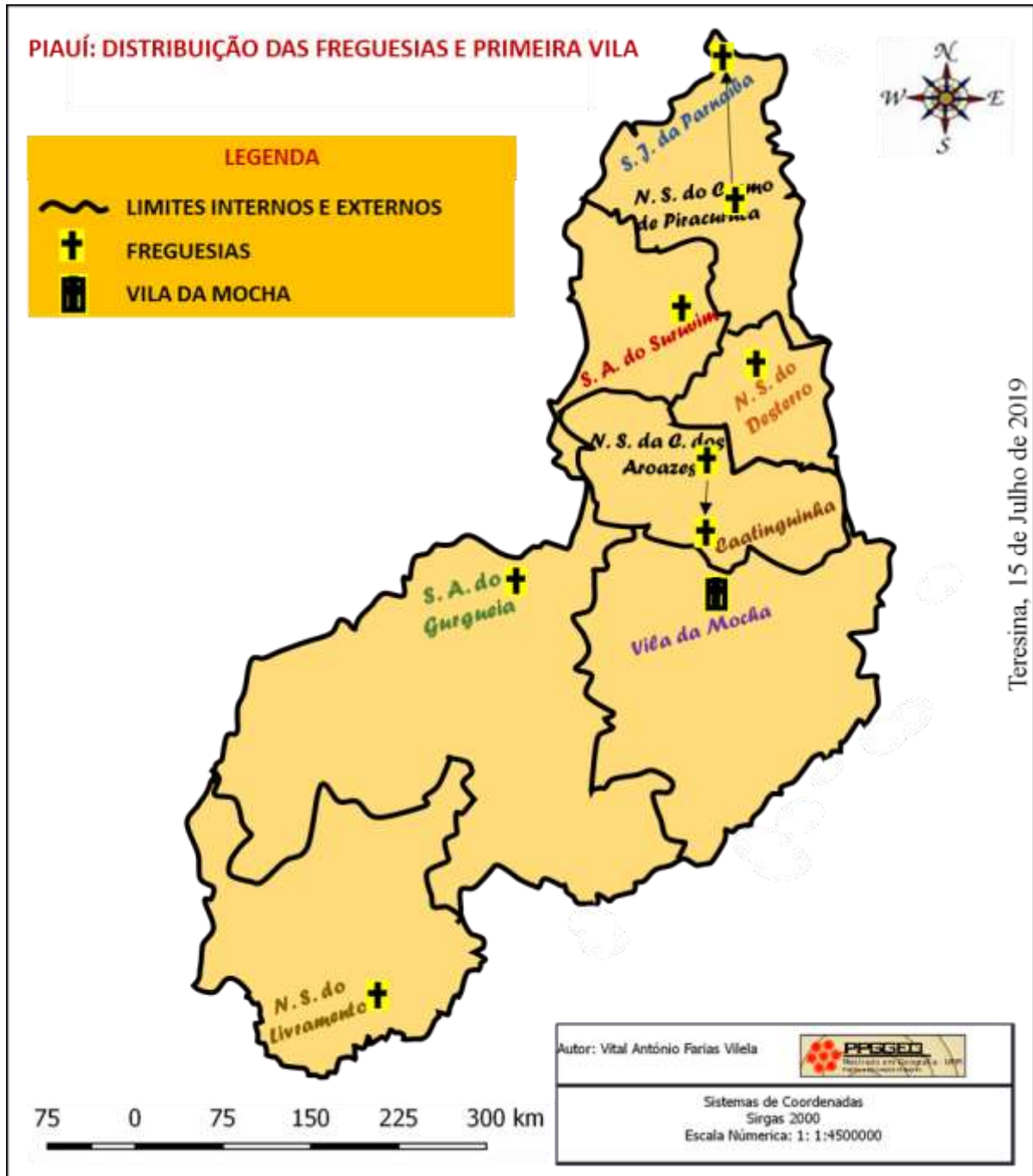
²⁴ Identificada em trabalho de campo.

²⁵ Casa com dois pisos.

²⁶ Por certo o rei queria, por um lado dar um ar português à colônia, ao mesmo tempo, considerando os nativos de bárbaros, ele queria dar um timbre mais civilizado.

termos de número de fazendas instaladas e do próprio crescimento da população, foi significativo.

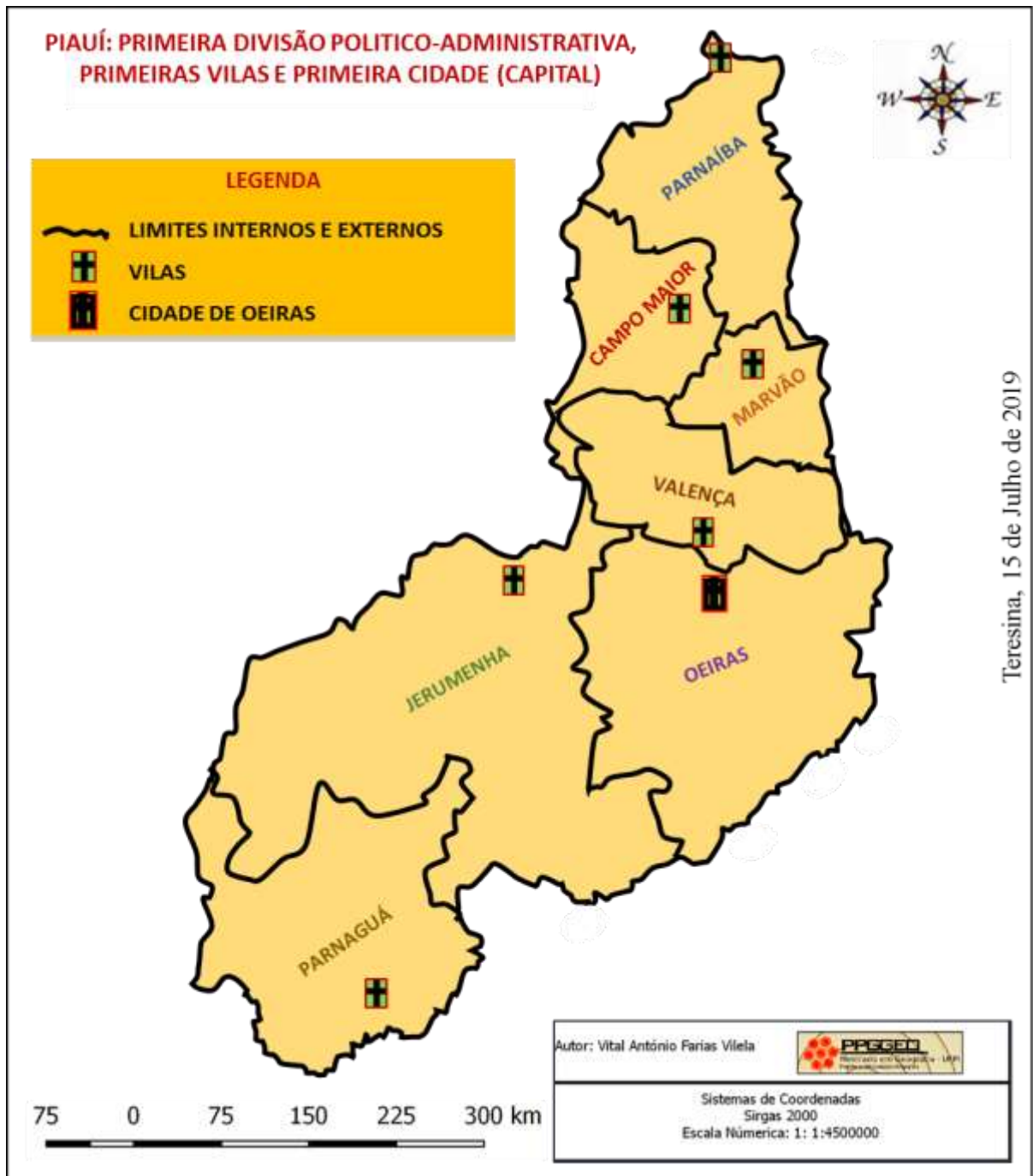
Figura 9: As freguesias em 1761²⁷ e os traçados que dariam a primeira divisão do território.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ferreira (2012).

²⁷ Em 1761 a coroa mandou fazer um levantamento geral da colônia. Ao abrigo do plano de Pombal para organizar toda a colônia. Com esse plano, Pombal visava sobretudo um maior domínio administrativo da colônia, por forma a obter melhores resultados para os cofres da coroa. Isto partindo do princípio de que os produtos de muitas explorações se escoavam de forma ilegal, contrabandeada.

Figura 10: As vilas eleitas em 1762, simbolizando os primeiros municípios do Piauí.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ferreira (2012).

4.2 PRIMEIRO BALANÇO PÓS IMPLANTAÇÃO DAS VILAS

O quadro 2 dá-nos um panorama geral da colonização no final de 1762, data do que podemos chamar de segundo censo. Com aqueles números, e, comparando os dois mapas das

figuras 7 e 8, temos ali também uma visão da evolução da formação territorial do Piauí colonial, naquele momento.

Quadro 2: Números do primeiro censo do Piauí colonial, por município (final de 1762).

PIAUI: PRIMEIRO SENSO DO PIAUI COLONIAL POR MUNICIPIO (1762)							
ITENS CONSIDERADOS	TOTAIS DE FOGOS			TOTAIS DE HABITANTES			TOTAIS DE FAZENDAS E SÍTIOS
	NA VILA/cidade	DISPERSOS	TOTAL DO MUNICIPIO	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL DO MUNICIPIO	
MUNICIPIOS							
CIDADE DE OEIRAS	270	324	594	2066	1549	3615	169
VILA DE PARNAGUÁ	34	130	164	266	636	902	55
VILA DE JERUMENHA	16	77	93	371	326	697	51
VILA DE CAMPO MAIOR	31	276	307	1248	619	1867	86
PARNAÍBA	4	326	330	1755	613	2368	84
MARVÃO	19	176	195	771	288	1059	39
VILA DE VALENÇA	39	266	305	872	613	1485	52
TOTAIS GERAIS			1.988			11.993	536

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Mott (2010).

No ano de implantação das vilas (1762) o território piauiense albergava 536 fazendas distribuídas pelas principais bacias, com maior concentração nas bacias do Canindé/Piauí, Longá e Poti. No quadro 2 podemos comparar o aumento do número de fazendas desde o final do século XVII. A bacia do Longá ocupada no final do séc. XVII, equivale ao município de Campo Maior²⁸, e, viu o número de fazendas aumentar de 12 para 86; a bacia do Poti equivale aos municípios de Marvão e Valença²⁹, que no conjunto viram crescer as suas fazendas de 34 para 91; nas bacias do Canindé/Piauí, abrangidas pelo município de Oeiras³⁰, o número de fazendas aumentou de 71 para 169; a bacia do Itaueira em conjunto com a bacia do Gurguéia, abrangidas pelos municípios de Jerumenha e Parnaguá³¹, viram aumentar o número de fazendas, de 11 para 106.

No censo registrado no quadro 2, já temos também o número de fogos³² existentes, onde é possível fazer um balanço da urbanidade naquela data. O município de Oeiras tem o maior

28 Observando o mapa da figura 7, verifica-se que a bacia do Longá só está ocupada até sensivelmente metade, o que corresponde ao município de Campo Maior, na época.

29 As partes da bacia ocupadas à época, pertenciam àqueles dois municípios.

30 O município de Oeiras abrangia toda a bacia do Canindé/Piauí.

31 A bacia do Itaueira é quase toda abrangida pelo município de Jerumenha, município que também abrange boa parte da bacia do Gurguéia. Juntamos este município com o de Parnaguá, por não termos uma divisão perfeita dos dois municípios, em nada atrapalhando o raciocínio em desenvolvimento.

32 Casas (morádias) de uma só família, com um só fogo (fogão, cozinha).

número de casas no perímetro urbano (270), com um número considerável de casas, também, no meio rural (324). Todos os outros municípios têm uma urbanidade incipiente, destacando-se opostamente, a grande superioridade no número de casas no meio rural. O balanço geral do território, dá-nos o número de 413 edifícios (casas) urbanos, equivalentes a 21% e 1575 edifícios (casas) rurais, equivalentes a 79%, o que diz bem da tendência ruralista daquele período histórico, que faz prever também uma dispersão demográfica significativa.

O último registro da população mostra um aumento muito significativo, onde inclusive se podem destacar alguns dados curiosos: o número de pessoas no final do século XVII (quadro 1) era de 438, dos quais 90,9% eram homens. Apenas 40 mulheres, equivalente a 9,1%. Apenas havia 10 casamentos dos quais foram registradas outras tantas crianças. Os mestiços eram apenas 5. Os números registrados no quadro 2 (64 anos depois), mostram uma população total de 11.993 pessoas, dos quais 7.349 são livres, o equivalente a 61% e 4.644 escravos, equivalente a 39% da população. Não foram encontrados dados sobre raças ou faixas etárias, relativamente a esta data. Entretanto aparecem novos dados relativamente a uma outra data com intervalo de uma década (1772), o que confirma essa progressão dos números da população.

4.3 SEGUNDO BALANÇO PÓS IMPLANTAÇÃO DAS VILAS

Antes no quadro 2 verificamos um aumento significativo da população, de 438 pessoas para 11.993. Entretanto os dados registrados, no quadro 3 mostram que esse aumento foi continuado. Passamos dos 11.993 habitantes, para 19.191, ou seja, um aumento de 7198 habitantes, equivalentes a 37%, em apenas dez anos.

Quadro 3: Panorama da população do Piauí em 1772.

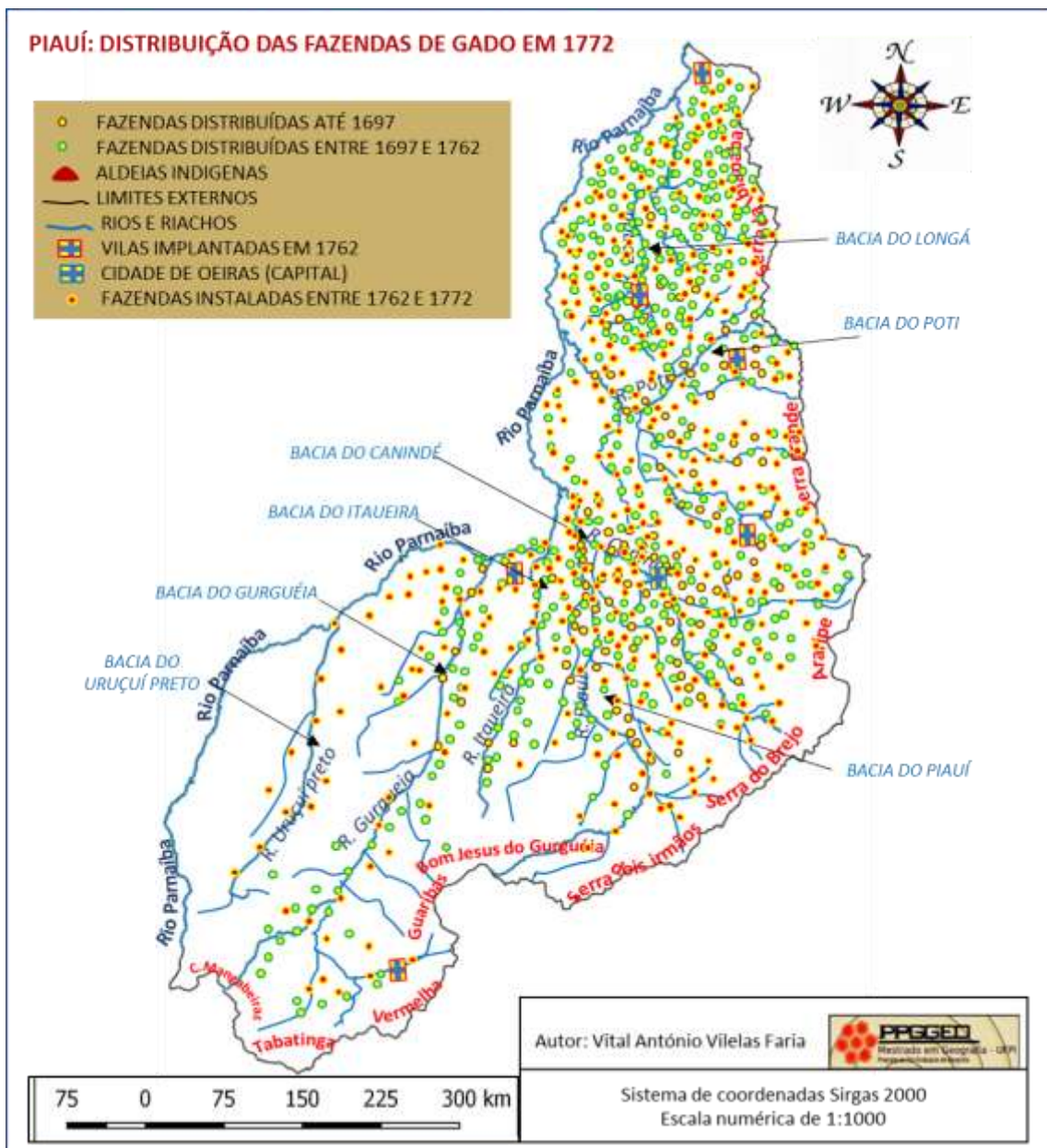
A POPULAÇÃO DO PIAUÍ EM 1772									
HOMENS	MULHERES	BRANCOS	NATIVOS	NEGROS	MESTIÇOS	CRIANÇAS	ADULTOS	URBANOS	RURALS
10669	8522	3175	1351	6343	8302	6053	13138	2724	16467
19191		19191				19191		19191	
Total da população = 19 191; 55% H; 45% M; 16,6% brancos; 7,4% nativos; 33% negros; 43% mestiços; 31% crianças até 14 anos; 14% urbanos; 86% rurais									

Fonte: Elaborado com dados de Batista (1986).

O quadro 3 tem dados muito curiosos e importantes. Ele mostra que a diferença entre homens e mulheres está mais equilibrada. Os casamentos aumentaram muito, a julgar pela quantidade de crianças, 6.053, equivalentes a 31% da população total. Outro dado curioso da população é o número de mestiços, 8.307, equivalentes a 42% da população total.

Paralelamente aos dados registrados no quadro 3, temos também o panorama da distribuição de fazendas pelo território que, pode ser analisado no mapa da figura 11. Este mapa mostra um adensamento significativo de fazendas, comparável entre os mapas das figuras 8 e 11.

Figura 11: Mapa da progressão das fazendas até 1772.



Fonte: Adaptado de Batista (1986) e com dados de Mott (2010).

Os dados observados no quadro 3, significam uma intensificação das relações sociais entre as três raças, branca, nativa e africana, situação em que muito terá contribuído a vida nas vilas, e não só. Para essa intensificação das relações entre a população em geral, muito contribuiu, também, o incentivo ao casamento, dado pelo rei D. José I, através de carta régia de 19 de junho de 1761³³. Naquela carta régia o rei isentava por doze anos de todos os impostos urbanos, os habitantes que fossem construir e morar nos centros urbanos. Ali ele faz menção para que, sobre os benefícios atribuídos aos moradores, se dê preferência aos casados. Como reforço desse incentivo, foi mencionada também a isenção de qualquer pena para os homens brancos que quisessem casar com mulheres nativas, cujo ato passou de repreensivo a louvável. Esses incentivos acabaram por ter impactos no crescimento da população, um grande objetivo e uma grande necessidade da coroa. O aumento da população e o aumento paralelo do número de fazendas acabou acelerando o processo de colonização, caminhando para a consolidação da formação territorial naquele período.

4.4 A FORMAÇÃO TERRITORIAL A CAMINHO DA CONSOLIDAÇÃO

A formação territorial é um processo contínuo que no período colonial começa a se consolidar, com a constituição das primeiras vilas no Piauí, ou seja, com o início da urbanização. Para que esse avanço fosse possível, muito contribuiu o grande e abrangente plano de reorganização do Marquês de Pombal. Segundo Flexor (2011, p. 69), o plano de Pombal visou a “reorganização econômica, social, administrativa, judicial, religiosa e, sobretudo, política em todo o reino”. Pombal contou com seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado³⁴, para estender as suas ações à colônia. Os planos para a colônia, segundo a autora visaram primeiro que tudo a fixação das fronteiras no Norte e Oeste e “só então, a metrópole resolveu tomar o controle total desse território na América portuguesa”. Nestas ações de reorganização devemos citar duas que foram as mais importantes: o levantamento cartográfico (para o qual foram formadas comissões de demarcação de limites) e a urbanização. Estas ações foram desenvolvidas em toda a colônia Brasil, sendo o Piauí abrangido, como parte da colônia.

Aquelas medidas terão sido mais necessárias na região Norte e Oeste, devido à necessidade de fixação das fronteiras naquela região. Mas havia necessidade dessa reorganização em toda a colônia Brasil, no sentido de garantir o desenvolvimento da colônia e retorno financeiro para a

³³ A mesma carta régia que ordena a criação das vilas.

³⁴ Teve vários cargos na colônia Brasil, tendo chegado a governador geral do Grão Pará-Maranhão.

coroa portuguesa. Essas ações implicaram – além de medidas legislativas, políticas ou administrativas – infraestruturas que pudessem levar ao desenvolvimento, mormente da urbanização. Estas infraestruturas, no que diz respeito ao Piauí, podem ser caracterizadas pelas demarcações das praças e respectivas edificações públicas (igrejas matrizes, ruas e quadras), indispensáveis para o arranque das vilas.

As vilas foram assim, a grande aposta, pelo que elas representariam, com um estatuto superior às freguesias. Segundo Flexor (2011, p. 70) com a construção das vilas, foram “criadas comarcas, ouvidorias e julgados com juizes ‘meio ordinários’, somados a juntas de justiça anexas às ouvidorias, bem como tropas regulares [...]”. Esses núcleos urbanos, segundo Faria (2017), teriam o papel de elos de ligação entre as populações dispersas. A população vivia dispersa e isso era, por assim dizer, uma barreira à socialização da população, além de uma possível dificuldade, na hora de fazer a cobrança dos impostos ou de fazer qualquer tipo de controle do território. A mesma carta régia que ordenava a implantação das vilas, também fazia referência à forma como os colonos viviam e, à intenção da corte, em relação às próprias vilas:

Eattendendo a que a necessaria observancia das leys senão pode ategora conseguir para delas recolher aquele fructo pela vastidão da mesma capitania, vivendo os seus habitantes emgrandes distancias huns dos outros sem comunicação, como inimigos da sociedade civil edo commercio humano, padecendo apsim os descômodos eas despesas dehirem buscar os Magistrados a lugares muito remotos, longínquos, desorte, que quando lhes chegam osdespachos vem tão tarde, que não servindo para remédio das queixas, lhes trazem somente aruina dos cabedais (CARTA RÉGIA de 19 de JUNHO de 1761).

Podemos, sem muita dificuldade, vislumbrar nos planos do Marquês de Pombal sobre a reorganização do território da colônia, uma relação de organização como instrumento de poder. Nada de mal haverá nisso, até porque, era a coroa zelando pelos seus próprios interesses, num território onde a exploração havia sido dada a particulares, no sentido de facilitar a colonização. Porém esta forma de colonização, com a concedência de poderes a particulares havia fragmentado e enfraquecido o próprio poder da coroa portuguesa, dentro da colônia. Agora que a colonização praticamente havia chegado aos limites pretendidos e assumidos pelo tratado de Madri, em 1750, era hora de organizar tudo, de forma a usufruir dos resultados da exploração, que implicitamente, nas obras dedicadas a este período, se caracterizam como clandestinas e com rumo igualmente clandestino (contrabandeado) em sua grande parte (SANTOS, 2007).

As medidas tomadas e a tentativa de iniciar um plano urbano efetivo parecem um bom investimento político. Possivelmente, com as vilas funcionando, pretensamente estaria criado um ponto de convergência das populações em volta. Essa seria a forma de fazer progredir a

economia, ou criar outras vertentes, fazendo emergir o comércio nos centros urbanos que se desenvolveriam. Ao mesmo tempo, como é referido pelo próprio rei, buscava-se uma maior civilidade dos habitantes. A economia, por certo, com a vida urbana, conheceria novos desenvolvimentos, pois algumas profissões se enraizariam no ambiente urbano, como o carpinteiro ou o pedreiro.

A organização do território, com vilas dotadas dos poderes administrativo, legislativo e militar, terá possibilitado imprimir mais ordem e maior rigor na cobrança dos impostos, o que se traduz em mais poder por parte da coroa. Entretanto, além de se traduzir em mais poder para a coroa, a organização imprimida no período pombalino, acabou também, por ajudar de forma efetiva à organização do espaço brasileiro no todo, ajudando a consolidar a colonização. O Piauí, pese, embora, toda a sua peculiaridade, fez parte desse processo de reorganização da colônia.

Embora tenhamos muito que realçar positivamente, em relação ao processo de reorganização do território da colônia Brasil, e, embora, a coroa tenha achado por bem executar tal processo, há um revés que tem que ser também realçado. Os exploradores da colônia não terão gostado daquela organização que os iria controlar de forma efetiva e mais apertada, anulando parte dos seus negócios turvos. A prova disso é que a reorganização do território começou na segunda metade do século XVIII. Ela pode ter durado até ao final do século, mas a independência se deu praticamente duas décadas depois, no início do século XIX. Este é um fato que merece reparo. Sem pretensões à polemização do processo de independência iniciado exatamente no Piauí, como é defendido pelos seus habitantes, não se pode, entretanto, passar ao lado de alguns indícios recolhidos despretensiosamente, sobre a forma alegadamente traiçoeira como esse movimento aconteceu. Não há aqui, nada, contra o ato em si ou contra os piauienses, é apenas um elemento aqui chamado para justificar a ideia de que os grandes exploradores da colônia não terão gostado da organização imposta pelo Marquês de Pombal.

O arranque dos primeiros núcleos urbanos (as vilas) trouxe um vasto rol de fatores positivos, que em muito ajudaram à progressão da colonização e à consolidação da formação territorial, por consequência. Um dos fatores que deve ser realçado é o fato de neste processo da urbanidade piauiense, os colonos portugueses terão tido as condições indispensáveis para expor tudo ou em parte, das suas tradições, hábitos e culturas. Se antes nos ermos campos, à chegada eles apenas tinham condições para sobreviver com o que havia disponível, no período do arranque da urbanização, eles já tinham acesso a alguns materiais que lhes confeririam o abono suficiente para aplicar as suas tradições. Entretanto os hábitos portugueses somados com o sistema econômico em atividade e as relações sociais praticadas acabariam por dar

complexidade à organização social do território piauiense, exatamente a partir das primeiras vilas. Lacaze (1995, p. 14) diz que,

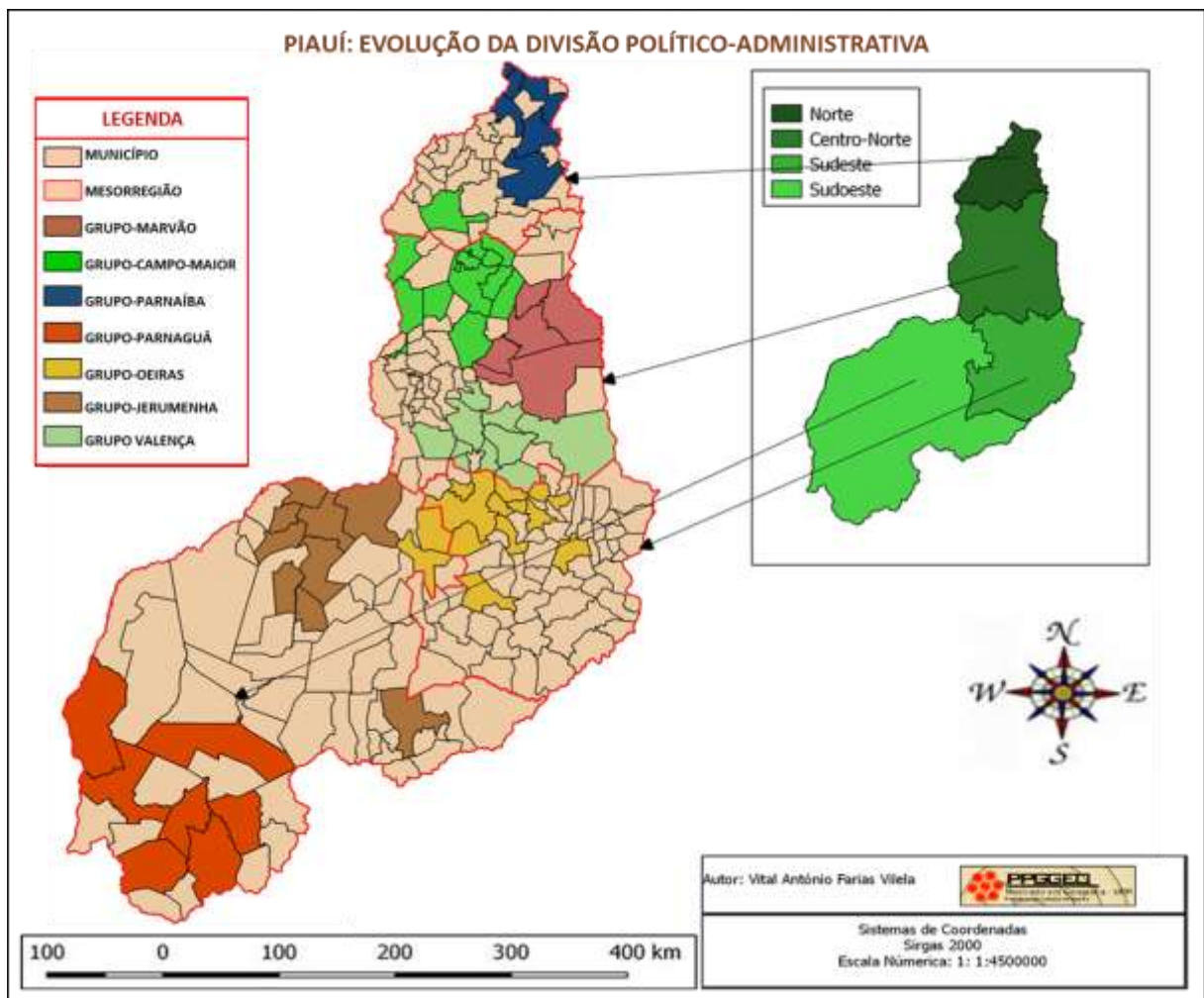
as primeiras cidades foram edificadas e a organização social tornou-se mais complexa. Desde então, esses aspectos da atividade das sociedades humanas não cessaram de evoluir em conjunto: os modos de ocupação dos territórios continuam sempre determinados, numa larga medida, pelos sistemas económicos e pelo tipo de civilização.

Essa complexidade referida por Lacaze (1995), podemos dizer que é impulsionada por fatores secundários – os fatores primários neste período seriam a necessidade de terras para sobrevivência da população colonizadora. Porém essa complexidade citadina é consubstanciada por fatores que vão crescendo e tomando conta da vida social. Esses fatores são o poder político, o poder monetário, e outros, além da influência, muitas vezes presente, do ego pessoal de quem detinha o poder. O primeiro resultado disso, no período colonial pode ser observado nos tipos de construções, no tamanho dessas construções, nos locais das mesmas e nos adornos das suas fachadas. Não vamos aqui especular os interiores, porque praticamente nada existe em termos de interiores daquele tempo. Mas durante os trabalhos de campo, pelas antigas vilas, olhando as ornamentações das fachadas ainda existentes e ouvindo a história³⁵ sobre as famílias que as construíram e ali viveram, dá para perceber e associar o poder com a beleza das construções, ou requinte dos ornamentos. Essa questão dos ornamentos das fachadas e os tipos de arquitetura, aqueles ainda existentes, mesmo que em forma de ruínas, são o testemunho da cultura, dos hábitos e costumes dos colonizadores. Mesmo que o período urbano colonial tenha durado pouco em termos de tempo útil da situação política do território, a influência desse período pode ter durado mais de um século. A prova disso é que nas cidades visitadas, foi possível comparar edificações do final do século XVIII ou início do século XIX, com outras do final do século XIX, não havendo diferenças significativas, a não ser na conservação, pois estas últimas são substancialmente mais novas. Aos restos desses estilos arquitetônicos e dessas formas de ornamentação das construções, incluindo as cores aplicadas, que nos permitem identificar culturas, hábitos ou tradições, Santos (2014) chama de rugosidades. Essas rugosidades serão apresentadas na próxima seção onde serão dados a conhecer os resultados das pesquisas de campo nas sete antigas vilas que marcaram o início da urbanidade piauiense.

³⁵ A pessoas que ajudaram a identificar o campo, em cada cidade visitada, foram pessoas com conhecimento da história da cidade, que, com visível paixão e até alguma vaidade por pertencerem a uma cidade com uma história que reporta ao período colonial, não se inibiram de contar as suas versões sobre as construções ainda existentes e as respectivas famílias que ali viveram, levando em conta a sua importância.

As Vilas (hoje cidades) que vão ser apresentadas na próxima seção caracterizam a consolidação da formação territorial do Piauí colonial, mas ao mesmo tempo elas caracterizam apenas o início de uma fragmentação do território piauiense que duraria até à formação do último município criado em 1 de janeiro de 2009 – município de Nazária, desmembrado de Teresina. O mapa da figura 12 mostra a fragmentação direta a partir dos primeiros municípios, aqui chamados de municípios matrizes.

Figura 12: Mapa da fragmentação direta dos primeiros municípios.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Com o Piauí dividido em quatro mesorregiões, podemos observar uma maior fragmentação municipal nas duas unidades mais a norte, com maior incidência na metade mais próxima do rio Parnaíba. Também na unidade sudeste se observa grande fragmentação, exatamente onde fica Oeiras. Isso de certa forma nos indica que a tendência para o adensamento do período colonial continuou. Por fim, a parte mais a Sul, a mesorregião sudoeste, é a menos

fragmentada, apresentando grandes municípios de forma geral. Igualmente, a tendência verificada no período colonial se manteve. Menos população, menos retalhamento em termos de fazendas e menos fragmentação municipal.



O epílogo desta dissertação traduz-se num trabalho imensamente gratificante, que é a apresentação dos resultados dos trabalhos de campo. Estes trabalhos foram desenvolvidos no Sul de Portugal, nas vilas de Marvão³⁶ e Coruche³⁷, no Sul do Brasil, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, e, nas sete vilas (cidades) que nasceram no período colonial. As pesquisas em Portugal foram feitas em 2016 por conta do trabalho de Monografia apresentada como conclusão do curso de Licenciatura em Geografia, onde foi iniciada a pesquisa sobre o Piauí colonial. O trabalho de campo efetuado em Santa Maria, foi o aproveitamento de uma estadia naquela cidade e de um passeio por um bairro histórico chamado Vila Belga, onde foi possível observar construções antigas com hábitos e cultura europeus, comparáveis às arquiteturas encontradas no Piauí, relativas ao período colonial. Por fim, o trabalho de campo efetuado no Piauí, com visitas e explorações nas sete cidades que descendem do período colonial – Oeiras, Parnaguá, Jerumenha, Campo Maior, Parnaíba, Marvão e Valença.

O quadro 4, mostra o registro do nascimento das vilas do século XVIII. Ali, podemos observar a formação de cada freguesia, local de nascimento, a sua igreja matriz, a sua origem (rancho, arraial ou fazenda), data de nascimento, e, a vila a que deu origem. Todas elas distribuídas conforme a divisão feita por Monteiro (2008), o qual divide o território em três regiões principais, Norte, Centro Norte e Sul. Estas regiões não são uniformes em termos de área, mas sim em termos de características próprias, onde a vegetação e o clima são os fatores que dominam e diferenciam cada uma.

Quadro 4: Registro histórico do nascimento das primeiras vilas/municípios do Piauí.

HISTÓRICO DO NASCIMENTO DAS PRIMEIRAS VILAS/MUNICÍPIOS DO PIAUÍ						
	FREGUESIA	LOCAL DE NASCIMENTO	IGREJA MATRIZ	RANCHO OU FAZENDA QUE DEU ORIGEM	DATA DA ORIGEM	MUNICÍPIO/VILA
NORTE	S. JOÃO DA PARNAÍBA	TESTA BRANCA	N. S. DAS GRAÇAS	TESTA BRANCA	1713	PARNAÍBA
	S. ANTÔNIO DO SURUBIM	SURUBIM	SANTO ANTÔNIO	FAZENDA BITOROCARA	1713	CAMPO MAIOR
	N. S. DO DESTERRO	RANCHO DOS PRATOS	N. S. DO DESTERRO	RANCHO DOS PRATOS	1742	MARVÃO
CENTRO	N. S. DO Ó	ARRAIAL DO CAATINGUINHA	N.S. DO Ó	ARRAIAL DO CATINGUINHA	1740	VALENÇA
	N. S. DA VITÓRIA	MOCHA	N. S. DA VITÓRIA	FAZENDA CABROBÓ	1697	OEIRAS
SUL	S. A. DO GURGUEIA	ARRAIAL DOS ÁVILAS	SANTO ANTÔNIO	ARRAIAL DOS ÁVILAS	1740	JERUMENHA
	N. S. DO LIVRAMENTO	PARNAGUÁ	N. S. DO LIVRAMENTO	FAZENDA MUCAMBO	1755	PARNAGUÁ

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de vários autores já citados.

³⁶ O trabalho de campo na Vila de Marvão ocorreu por conta da monografia apresentada como trabalho final na graduação em Geografia, sobre a organização socioespacial da Vila de Marvão (atual cidade de Castelo do Piauí).

³⁷ Minha terra de nascimento.

5.1 OS ORNAMENTOS NAS ANTIGAS CONSTRUÇÕES PORTUGUESAS

Segundo Aguiar (2011, p. 9), a cor é um elemento que caracteriza e humaniza o espaço urbano e arquitetônico, “tornando-o reconhecível e identificável”. Reconhecível e identificável, porquanto as cores fazem parte da cultura dos povos de qualquer canto do mundo. Se observarmos as vilas de pescadores no litoral norte português, vamos ver um emaranhado de cores vivas (desde o azul ao vermelho, passando pelo verde, o amarelo ou o branco). Mas se olharmos para as vilas do sul de Portugal, tanto as do litoral como as do interior, vamos ver a predominância do branco e das barras de cores vivas. Esta é a combinação mais frequente, visível nos restos ainda existentes das construções do período colonial, ou sob a sua influência. Sem dúvida, como escreve o autor, os modelos de pintura e o padrão de cores utilizadas são características que não só identificam como tornam reconhecível uma cultura e um tempo. A esse fenômeno da relação da preferência da cor com a arquitetura, chama-se cromofobia.

Se por um lado a cor tem a importância de caracterizar um povo ou uma população e identificá-la quer no espaço, quer no tempo, ela também passou a ter a importância da conservação, dado que é aplicada através da cal ou mais contemporaneamente através da tinta. Reportando esta questão aos nossos dias, podemos dizer que hoje uma casa ou edifício pintado faz transparecer acima de tudo, zelo. A forma mais ou menos exuberante de expor esse zelo não vai ser discutida aqui, por sair da linha do objetivo. Mas, dada a importância que a pintura das construções atingiu, quer pela questão da conservação, quer pela estética, estamos certos que aquelas que se vêm sem tinta (ou mesmo até sem reboco), podem simbolizar sinais de pobreza.

Além do ornamento aplicado através das cores, as construções antigas contam também com os ornamentos desenhados na própria estrutura da parede da fachada, caracterizados por ressaltos ou saliências, formando quadros em volta das janelas e portas e outros desenhos quer na parte superior, quer na parte inferior. Estes ressaltos geralmente são pintados de cores vivas, acabando por dar maior impacto visual. Outra forma de ornamento é a utilização do ferro forjado. Este é pouco visível no Piauí, visto que no período colonial praticamente não havia casas de dois pisos e muito menos com sacadas, lugar onde seriam aplicadas as grades de ferro forjado. Estas formas e hábitos de ornamentação, porém, não são exclusividade dos portugueses. A Europa em geral tem esses mesmos hábitos, inclusive, em alguns países ou cidades, eles são ainda mais evidentes. No Brasil, a Vila Belga³⁸ é um bom exemplo, na bonita

³⁸ Trabalho de campo em 2017. A Vila Belga é um bairro que foi construído para dar suporte à comunidade de imigrantes belgas, durante a construção da ferrovia que ali passa. Existem outras vilas belgas pelo Brasil, que tiveram finalidade idêntica.

cidade do interior do Rio Grande do Sul, Santa Maria. Como mostra a figura 12, os ornamentos das fachadas naquele bairro de origem belga, são bem presentes e frequentes.

Figura 12: Imagens de fachadas das construções antigas, da Vila Belga em Sta. Maria



Fonte: Registro fotográfico do autor (2017).

Ainda no âmbito da cultura e dos hábitos, é importante ressaltar uma questão a que alguns autores mostraram alguma predileção por colocar em evidência: são as diferenças entre as construções americanas de portugueses e espanhóis. É necessário olhar para essas diferenças de forma isenta e pragmática. A Espanha sempre teve maior poder financeiro e de mão-de-obra em relação a Portugal. Não é difícil avaliar (em geral), o poder financeiro das pessoas, através das suas casas, embora isso não seja regra obrigatória. Não será também difícil aceitar alguma diferença nas construções americanas de portugueses e espanhóis, nas quais estes últimos foram muito mais exuberantes enquanto que os portugueses, com muito menos recursos, foram mais comedidos, pese, embora, a beleza e os padrões bem vinculados dos portugueses. Duma coisa não teremos dúvidas, tanto na vertente da organização do espaço (a forma como dispuseram as suas construções, etc.), como na vertente arquitetônica, são visíveis traços de cultura e hábitos do povo português. As Vilas portuguesas no Sul ainda mantêm certos traços da construção

antiga, tanto no interior de tetos altos em abóbada, quanto nas fachadas pintadas de branco com barras de cores vivas. Os telhados de telha portuguesa, são da cor do barro cozido (vermelhos) como mostram as imagens da figura 13.

Figura 13: Imagens de fachadas de construções antigas, da Vila de Coruche, Portugal.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2016).

5.2 A SINGULARIDADE DO SISTEMA URBANO PORTUGUÊS

Segundo Teixeira (2004, p. 7), “a história urbana portuguesa e brasileira estão intimamente ligadas, e o urbanismo português veio a beneficiar grandemente deste amplo caldear de influências e de experiências realizadas ao longo dos séculos de colonização [...]”. Isso quer dizer que embora as construções portuguesas na colônia tenham toda a influência da cultura arquitetônica portuguesa, as construções em Portugal também tiveram a influência das construções na América portuguesa. Essa influência pode-se ter estabelecido a partir da tropicalidade da colônia, e pode estar também atrelada a tipos de madeiras utilizados, mobiliários ou ornamentos internos. Quanto às construções da colônia, embora elas tenham muito da influência portuguesa, elas sempre podem misturar essa influência europeia com a tropicalidade, mormente nos interiores. O autor diz também que “as cidades portuguesas e

brasileiras deste período apresentam uma grande identidade formal, consequência do fato de partilharem a mesma cultura urbana e de os seus agentes serem os mesmos [...]” (TEIXEIRA, 2004, p. 23).

Quanto às características morfológicas das cidades portuguesas construídas na colônia, segundo Teixeira (2004, p. 23), elas “radicam na tradição urbana portuguesa”. Por sua vez, uma das características principais das cidades portuguesas, resulta de duas componentes distintas: a componente erudita e a componente vernácula. Segundo o autor, “a componente erudita tem a ver com os princípios de ordem e de regularidade que em todas as épocas se encontram nas cidades portuguesas, expressando-se muitas vezes através de malhas ortogonais”. Entretanto, segundo ele, “a componente vernácula, por sua vez, tem a ver com a capacidade de o urbanismo português entender o território em que se implanta e de se moldar a ele”. Ele diz também que, “aquelas componentes erudita e vernácula e a sua síntese, realizada de diferentes formas e com diferentes ênfases ao longo do tempo, constitui uma das principais especialidades do urbanismo português e está exemplarmente realizada nas cidades brasileiras dos séculos XVI a XVIII” (TEIXEIRA, 2004, p. 23).

“A cidade portuguesa, se distingue em cada momento histórico, no entanto podem observar-se alguns elos de continuidade que articulam as várias formas e concepções de cidade onde conseguimos distinguir indicadores de permanência ao longo do tempo” (TEIXEIRA, 2004, p. 151). Entre os fatores que determinam a estruturação das vilas e cidades portuguesas, estão “a geografia e a topografia do terreno, o clima, a natureza do solo e os materiais disponíveis para a construção”. Além desses fatores, o autor defende, também, que “fatores de ordem cultural, em que se incluem os valores sociais, políticos, morais e religiosos que estruturam uma sociedade, vêm articular-se com aqueles físicos, expressando-se também nas formas de organização urbana” (TEIXEIRA, 2011, p. 152). O autor defende também que é sob a articulação daqueles diferentes fatores que qualquer cidade deve ser entendida.

Ainda em relação às componentes vernácula e erudita, a primeira tem a ver com as características de ordem física e ambiental do território. Já a componente erudita tem a ver com as questões culturais, ou seja, os valores sociais, políticos e religiosos. Segundo Teixeira (2011, p. 152), a componente erudita se caracteriza pelas referências intelectuais e concepções teóricas, urbanísticas e arquitetônicas, dos seus construtores, traduzindo-se habitualmente em esquemas geometrizados.

Segundo Flexor (2011, p. 76), a elevação a vila implicava todo um evento protocolado, com um ritual próprio. “Todos os criadores de vilas seguiam o mesmo cerimonial”. Geralmente

a máxima autoridade a presidir à cerimônia era o ouvidor³⁹. Flexor faz um relato completo de um ato de implantação de uma vila:

O ouvidor convocava, por editais, os habitantes da povoação e de vilas vizinhas para, no dia exato, das sete para as oito horas da manhã, estar à frente das casas de sua aposentadoria para o acompanharem no ato. Todos se encaminhavam ao lugar e sítio limpo, medido, demarcado para terreno da praça, com as ruas já traçadas, e preparado com arcos e enfeites festivos, onde o ouvidor levantava o pelourinho e aclamava a vila, com o chapéu na mão, dizendo, em voz alta e inteligível: “Real-Real-Real, esta nova Vila Viçosa pelo nosso Augusto e Fidelíssimo Monarcha D. José o primeiro, Rei de Portugal”, repetindo a frase por três vezes, ao “que imediatamente se seguirão com grande jubilo, alegria e applauzo de todos muitos e repetidos vivas com outras várias demonstrações de gosto e ao som de vários instrumentos festivos que para o mesmo applauzo tinha convocado”. Seguiam-se um *Te Deum Laudamus*, com ladainhas e música, e missa. De cada um dos atos se fazia registro.

O ouvidor podia delinear uma, duas ou três praças, das quais uma ou duas seriam religiosas e a outra civil. Então eram demarcados os terrenos para as Casas de Câmara e Cadeia, Igreja, as ruas. Tudo era demarcado utilizando o plano ortogonal. Em volta do espaço demarcado das vilas era traçada uma larga faixa que era desmatada para evitar bichos peçonhentos ou surpresas por parte dos gentios. Estes trabalhos de desmatamento eram contratados por parte do governo, dessa forma as pessoas que realizassem o trabalho receberiam algum dinheiro que poderiam utilizar em mais ferramentas para usarem nas suas atividades, nas suas terras (FLEXOR, 2011).

A pesquisa de campo realizada para este trabalho, foi orientada a partir da leitura da carta régia de 19 de junho de 1761, que ordena a constituição das vilas e dá as diretrizes para a sua constituição. Além da carta régia, duas obras serviram de suporte e de orientação para as pesquisas de campo. A obra de Teixeira (2004) – A construção da cidade brasileira; e, a obra dos autores Pessotti e Ribeiro (2011) – A construção da cidade portuguesa na América.

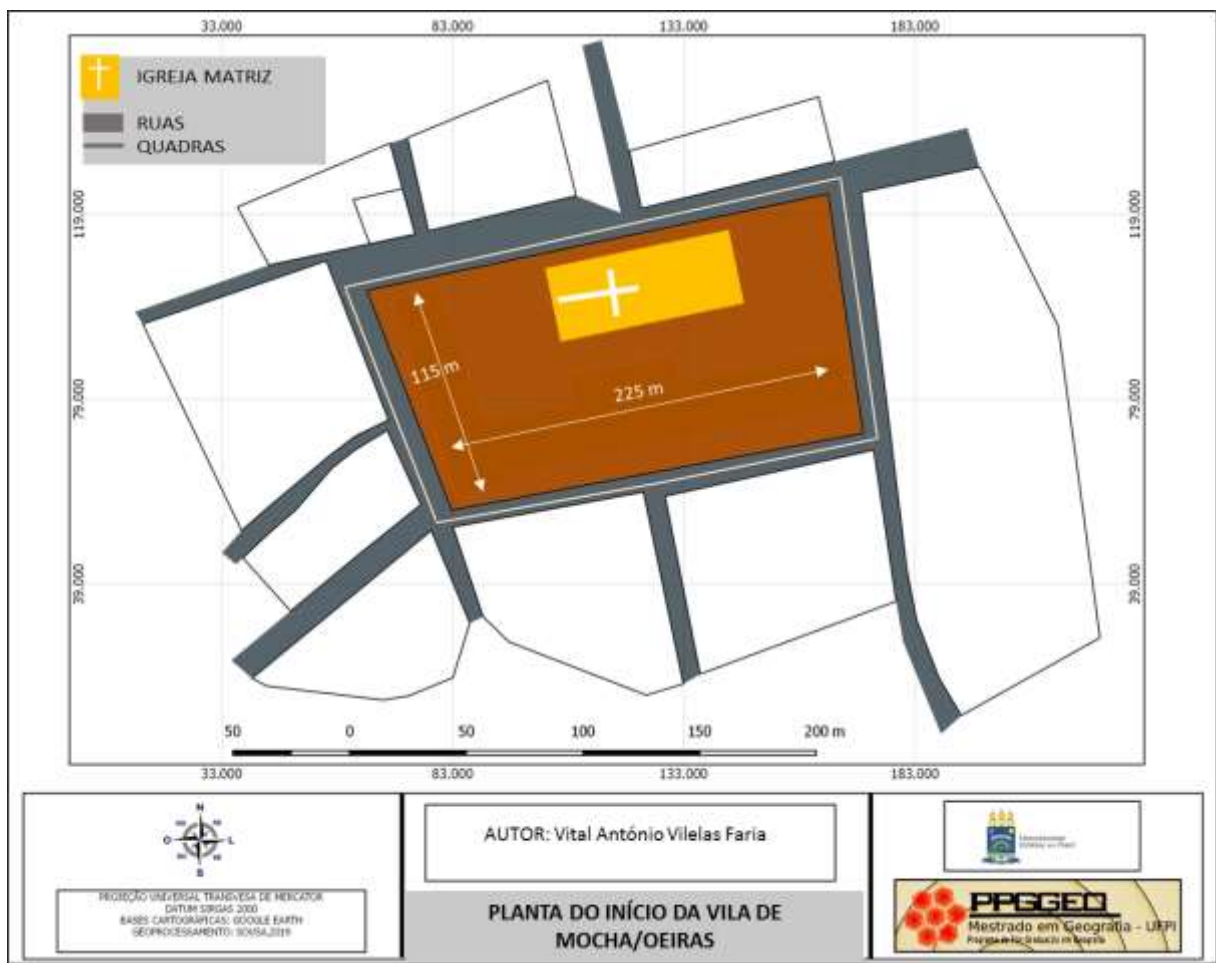
Visitar e conhecer cada uma das antigas vilas do século XVIII, foi algo que além de importante, em termos do objetivo da pesquisa, foi também muito gratificante, porque cada uma “vila” tem uma fisionomia diferente, onde se destaca a praça, principal elemento a partir do qual a vila se iniciou, e uma história igualmente diferente, com muitos atrativos que, vão desde a fazenda que deu origem à freguesia, a família a quem pertencia a fazenda, as instalações que pertenceram àquela família, as primeiras e as mais importantes famílias que povoaram cada vila.

³⁹ Segundo Flexor (2011), o ouvidor era um magistrado que superintendia a justiça na vila. As suas competências eram semelhantes às dos corregedores. Uma vila com corregedor teria a patente jurídica de comarca. A vila que tivesse ouvidor, teria a patente jurídica de ouvidoria.

5.3 APRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DAS VILAS DO SÉCULO XVIII

As sete vilas implantadas no século XVIII são os testemunhos vivos, não só de um período histórico, que marca o início do Estado do Piauí, mas também, os testemunhos que melhor simbolizam a passagem dos colonos portugueses. Oeiras é a que melhor representa esse papel. Nascida da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, na margem direita do riacho Mocha, seria eleita a Vila da Mocha em 1717. Mais tarde, em 1762 seria eleita a cidade e a primeira capital do Piauí, com o nome de Oeiras. Oeiras fica situada nas coordenadas de Latitude $07^{\circ} 01' 30''$ Sul e Longitude $42^{\circ} 07' 51''$ Norte, a uma Altitude de 164 metros. A sua planta pode ser observada na figura 14. No conjunto de todas as vilas, Oeiras é a que tem a maior praça. Como a região onde foi implantada a vila – a bacia do Canindé – era a mais densa de fazendas e atividade, pressupõe-se que o tamanho da praça possa simbolizar o poder econômico da região.

Figura 14: Planta do início da implantação da Vila da Mocha/Oeiras.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Oeiras é de todas as “Vilas”, aquela onde mais se encontram elementos da construção do período colonial, começando pela Igreja Matriz, de Nossa Senhora da Vitória, construída em 1733, além de uma outra casa que foi identificada de 1804, e outras construções próximas àquele período, como mostram as imagens da figura 15.

Figura 15: Imagens de construções de Oeiras (período colonial).



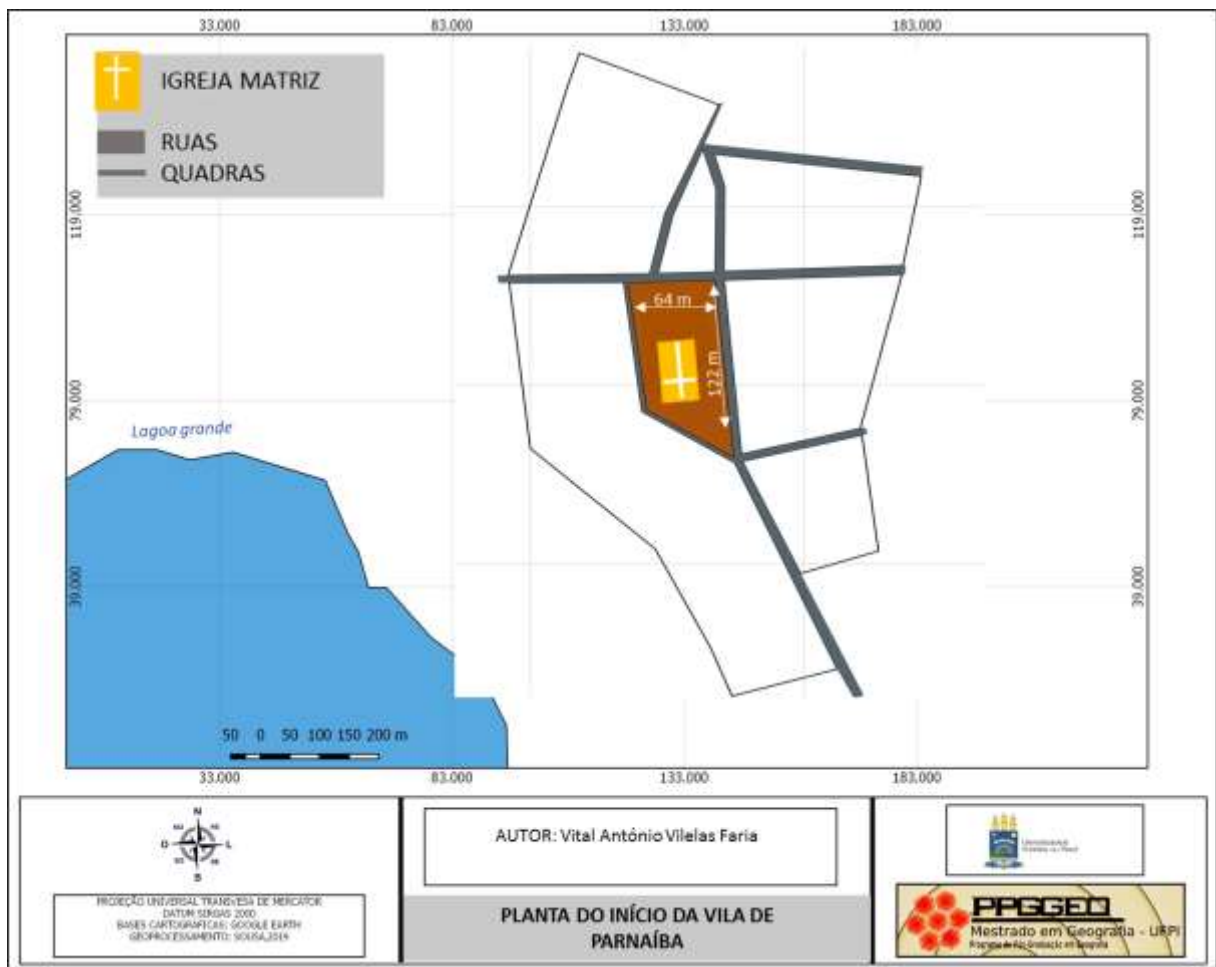
Fonte: Registro fotográfico do autor (2019).

Além da Vila da Mocha (mais tarde Oeiras), implantada em 1717, todas as outras vilas foram implantadas em 1762, por ordem expressa através de uma carta régia. A primeira delas foi Parnaguá. Esta vila nasceu da freguesia de Nossa Senhora do Livramento, no dia 3 de junho de 1762, com o nome de Parnaguá. Situada nas coordenadas de Latitude 10° 13' 39" Sul e Longitude 44° 38' 21" Oeste, e na Altitude de 336 metros, Parnaguá encontra-se próximo à

margem direita do rio Paraim, mais propriamente junto à grande Lagoa Parnaguá que é cruzada por aquele afluente do rio Gurgueia.

Parnaguá ainda hoje é uma pequena cidade. A sua praça é uma das mais pequenas e as construções em volta comparáveis às construções do período colonial são apenas duas. A Casa de Câmara e Cadeia – uma construção pequena – e uma outra casa, particular. A sua matriz é a Igreja de Nossa Senhora do Livramento.

Figura 16: Planta do início da implantação da Vila de Parnaguá.

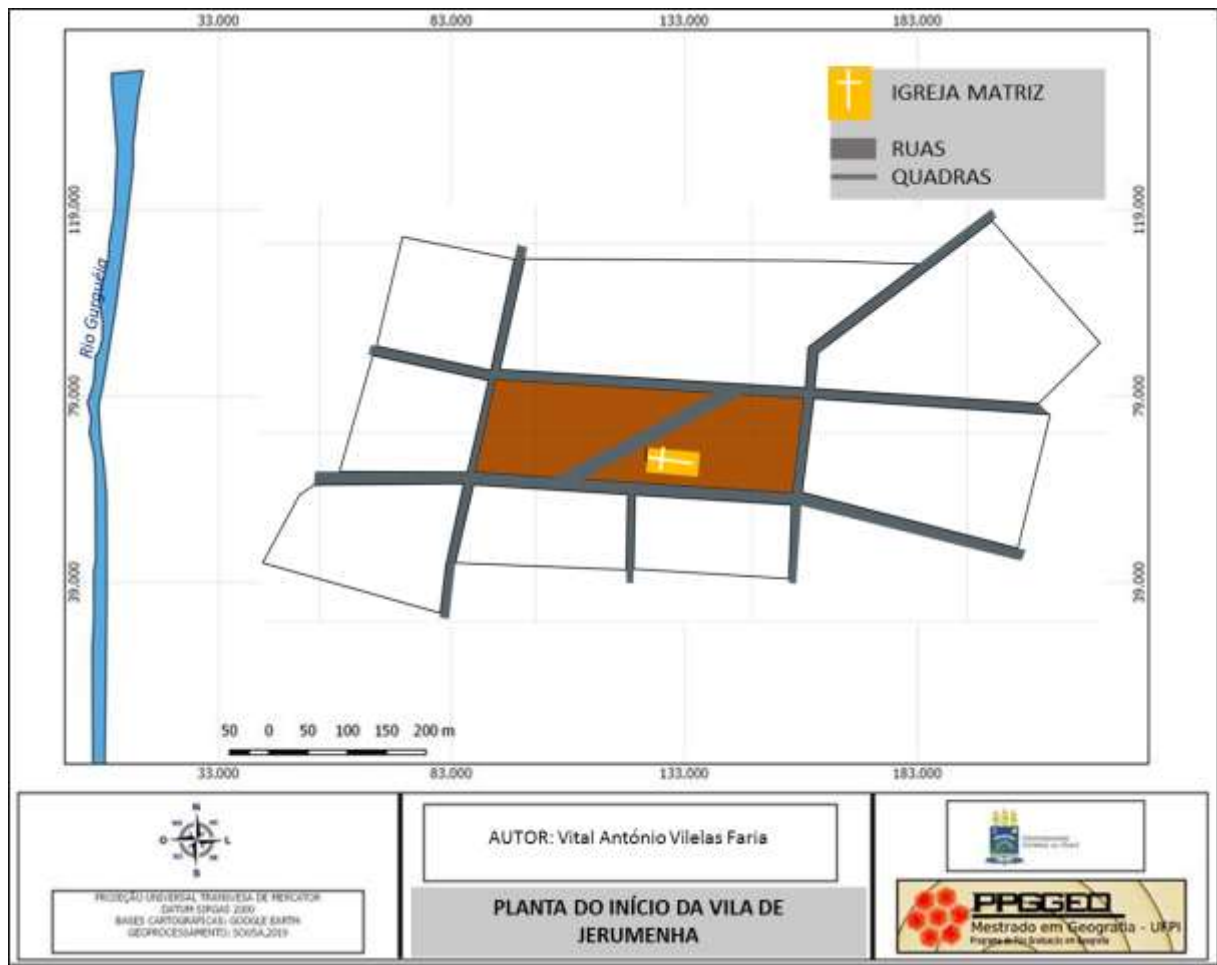


Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A Vila de Jerumenha foi a seguinte. Ela é a terceira na hierarquia das vilas do século XVIII. Jerumenha nasceu no dia 22 de junho de 1762, da freguesia de Santo Antônio do Gurgueia. Esta vila fica situada nas coordenadas de Latitude $07^{\circ} 05' 16''$ Sul e na Longitude de $43^{\circ} 30' 35''$ Oeste, na Altitude de 147 metros. Jerumenha é a vila/cidade que melhor alia a sua história com as estruturas físicas. Uma pequena cidade plantada na margem direita do rio Gurgueia, já no baixo curso do rio, é uma cidade onde salta à vista a tranquilidade. A sua praça,

uma das maiores, foi dividida em duas, sendo atravessada pela BR 135. Na metade Este da praça fica localizada a Igreja Matriz construída de 1741 a 1746. O seu padroeiro é Santo Antônio do Gurgueia. A freguesia de Santo Antônio do Gurgueia nasceu do arraial dos d'Ávila. Vários edifícios em volta da praça remontam ao período colonial ou próximo, todos ligados às principais e mais antigas famílias da cidade. A figura 17 mostra a planta da Vila de Jerumenha.

Figura 17: Planta do início da implantação da Vila de Jerumenha.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A vila/cidade de Jerumenha, ainda preserva alguns vestígios das suas raízes. Um imponente muro construído em pedra e tijolos maciços, assentes com uma mistura de argamassa, cerca aquilo que foram instalações dos d'Ávila⁴⁰, a família implicada na formação da freguesia que daria lugar à Vila de Jerumenha. Lá encontramos também um pequeno edifício que serviu de casa de Câmara e Cadeia, virado para uma antiga praça e que tem inscrito na

⁴⁰ Foi Francisco Dias d'Ávila e seu irmão Bernardo que colonizaram aquela região.

parede, Praça Dias d'Ávila. A Igreja Matriz terminada de construir ainda antes da eleição a vila, é o testemunho de uma construção daqueles tempos. As paredes impressionam pela sua imponência, com 90 cm de largura. Os elementos internos são na maioria de pedra talhada, impressionando pela sua imponência e pela riqueza que simbolizam. Percebe-se que a construção daquela Igreja terá tido apoio de pessoas importantes e com poder. A figura 18 mostra alguns dos registros fotográficos da Vila de Jerumenha.

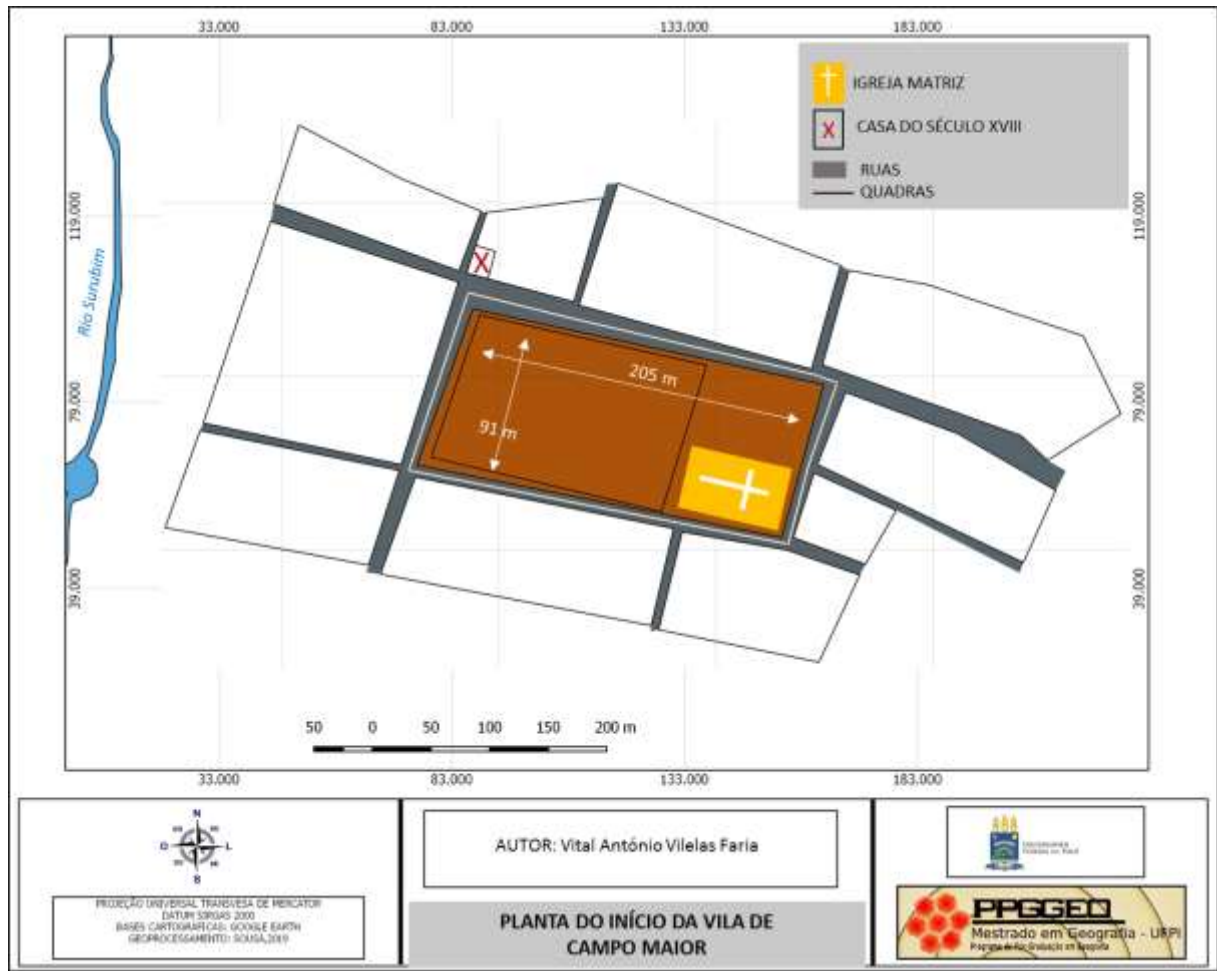
Figura 18: Imagens das construções da Vila de Jerumenha.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A vila de Campo Maior foi a quarta eleita, em 8 de agosto de 1762. Plantada na margem direita do rio Surubim, nas coordenadas de Latitude $04^{\circ} 49' 40''$ Sul, e, Longitude $42^{\circ} 10' 07''$ Oeste, na Altitude de 128 metros, Campo Maior está inserida na região Norte do território, seguindo a divisão de Monteiro (2008). A figura 19, mostra-nos a planta de Campo Maior.

Figura 19: Planta do início da implantação da Vila de Campo Maior.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A região de Campo Maior é ainda hoje uma das mais propícias à atividade da pecuária, a principal atividade no período colonial. Talvez as paisagens atuais não tenham muita diferença para as paisagens do período colonial. Com uma vegetação diferente, grande parte composta por carnaubais e vegetação rasteira, tem muitas lagoas naturais. Estas lagoas são rasas como rastos são também a maior parte dos solos. Porém, apesar de rasas, estas lagoas enchem de água nos períodos chuvosos, e, com a água cresce uma grande camada de plantas aquáticas que o gado aproveita. A falta de vegetação mais agreste, como a caatinga, possibilita um uso mais fácil e efetivo. No período colonial o município de Campo Maior compreendia praticamente

toda a bacia do Longá, uma das mais povoadas. Santo Antônio é o padroeiro da cidade, que nasceu da freguesia de Santo Antônio do Surubim. Esta freguesia, por sua vez, nasceu da fazenda Bitorocara, de Bernardo de Carvalho Aguiar, considerado também o fundador da freguesia. Foi uma das vilas mais prósperas do período colonial. A sua praça, onde se iniciou a vila, é a segunda maior, depois da de Oeiras, o que faz parecer que o poder econômico da região poderá ter influenciado o tamanho da praça. Campo maior, tal como a maioria das vilas coloniais, é uma vila onde as pessoas dão muito valor à sua cultura e à sua história. Grande parte das edificações em volta da praça, têm os traços do período colonial, embora as datas de construção sejam posteriores. A marca de um (X) na planta indica o local de uma edificação do século XVIII que foi derrubada pouco antes do trabalho de campo nesta vila. A figura 20 mostra parte do registro fotográfico sobre Campo Maior.

Figura 20: Imagens das construções da Vila de Campo Maior.

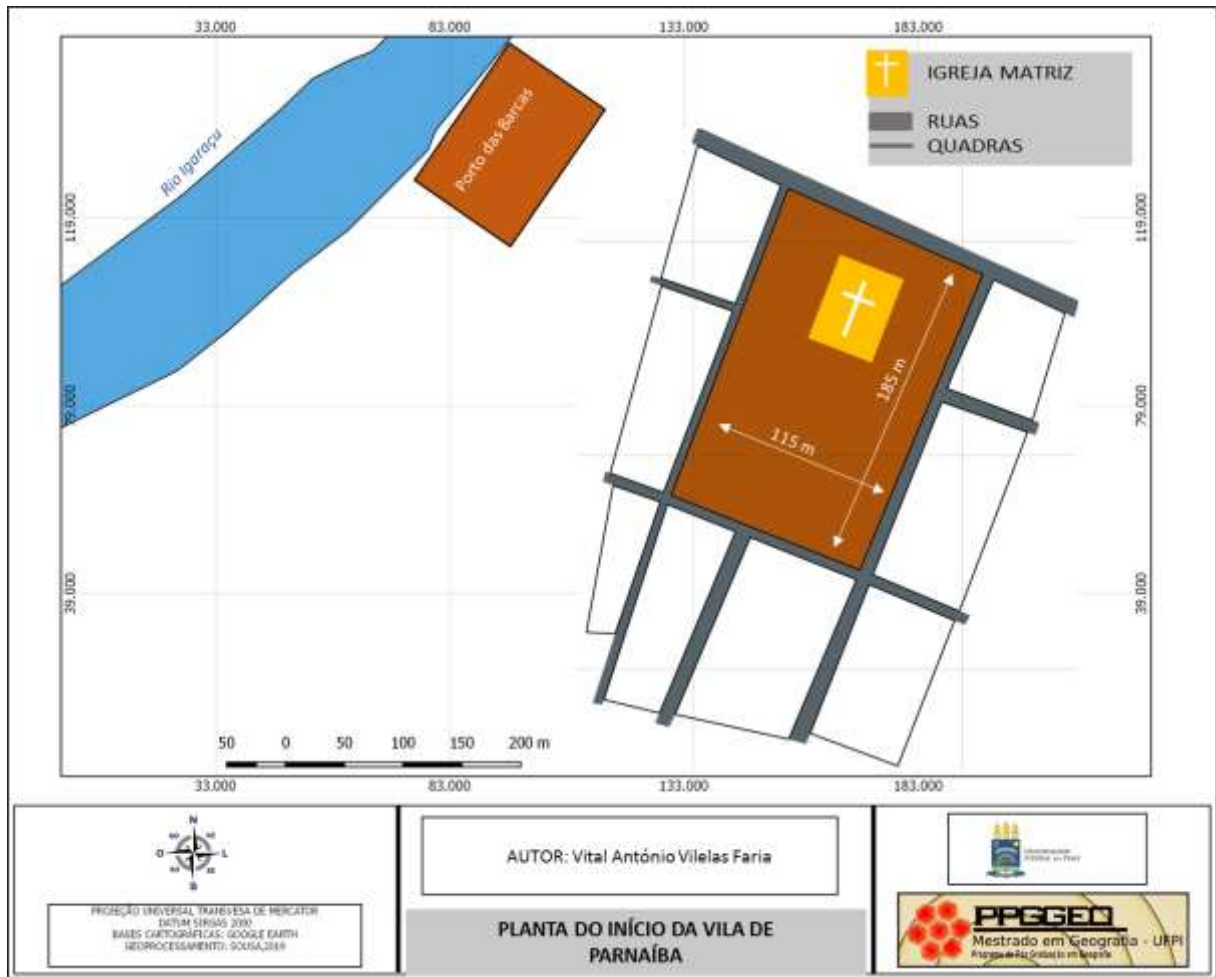


Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A Vila de Parnaíba foi a quinta, na hierarquia das vilas coloniais. Ela foi eleita em 18 de agosto de 1762. Naquela região mais a norte, havia duas freguesias. Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca e Freguesia de São João da Parnaíba. Foi escolhida esta última

para eleição a vila. A escolha terá sido baseada no potencial que a vila teria para se desenvolver, em face do rio Igarauçu, o qual dava ligação com o mar. A figura 21 mostra a planta do início da Vila de Parnaíba.

Figura 21: Planta do início da implantação da Vila de Parnaíba.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Erguida na margem direita do rio Igarauçu⁴¹, nas coordenadas de Latitude 2° 54' 17" Sul, de Longitude 41° 46' 35" Oeste, e na Altitude de 10 metros, esta foi a única vila erguida no litoral do Piauí colonial. A escolha de Parnaíba para ser eleita vila, provocou grandes reclamações por parte da freguesia de Piracuruca, principalmente pelo seu pároco, visto que ali existiam mais fazendas e a população era mais numerosa. No entanto a comunicação com o mar através do rio Igarauçu fazia de Parnaíba uma vila com grande potencial de desenvolvimento econômico, como viria a confirmar-se, mormente no comércio de charque e couro. Através do

⁴¹ Braço do rio Parnaíba.

rio Igarçu, os barcos tanto podiam subir o rio Parnaíba, navegável por muitas léguas⁴², como podiam chegar ao mar. Isso levou à construção do Porto das Barcas, local onde a vila começou a desenvolver-se. Posteriormente foi definido o local da vila, a partir da praça da Nossa Senhora das Graças, cuja Igreja Matriz foi iniciada a construir em 1770, a única que tem duas torres terminadas. Os vestígios de construções relativas ao período colonial, em volta da praça, resumem-se à Igreja Matriz e ao edifício que terá sido a Casa de Câmara e Cadeia. Os maiores vestígios das construções no período colonial estão no Porto das Barcas, que hoje funciona como centro de artesanato da cidade e ponto turístico. Ali ainda é possível ver os carris, através dos quais se carregavam as cargas em pequenos vagões para os navios. A figura 22 mostra imagens das construções da antiga Vila de Parnaíba.

Figura 22: Imagens das construções da Vila de Parnaíba.



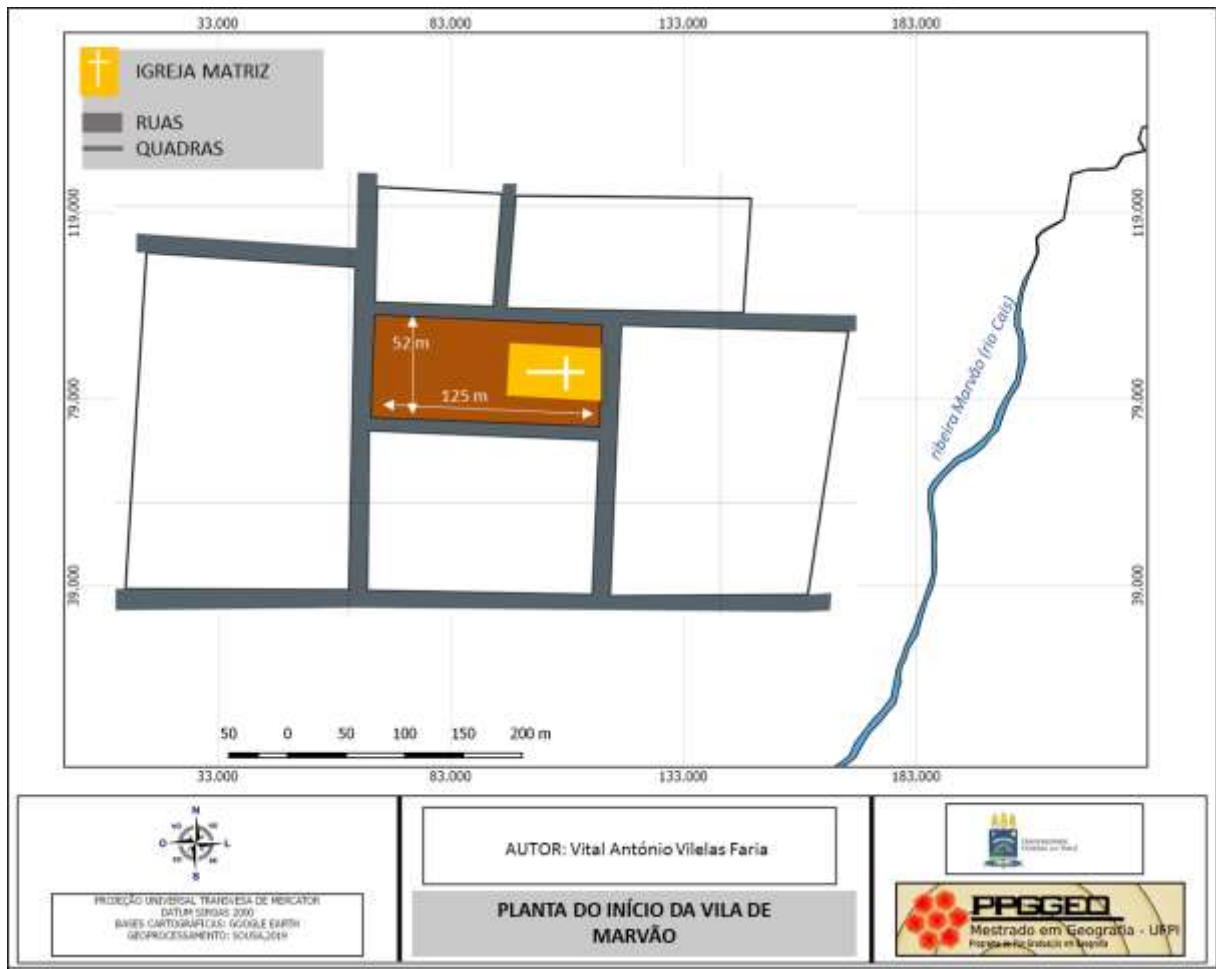
Fonte: Registro fotográfico do autor (2019).

A vila eleita a seguir, a sexta na hierarquia, foi Marvão. Esta vila nasceu da freguesia de Nossa Senhora do Desterro, que por sua vez nasceu do Rancho do Prato. Marvão foi implantada na margem direita do rio Cais⁴³, nas coordenadas de Latitude 05° 19' 20" Sul, Longitude 41° 33' 09" Oeste e na Altitude de 240 metros. A sua planta está representada na figura 23.

⁴² A légua foi uma medida muito usada no período colonial (era a maior medida métrica) e media 5 quilômetros. O valor que é dado hoje oficialmente é de 6,6 quilômetros.

⁴³ Naquele período era ribeira Marvão (CASAL, 1817).

Figura 23: Planta do início da implantação da Vila de Marvão.



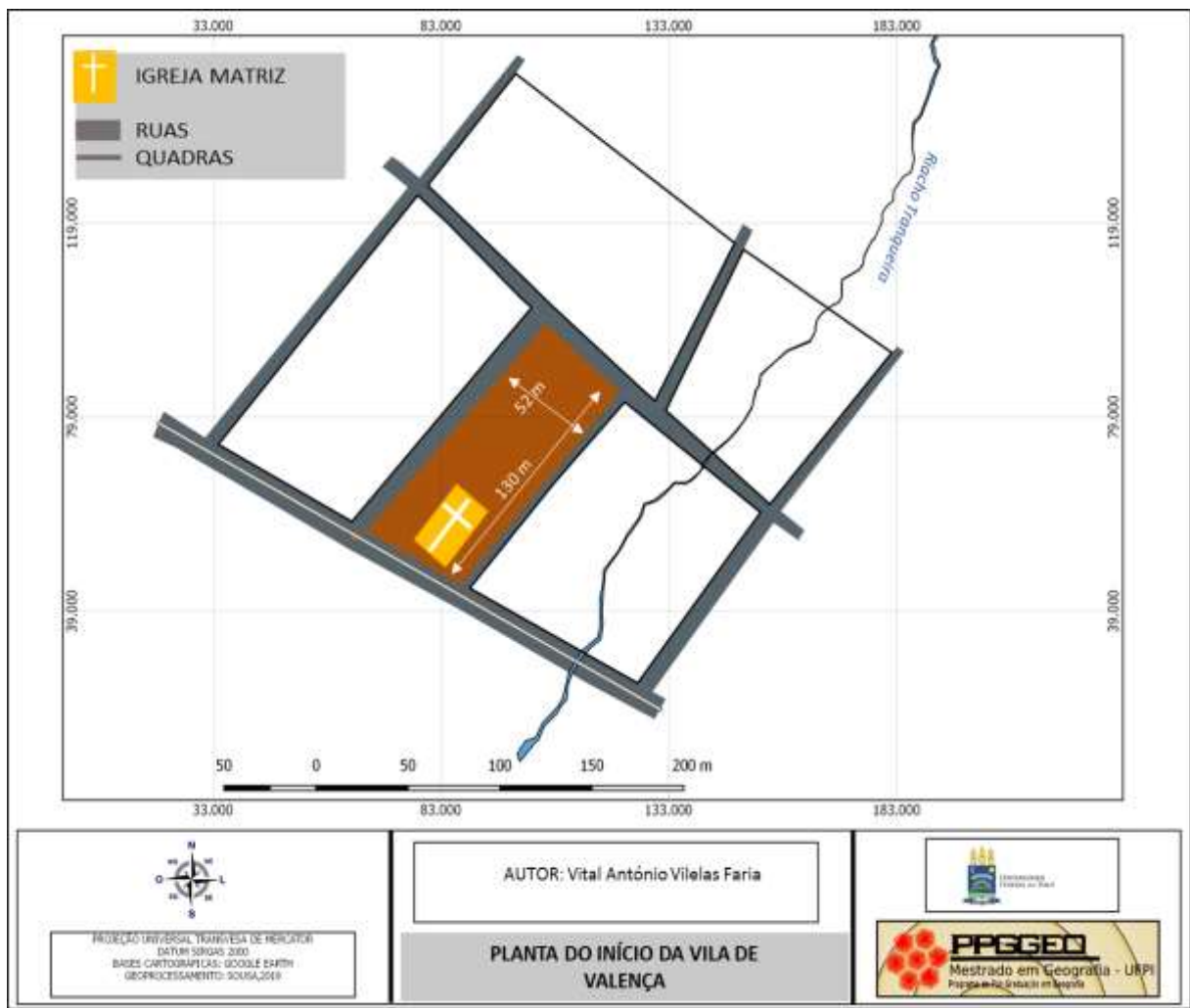
Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Esta vila, na bacia do Poti, foi uma das mais pobres no período colonial, só não perdendo para Valença. A sua praça a par da de Valença, é das mais pequenas. O número de fazendas e a população deste município sempre tiveram números baixos. A vila demorou para se desenvolver. Quanto às construções em volta da praça, foi notada a existência de várias casas que obedecem ao padrão do período colonial, mas foram construídas posteriormente a esse período, além disso, as fachadas foram alteradas pelos moradores.

A última vila na hierarquia foi a Vila de Valença. Erguida na margem direita do riacho tranqueira, nas coordenadas de Latitude $06^{\circ} 24' 27''$ Sul, na Longitude $41^{\circ} 44' 53''$ Oeste, e na Altitude de 306 metros, Valença, tal como Marvão, foi uma das vilas mais pobres e que mais custou a desenvolver-se. Num primeiro momento Aroazes foi a escolhida para ser eleita vila. Aroazes era uma redução jesuítica e já tinha toda a estrutura para ser vila, mas não tinha as condições para se desenvolver. Aroazes fica no fundo do vale do riacho Tabua. Dada a falta de potencial de Aroazes, decidiu-se então mudar o estatuto de vila para a Caatinginha, onde

existia um arraial. Para os que defendem que foi Domingos Jorge Velho quem primeiro chegou ao Piauí, aquele arraial pertenceria ao tal Bandeirante. Mas não era esse o caso. O Piauí foi praticamente todo colonizado por baianos, inclusivamente, a santa padroeira de Valença terá sido trazida da Bahia, que por sua vez foi, em boa parte colonizada por paulistas, ou seja, pelos movimentos de bandeirantes que partiram de São Paulo (mapa da figura 1). A figura 24 mostra a planta do início da Vila de Valença.

Figura 24: Planta do início da implantação da Vila de Valença.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A Vila de Valença tem uma história particularmente diferente. Começou por ter dois inícios, um em Aroazes e o outro onde é hoje Valença. Porém, não se fica por aí. A planta apresentada mostra o início de Valença. Mas aconteceu que a vila demorou tanto para se desenvolver, que quando houve um movimento nesse sentido, os habitantes resolveram escolher outro lugar. O início da vila foi na margem direita do riacho Tranqueira. O local

posteriormente escolhido foi na margem esquerda, um pouco mais afastado, a meio de uma suave colina, onde é hoje o centro da cidade de Valença.

A primeira praça, traçada na planta, dum a vez que não viu nascer à sua volta, o casario que se havia perspectivado, acabou sendo transformada em cemitério. Neste cemitério só eram enterrados os escravos ou gente pobre. Os ricos eram enterrados dentro da própria Igreja (segundo o guia). Para que as pessoas ao usarem a Igreja, não tivessem sempre que dar de caras com o cemitério, a população resolveu mudar a entrada principal para o outro lado. Esta Igreja hoje é pouco usada, dado que foi construída outra Igreja Matriz na nova praça. A padroeira é a Nossa Senhora do Ó. Nesta vila ainda foi possível encontrar algumas construções dentro dos padrões do período colonial, embora sem datas de construção. Entretanto estas construções foram encontradas, não à volta da primeira praça, mas sim perto da segunda e atual praça, o que revela a preferência dos habitantes por aquele lugar em detrimento do lugar primeiramente escolhido, que não é mais uma praça. Hoje alberga as instalações de uma escola, representada nas imagens da vila.

Figura 25: Imagens da Vila de Valença.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia histórica do Piauí colonial teve a pretensão de fazer um retrospecto do que foi a colonização do Piauí, de como nasceu este Estado, porquê a sua ocupação, quem o ocupou e, como se desenvolveu a sua formação territorial, até à implantação das primeiras vilas no século XVIII. Para dar essa abrangência e conseguir resultados satisfatórios dividiu-se a dissertação segundo três processos distintos, embora ligados entre si: os processos de apropriação; de materialização; e de construção.

O processo de apropriação tem a ver com a ocupação (os motivos da ocupação, quem primeiro ocupou), e, com as atividades de instalação dos colonos (formação territorial). Nesse contexto, precisamos começar pelos motivos que levaram à ocupação. Antes de mais, deve salientar-se a ligação histórica da bacia do Parnaíba, na qual se estabelece quase cem por cento do território do Piauí, e, a bacia do São Francisco. Uma ligação que vai muito mais além do que o fato de serem vizinhas. Foi a partir da bacia do São Francisco, que os d'Ávila aumentaram o seu vasto latifúndio, para terras do Piauí. Os motivos para a ocupação deste território, podem ter sido vários. Todos aqueles que foram defendidos pelos vários autores (expansão da plantação da cana-de-açúcar, expansão da pecuária, necessidade de caminhos que fizessem a ligação entre a Bahia e o Maranhão, etc.), fazem sentido, porém, um deles é mais pertinente, que é a procura de ouro. Pertinente, pelo fato de não ser tão evidenciado pelos autores, e, ao mesmo tempo, porque os d'Ávila, a pedido do Governador Geral da Colônia, haviam encetado uma busca por ouro na bacia do São Francisco. Nada tendo encontrado ali, naquela bacia, terão atravessado o rio e adentrado pelo Piauí. Lembramos aqui, que a Casa da Torre (dos d'Ávila) já tinha grandes extensões de terras na margem direita do São Francisco, pela sub bacia do rio Salitre. Parece ter sido o propósito do ouro que em 1672, levou os irmãos Francisco d'Ávila e Bernardo Pereira Gago, e seus amigos, os irmãos Domingos Afonso e Julião Afonso a entrarem de forma efetiva em terras do Piauí, se caracterizando como os primeiros colonizadores deste território. A colonização em si, é aqui considerada a partir de 1676, ano em que foram concedidas as primeiras sesmarias, àqueles mesmos colonizadores, segundo Costa (1974).

A ocupação pelos d'Ávila e seus amigos não teve êxito em termos de ouro, mas acabou proporcionando enormes áreas de terras para cada um, as quais foram divididas em fazendas. Destas fazendas, a maior parte foram arrendadas e exploradas por terceiros. Outras, os próprios exploraram. Há um registro sobre os d'Ávila em Jerumenha. A freguesia que deu origem à vila, em 1762, nasceu exatamente do Arraial dos d'Ávila (segundo trabalho de campo realizado naquela antiga vila). Nesta vila (hoje cidade), ainda são visíveis vestígios do período colonial

em geral e dos d'Ávila em particular, mormente um muro que cerca um espaço que terá sido daquela família e uma praça, nas imediações daquela quadra, com uma inscrição alusiva à mesma família. Já relativamente aos irmãos Afonso, sabe-se que Domingos Afonso doou as suas fazendas aos jesuítas, tendo ido viver em Salvador, na Bahia. Sobre o seu irmão Julião Afonso pouco se sabe, mas sabe-se de um seu sobrinho, Domingos Jorge, que terá sido seu herdeiro e que foi uma figura notória no Piauí, inclusive em Oeiras. Alguns autores acham que este nome foi confundido com o do bandeirante paulista e que por isso alguns cronistas e historiadores referem-se a ele como sendo o primeiro colonizador do Piauí.

Com o início da ocupação (colonização), começa a delinear-se um território. Um território que se caracteriza por uma faixa sinuosa de formato longitudinal com alinhamento Sul/Norte, o mesmo sentido da colonização. Aqui, cabe uma questão: como nasceu este território? Embora a colonização do Piauí tenha sido induzida por motivos especiais, eles só aparecem nessa condição especial quando pretendemos apura-los. Afinal no momento da ocupação do território do Piauí, vários outros territórios estariam sendo ocupados, mas nem todos esses retalhos deram lugar a uma capitania e mais tarde a um estado. É aí que devemos nos perguntar como nasceu este estado. Este é um assunto pertinente que alguns piauienses já terão se perguntado, outros nunca se terão lembrado de tal questão, mas será importante fazer esse raciocínio, sendo que o resultado deve ficar à cabeça da história do Piauí, a par de quem o colonizou em primeiro lugar. Esses foram dois temas que quisemos trazer e clarificar. Ao analisarmos o mapa da figura 2, vemos que o Piauí é delimitado por todos os lados, por fenômenos naturais, que no período colonial terão sido barreiras consideráveis à progressão da colonização. Assim, temos, do lado do Ceará, no sentido Leste/Oeste, a cordilheira de pequenas serras que vai desde a Ibiapaba até à chapada do Araripe. O contorno Sudeste/Sul/Sudoeste, continua sendo delimitado por pequenas serras, que vão desde a chapada do Araripe até à chapada das Mangabeiras. A partir da chapada das Mangabeiras, pelo lado Oeste/Noroeste/Oeste do território, a delimitação é feita pelo rio Parnaíba, até ao Oceano Atlântico, no extremo Norte. Sendo o Parnaíba um rio considerável, de caudal significativo e largo, terá representado barreira significativa à progressão da colonização do Maranhão em direção ao Este. Então, dessa forma, chegamos ao desenho interessante e único, que caracteriza o território do Piauí.

Com um território delimitado e iniciado na ocupação colonial, importava dar a conhecer como decorreu o processo de materialização desse mesmo território. Aqui devemos mencionar, os elementos que participaram da colonização, e, os fatores que a influenciaram. O conjunto

dos dois, dá-nos uma ideia de como os colonos se estabeleceram e a partir daí, como materializaram o território.

Como elementos participantes da colonização, temos os próprios colonos, a quem podemos chamar de elementos principais; os órgãos de soberania, representantes da coroa; o Clero; os nativos e os escravos africanos. Quanto aos fatores que influenciaram a colonização, temos os fatores naturais (o relevo, a vegetação, o clima, a hidrografia); as atividades econômicas; e, a cultura dos elementos participantes.

Os fatores naturais foram decisivos por várias razões. Os colonos, na sua escolha do lugar para se estabelecerem, terão levado em conta alguns critérios, como um local bom para se protegerem de um ataque dos nativos (o cimo de uma colina), a proximidade de um corpo de água (olho d'água, rio, riacho ou lagoa), a proximidade de madeira para construir as suas estruturas e, acessibilidade. Além disso precisavam que houvesse nas suas terras demarcadas, bons pastos para a criação de gado. A atividade econômica foi influente, também, na escolha do local. Por norma de regra, a escolha recaía nos fundos de vale, onde a erva durava mais tempo verde, e era mais abundante. Por fim a cultura dos elementos participantes. Essa cultura, principalmente dos colonos portugueses e dos africanos escravos, num primeiro momento não terá sido exponenciada na sua plenitude. O principal motivo era a falta de recursos. Porém, no momento do arranque das vilas, a cultura dos colonos já foi possível de ser colocada em evidência, pelo menos por aqueles mais abastados. A própria cultura africana, quando aquele povo ficou mais envolvido na sociedade, começou a brotar e se instalou e desenvolveu até hoje.

Quanto aos elementos que participaram na colonização, os colonos propriamente ditos e os escravos africanos, foram os que tiveram uma participação efetiva e contínua desde que chegaram. Os outros tiveram participação, mas a espaços. Os nativos começaram por ter uma participação “negativa”, pois dificultaram a instalação dos colonos. Depois mais tarde eles passaram a fazer parte da sociedade e acabaram ajudando a construir o Estado. O Clero teve uma participação efetiva desde o início, embora por vezes conflituosa. A própria soberania teve participação, por vezes distante ou inoperante. De entre todos os elementos, devemos salientar os escravos africanos, sem os quais a colonização não teria acontecido, ou pelo menos teria sido mais difícil, pois eles foram muito importantes como mão-de-obra na produção de alimentos, ou na indústria, que em conjunto caracterizaram a indispensável retaguarda, para o exercício do avanço da colonização.

O processo de construção foi desenvolvido em duas partes. Na primeira parte temos a construção político administrativa. Os núcleos populacionais que se foram criando nas áreas mais densas de fazendas, foram dando origem às primeiras freguesias. O *head man* desta criação

era (pelo menos) um padre – a participação do Clero se fazendo notar. A primeira freguesia foi a de Nossa Senhora da Vitória, a partir da fazenda Cabrobó, pertença de Domingos Afonso Mafrense. Esta freguesia daria lugar à primeira vila – Vila da Mocha. Outras freguesias foram sendo criadas, todas nas principais bacias, nas áreas mais densas de ocupação. Assim nasceram a freguesia de Santo António do Surubim, na bacia do Longá; a freguesia de Santo António do Gurgueia, na bacia do Gurgueia, próximo à foz; a freguesia de Nossa Senhora do Livramento, próxima às cabeceiras do rio Paraim, afluente do Gurgueia, ou seja, na mesma bacia do Gurgueia. Estas duas freguesias, no entanto, ficam muito longe uma da outra. Por outro lado, a bacia do Gurgueia era pouco colonizada, mas tinha dois núcleos de ocupação, daí ter nascido uma freguesia em cada um, o mesmo é dizer que nasceu uma freguesia em cada extremo da bacia do Gurgueia. Na bacia do Poti nasceram três freguesias, Nossa Senhora do Desterro, Nossa Senhora do Carmo dos Aroazes e Caatinginha. Por fim temos, praticamente na bacia atlântica, São João da Parnaíba e um pouco mais interior, a freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca. Destas freguesias, sete foram eleitas vilas no século XVIII. Apenas duas não foram eleitas, Aroazes – chegou a ser eleita, mas acabaria por perder o estatuto em favor da freguesia de Caatinginha, atual Valença do Piauí. Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca foi preterida em favor de São João da Parnaíba. As sete vilas eleitas caracterizaram os primeiros municípios e a primeira divisão político-administrativa do Piauí.

Em 1761 a coroa portuguesa mandou fazer um levantamento da situação da colonização do Piauí, por conta de um projeto em construção que abrangia toda a colônia. Esse projeto comandado pelo Marquês de Pombal, visava sobretudo fixar e garantir as fronteiras da colônia Brasil no Norte e no Oeste (SANTOS, 2007). O Piauí foi abrangido por esse projeto. Foi a partir desse levantamento, que o rei D. José I emitiu a carta régia de 19 de junho de 1761 endereçada ao Governador da Província, João Pereira Caldas, onde manda que sejam eleitas vilas todas as freguesias existentes na província do Piauí. Nesta altura a freguesia de Nossa Senhora da Vitória já havia passado a vila da Mocha, pelo que à data que as outras freguesias passaram a vilas, a Vila da Mocha passou a cidade de Oeiras e a capital da província, ou seja, foi a primeira capital do Piauí.

Com a criação das vilas iniciou-se uma outra etapa do processo de construção. A construção das infraestruturas que dariam início ao desenvolvimento urbano do Piauí. Esse início foi caracterizado pela demarcação das praças, em cima das quais foram demarcadas as Igrejas Matriz e outras instalações públicas. Em volta dessas praças foram traçadas ruas e quadras nas quais deveriam ser construídas as casas de quem quisesse viver na cidade. Estas construções averiguadas e analisadas em trabalhos de campo em todas aquelas antigas vilas,

simbolizariam a consolidação da colonização do Piauí no período colonial. Período que se caracteriza como fundamental para a própria existência do Estado, da sua estrutura e dinâmica político-administrativa, da sua população miscigenada.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Irlane Gonçalves de; REBELO, Emília Maria de Carvalho Gonçalves. Colonização e configuração do território piauiense. In. ARAÚJO, José Luís Lopes. Org. **Atlas Escolar do Piauí: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2016.
- ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- AGUIAR, José. A cor (das cidades portuguesas) antes do moderno. Perplexidades, descobertas recentes e investigações em curso. In PESSOTTI, Lucilene; RIBEIRO, Nelson Porto (Org.). **A construção da cidade portuguesa na América**. Rio de Janeiro: PoD, 2011. p. 09-24.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica, História e Corografia da Província do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de; REIS, Cesar Ferreira; CARVALHO, Carlos Delgado de. **Atlas Histórico Escolar**. Ed. 7. Rio de Janeiro: FENAME, 1977.
- ANDRADE JUNIOR, Aderson Soares de. [et al.]. **Atlas climatológica do Estado do Piauí**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial. **Terra livre 10: Geografia Espaço e Memória**. AGB, 1994.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: a Casa da torre de Garcia D'Ávila**. Da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BATISTA, João Gabriel. **Mapas Geohistóricos**. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1986.
- BETTENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. **A expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- CARTA REGIA (cópia) do rei [D. José] ao governador do Piauí, João Pereira Caldas, ordenando a fundação de vilas na capitania do Piauí, passando a vila da Moucha a ser capital do governo e dando outras medidas administrativas para o governo da capitania. In: https://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/bitstream/handle/123456789/188466/AHU_ACL_CU_016%2c%20Cx.%208%2c%20D.%20457.pdf?sequence=3&isAllowed=y (Acessado em 18 de jul. de 2017, às 11-00h).
- CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **A Geopolítica Lusitana do Século XVIII no Piauí Colonial**. Imperatriz, MA: Ética, 2007.
- CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

Carta de Veneza de 1964, disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf> (Acessado em 25 de Abr. de 2019, às 21-40h).

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 2. ed. São Paulo: Ática S A, 1987.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habenas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000, 125 p.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado das ribeiras do Norte**. 2013. 307f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013.

FARIA, Vital António Vilelas. **Colonização portuguesa, formação territorial e organização socioespacial do Piauí: a Vila de Marvão**. 2017. 112f. Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Teresina, PI, Curso de Licenciatura Plena em Geografia, 2017.

FERREIRA, Murilo Cunha. A política pombalina de planejamento espacial e territorial na colonização do Piauí durante o século XVIII. *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. 2012, 11.2

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Repovoamento e urbanização do Brasil no século XVIII. In PESSOTTI, Lucilene; RIBEIRO, Nelson Porto (Org.). **A construção da cidade portuguesa na América**. Rio de Janeiro: PoD, 2011. p. 69-90.

LACAZE, Jean-Paul. **O Ordenamento do Território**. Instituto Piaget. Lisboa, Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, LDA. 1995.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. In. ARAÚJO, José Luís Lopes. Org. **Atlas Escolar do Piauí: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2016.

LIMA, Solimar Oliveira. **Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – Séc. XIX)**. Teresina: EDUFPI, 2016.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000, 108 p.

MONTEIRO-DA-COSTA, Paulo Sergio. VLACH, Vânia Rubia Farias. **Brasil: Geopolítica de expansão territorial, poder perceptível e consolidação do território**. Uberlândia, MG (1988).

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Tempo de Balaio**. Florianópolis, UFSC/CFH/GCN, 2008.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Base da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI.** São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade.** Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

NUNES, Odilon. **Estudos de História do Piauí.** 2ª ed. Teresina: COMEPI, 1983.

PESSOTTI, Lucilene; RIBEIRO, Nelson Porto. **A construção da cidade portuguesa na América.** Rio de Janeiro: PoD, 2011.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa.** Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2011.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí.** MEC. s/d. 1955.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.** Ed. 6. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993

RATZEL, Friedrich. Le Sol, la Société et l'État. **L'Année Sociologique (1898-1899).** ed. 3, Paris. Traduzido por ENFRÁSIO, Mário António. FFLCH da USP, 1982. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47081/50802> (acessado em 12/jun./2017, às 14-45h).

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos.** Teresina: FUNDAPI, 2008.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Três ensaios de história colonial.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal.** 18. Ed. Publicações Europa-América, LDA. Mira-Sintra, Mem Martins, 1996.

TEIXEIRA, Manuel C. **A Construção da Cidade Brasileira.** Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

TEIXEIRA, Manuel C. Os modelos urbanos brasileiros das cidades portuguesas. In PESSOTTI, Lucilene; RIBEIRO, Nelson Porto (Org.). **A construção da cidade portuguesa na América.** Rio de Janeiro: PoD, 2011. p. 69-90.

THÉRY, Hervé. **Atlas do Brasil:** disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.